

14

<b>SENADO FEDERAL</b>
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
DEF N° 14 DE 2008
Em 15. 05. 08
<i>[assinatura]</i>



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Esplanada dos Ministérios Bloco "E", 8º andar, gabinete – CEP: 70.062-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61) 3414-5816 – Fax: (61) 3321-9125 // <http://www.integracao.gov.br>

**Ofício nº 222/2008/MI**

Brasília, 14 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado MENDES RIBEIRO FILHO**  
 Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO  
 Anexo II, Ala “C”, sala 08 – Térreo  
 Câmara dos Deputados  
 70160-900 – Brasília – DF

**Assunto: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO  
 - Relatório de Gestão referente ao exercício de 2007**

Senhor Presidente,

1. Faço referência ao §5º, do Art. 20, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007.
2. A propósito, encaminho a Vossa Excelência, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFCF/DFD, de 22.04.2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
**GEDDEL VIEIRA LIMA**

Ministro de Estado da Integração Nacional

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 14 108
Fls. 01 <i>[assinatura]</i>

GFC\user1\diversos\oficio  
CH140a

RECIBO: 01.57  
às 24.12  
 SECRETARIA  
 ROTEIRO  
 CADASTRO  
 ARQUIVO

# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

# FNO



Senado Federal  
Protocolo Legislativo  
OFN nº 14 / 08  
Fls. 02

## RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2007

Secretaria de Políticas de  
Desenvolvimento Regional

Ministério da  
Integração Nacional





**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO  
DO NORTE – FNO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO DE 2007**

**PARECER Nº: 03/CGFCF/DFD**

**DATA: 22.04.2008**

ÍNDICE

<b>1 – DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA .....</b>	<b>3</b>
<b>2 – OBJETIVOS E METAS .....</b>	<b>5</b>
2.1 – Objetivos .....	5
2.2 – Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) .....	6
2.3 – Diretrizes e Prioridades para o Exercício de 2007 .....	8
2.4 – Programas de Financiamento .....	8
2.5 – Metas .....	9
2.5.1 – Recursos Previstos .....	9
2.5.2 - Distribuição dos Recursos .....	9
<b>3 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
3.1 - A supervisão, o acompanhamento e controle das aplicações e a avaliação de desempenho do FNO foram realizados com base na seguinte documentação, fornecida pelo Banco da Amazônia: .....	10
3.2 – Repasses - Transferências do Tesouro Nacional .....	11
3.3 – Repasse de Recursos a Outras Instituições .....	12
3.4 – Movimentação de Recursos .....	12
3.5 – Recursos Disponíveis .....	13
3.6 – CONTRATAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007 .....	14
3.6.1 - Contratações Realizadas .....	14
3.6.2 - Contratações por Unidade Federativa .....	15
3.6.3 - Contratações por Setor e Programa .....	16
3.6.4 - Contratações por Porte de Beneficiários .....	19
3.6.5 – Contratações de acordo com a tipologia dos Municípios definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR .....	20
3.6.6 – Contratações nas Mesorregiões .....	22
3.6.7 – Contratações nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira .....	23
3.6.8 – Contratações nos Municípios da Área de Influência da BR – 163 .....	23
3.6.9 - Contratações de valor superior a R\$ 10 milhões .....	24
3.6.10 – Contratações por modalidade do crédito .....	25
3.6.11 – Contratações por estabelecimentos .....	25
3.6.12 – Contratações com clientes que operaram com o FNO pela primeira vez .....	25
3.6.13 – Aplicações realizadas por faixas de valores .....	26
3.6.14 – Demanda de recursos no exercício de 2007 .....	26
<b>4 – ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (OFÍCIO Nº 196, DE 17.08.2006) .....</b>	<b>26</b>
<b>5 – MUNICÍPIOS ASSISTIDOS .....</b>	<b>29</b>

<b>6 - RECURSOS PRÓPRIOS DOS BENEFICIÁRIOS .....</b>	<b>30</b>
<b>7 – DEVEDORES POR REPASSES.....</b>	<b>30</b>
<b>8 – CARTEIRA DE FINANCIAMENTO – SALDO DAS APLICAÇÕES .....</b>	<b>31</b>
8.1 – Saldos totais dos financiamentos por Setor e Estado .....	31
8.2 – Saldos dos Financiamentos por Porte .....	32
8.3 – Carteira de Financiamento – Risco Operacional.....	33
8.4 – Carteira de Financiamento – Renegociações .....	34
8.5 – Carteira de Financiamento – Inadimplência de Operações.....	34
8.5.1 – Inadimplência por Unidade Federativa.....	35
8.5.2 – Inadimplência por Porte.....	35
8.5.3 – Inadimplência por Programa.....	36
8.5.4 – Valor das Cobranças Judiciais (execuções) ajuizadas no exercício de 2007 .....	37
8.5.5 – Resultado dos acompanhamentos e fiscalizações dos empreendimentos financiados .....	37
<b>9 – ASPECTOS FINANCEIROS.....</b>	<b>38</b>
9.1 - Aplicação dos Recursos .....	38
9.2 - Patrimônio Líquido .....	38
9.3 - Demonstração de Resultado do Exercício .....	39
9.3.1 - Receitas .....	39
9.3.2 - Despesas .....	39
9.4 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.....	39
9.5 – Reconhecimento de Perdas e Devolução de Parcelas de Risco do Banco da Amazônia .....	40
9.6 – Recuperação de Créditos.....	40
9.7 - Remuneração do Agente Financeiro.....	40
9.8 - Auditoria Externa Independente .....	40
<b>10 – RESULTADOS ALCANÇADOS - ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL.....</b>	<b>41</b>
<b>11 - INDICADORES, PARÂMETROS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....</b>	<b>42</b>
<b>12– AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>43</b>
<b>13 – SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES.....</b>	<b>44</b>
<b>14 - RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>46</b>





## **1 – DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

### **1.1 – Nome completo da unidade e sigla**

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

### **1.2 – Natureza Jurídica**

Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23.12.1996)

### **1.3 – Vinculação ministerial**

Ministério da Integração Nacional

### **1.4 – Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União**

**Administração:** A administração do FNO é exercida pelos seguintes Órgãos:

- Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- Ministério da Integração Nacional;
- Banco da Amazônia S. A.

**Criação:** A Constituição Federal de 1988 - art. 159, inciso I, alínea “c” - destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destinando ao FNO 0,6% dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

**Estrutura organizacional:** O FNO não possui estrutura organizacional

#### **Competências:**

- a) Ministério da Integração Nacional, no exercício das competências do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, ainda não instalado (Parágrafo Único do art. 14–A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pelo art. 14 da Lei nº 11.524, de 24.09.2007):
- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento;
  - aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
  - avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
  - encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

- b) Ministério da Integração Nacional, com as seguintes competências:
- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
  - estabelecer normas para operacionalização dos programas de financiamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento;
  - estabelecer diretrizes para o repasse de recursos do FNO para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
  - supervisionar, acompanhar e controlar a aplicação dos recursos e avaliar o desempenho do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
- c) Banco da Amazônia S.A., com as seguintes atribuições:
- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
  - definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
  - analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
  - formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo para outras instituições;
  - prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo;
  - exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

**1.5 – Número do CNPJ**

Não possui

**1.6 – Nome e código no SIAFI**

UG – 537002 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

Órgão 53901 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

**1.7 – Código da UJ titular do relatório**

UG – 537002 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

Órgão 53901 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

**1.8 – Código das UJ abrangidas**

Não possui

**1.9 – Endereço completo da sede**

Ministério da Integração Nacional

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar, Gabinete.

CEP 70062-900 - Brasília (DF)

Telefone (61) 3414-5814 – Fax (61) 3414-5638

**1.10 – Endereço da página institucional na Internet:**

- Ministério da Integração Nacional

[http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos\\_constitucionais/index.asp?area=FNO](http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FNO)

**1.11 – Situação da unidade:**

- Em funcionamento.

**1.12 – Função de governo predominante:**

- Administração

**1.13 – Tipo de atividade:**

- Outros encargos especiais.

**1.14 – Unidades gestoras utilizadas no SIAFI**

5300001 – Ministério da Integração Nacional

**2 – OBJETIVOS E METAS**

**2.1 – Objetivos**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) tem sua origem na Constituição Federal de 1988 (art. 159, inciso I, alínea “c”), que determinou a entrega, pela União, de 3,0% (três por cento) da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao regulamentar o artigo 159, alínea “c” da Constituição, a Lei nº 7.827, de 27.09.1989, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento, destinando ao FNO 0,6 (seis décimos por cento) dos recursos previstos para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

Na forma da legislação em vigor, para efeito de aplicação dos recursos do FNO, entende-se por Região Norte a área territorial composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

A programação anual de aplicação dos recursos do FNO tem por finalidade incentivar os investimentos na Região, sempre em busca de melhoria dos padrões de qualidade e competitividade dos empreendimentos apoiados. Espera-se, como resultado, que os projetos assistidos propiciem a geração de renda e de novos postos de trabalho e contribuam para o aumento da arrecadação tributária, como forma de reduzir as desigualdades regionais e promover a inclusão social.

Para efeito de avaliação do desempenho do Fundo e consoante o disposto no art. 20 da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Banco da Amazônia, na qualidade de agente financeiro, apresenta ao Ministério da Integração Nacional o relatório referente ao exercício de 2007, contendo informações sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos.

Elaborado com base nas informações encaminhadas ao Ministério da Integração Nacional, o presente Relatório de Gestão objetiva analisar as atividades conduzidas pelo Banco da Amazônia na operacionalização e na administração dos recursos do FNO no ano de 2007, abordando: os financiamentos concedidos por setor econômico, por porte de beneficiário e por Estado, além das repercussões macroeconômicas e sociais decorrentes das aplicações realizadas.

Com base na documentação fornecida, buscou-se examinar, também, a movimentação financeira e a situação dos recursos do FNO, abrangendo: as aplicações realizadas; a evolução do patrimônio líquido; o saldo das operações; o nível de inadimplência das operações; a taxa de administração cobrada pelo agente financeiro; as disponibilidades de recursos e seu nível de remuneração; os resultados líquidos alcançados no período analisado e outros aspectos inerentes à prestação de contas.

## **2.2 – Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do País e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional.

Os objetivos da PNDR são: reduzir as profundas desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões do País. A matéria-prima da política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil.

As severas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira se expressam na base territorial, resultando em distorções que se agravam com o início do processo de industrialização do País, deflagrada em meados do século XX.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns dos espaços, enquanto condena outros espaços à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos.

Os dados básicos, a partir dos quais se construiu as variáveis, foram extraídos dos censos demográficos do IBGE (1991 e 2000) e das estimativas de PIB municipais, realizadas pelo IPEA. As variáveis procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território; características da população no que tange a rendimento médio, local de residência (rural ou urbana) e nível de educação; e dinamismo econômico, captado por meio da variação do PIB per capita.

As regiões prioritárias para a PNDR foram definidas pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 90. O cruzamento das duas variáveis resultou em um cartograma de quatro situações “idealtípicas” (mapa abaixo), descritas da seguinte maneira:

- microrregiões (MRGs) de alta renda: compreendendo MRGs com alto rendimento domiciliar por habitante, independentes do dinamismo observado, que se encontram predominantemente nas regiões sul e sudeste e também no Centro Oeste. As regiões Norte e Nordeste, ao contrário apresentam manchas insignificantes nessa tipologia, quase todas relacionadas as MRGs das capitais, o que denota um primeiro contraste importante. São responsáveis por cerca de 76% do PIB nacional, embora tenham apenas 53,7% da população.
- microrregiões (MRGs) dinâmicas: MRGs com rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Elas possuem presença rarefeita nas regiões sul e sudeste e são mais frequentes no Centro Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais. O grau de urbanização é baixo (57,9%) e, embora abriguem cerca de 9% da população nacional, são responsáveis por apenas cerca de 4% do PIB;
- microrregiões (MRGs) estagnadas: MRGs com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. Em geral refletem dinamismo com períodos passados e possui, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social considerável. Nessas regiões, que apresentam um grau de urbanização relativamente elevado (75,3%), e são responsáveis por

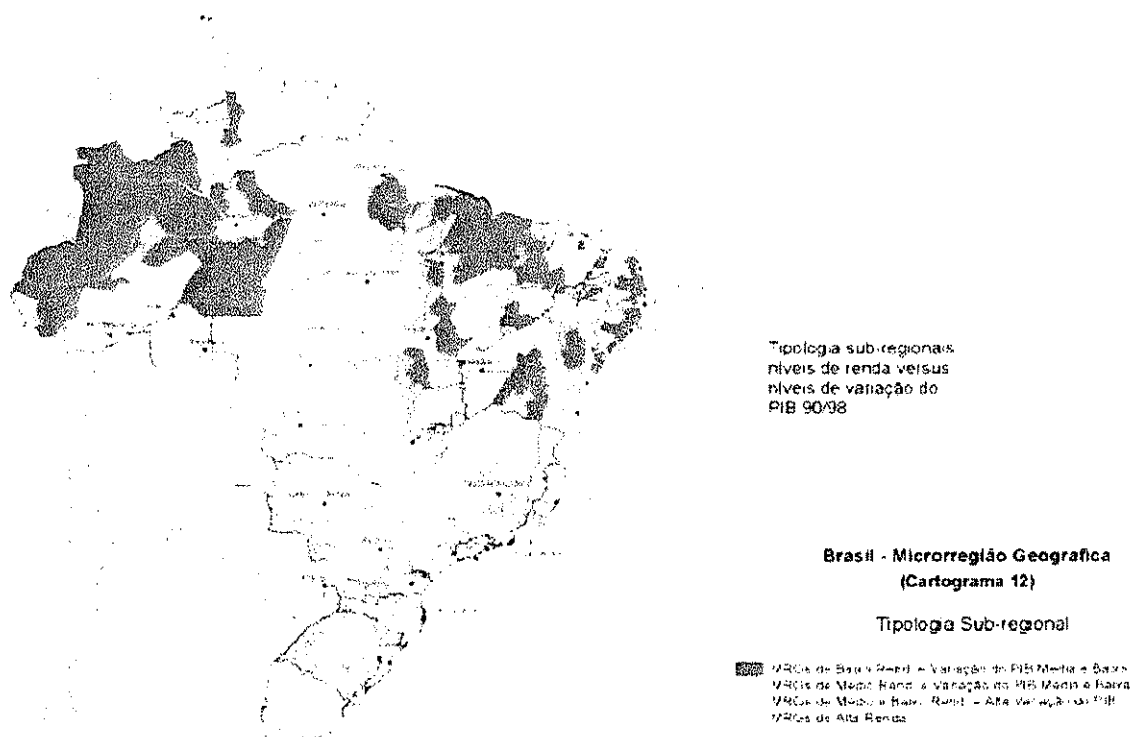
cerca de 18% do PIB nacional, residem cerca de 29% dos brasileiros. A sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas regiões Sul e Sudeste, com importante presença no Centro-Oeste;

- microrregiões (MRGs) de baixa renda: MRGs com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. Concentradas no Norte e Nordeste combinam situações de pobreza e debilidade da base econômica regional. O grau de urbanização é o mais baixo (50,4%), assim como o nível educacional (cerca de 60% da população têm menos que 4 anos de estudo). Participa com 1,7% do PIB, embora abrigue 8,4% da população. O rendimento domiciliar médio é de apenas 27% da média nacional.

O Ministério da Integração Nacional vem orientando suas ações em função do mapa das desigualdades, produto do diagnóstico da PNDR. A tradução da política em ações do Governo Federal, de Estados e Municípios, e da sociedade civil, nas mais diversas escalas, está cristalizada nos programas do PPA, no direcionamento estratégico dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional e em iniciativas não orçamentárias do governo.

Dentre as ações para a implementação da PNDR, destaca-se, na escala sub-regional, as áreas especiais de planejamento, como a faixa de fronteira e o semi-árido, que constituem objeto de programas específicos no PPA. Ambos programas são implementados por meio de uma série de ações de promoção do desenvolvimento regional endógeno. Ainda, destaca-se o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), que articula ações de capacitação, mobilização de atores sociais, infra-estrutura, crédito e assistência técnica para o desenvolvimento do potencial endógeno das seguintes mesorregiões diferenciadas: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Seridó, Águas Emendadas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Bacia do Rio Itabapoana, Vale do Ribeira, Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul.

**Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000/10/2001

A ação da PNDR procura reduzir as desigualdades regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo Governo Federal. O financiamento da política deve ser direcionado de forma a fornecer suporte financeiro adequado às diversas escalas de intervenção. Em síntese, o financiamento do desenvolvimento nas múltiplas escalas conta com instrumentos diversos, a exemplo do Orçamento-Geral da União e dos entes federativos, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, dos Incentivos Fiscais, e dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e o FNE), que são os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nas regiões em que atuam.

### **2.3 – Diretrizes e Prioridades para o Exercício de 2007**

As diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007 foram estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional pelo Ofício nº 196/MI, de 17.08.2006, dirigido ao Banco da Amazônia. (Anexo nº 1)

### **2.4 – Programas de Financiamento**

A Programação Anual de Aplicação dos Recursos do FNO, relativa ao exercício de 2007, proposta pelo Banco da Amazônia, foi aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional pelo Ofício nº 354/MI, de 15.12.2006. (Anexo nº 02)

Os programas de financiamento do exercício foram concebidos em consonância com a legislação em vigor e com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento regional. Para o exercício de 2007, foi aprovada a operacionalização dos seguintes Programas de Financiamento com os recursos do FNO:

- **Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF**, destinado ao financiamento dos agricultores familiares.
- **Programa de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - (FNO Amazônia Sustentável)**, destinado ao financiamento de empreendimentos rurais e não rurais, das seguintes atividades.

No setor rural:

- Agricultura
- Pecuária
- Silvicultura
- Aqüicultura
- Captura e transformação de pescado
- Agroindústria, quando o processamento ou beneficiamento (industrialização) for efetuado por associação/cooperativa ou pelo produtor/empresa rural na sua propriedade rural.

No setor não-rural:

- Agroindústria
- Indústria
- Turismo
- Infra-Estrutura Econômica
- Comércio
- Prestação de Serviços

## 2.5 – Metas

### 2.5.1 – Recursos Previstos

Para a execução dos programas de financiamento no exercício de 2007, a programação financeira do FNO previu disponibilidades de recursos da ordem de R\$ 1.573,5 milhões, resultantes das estimativas das seguintes fontes de recursos e dos seguintes desembolsos:

	R\$ milhões
<b>(A) Ingresso de Recursos</b>	<b>2.246,7</b>
Estimativa de disponibilidades de 31.12.2006	265,0
Estimativa de ingresso via repasses da STN em 2007	1.037,1
Estimativa de reembolso de crédito em 2007	875,1
Remuneração do Disponível	40,2
Retorno ao Fundo dos valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco	29,3
<b>(B) Desembolso de Recursos</b>	<b>673,2</b>
Despesa com taxa de Administração	207,4
Despesa com del credere	176,8
Despesa de Auditoria	0,1
Bônus de adimplência	177,6
Liberações a serem efetuadas em 2007 referentes as operações contratadas em anos anteriores	111,3
<b>Recursos previstos para aplicação em 2007 (A-B)</b>	<b>1.573,5</b>

Fonte: Programação Anual do FNO – Exercício 2007

### 2.5.2 - Distribuição dos Recursos

Com base nas expectativas de demanda dos setores produtivos da Região e em discussões realizadas nos Estados beneficiários dos recursos do FNO, com a participação de representantes dos governos Federal, Estaduais e Municipais, das classes produtoras e das classes trabalhadoras, a previsão de aplicação dos recursos de 2007, por Programa e Unidade Federativa, ficou assim representada:

#### Previsão de Aplicações por Atividade/Unidade Federativa

	R\$ milhões							
Atividade	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<b>Total Rural</b>	<b>96,0</b>	<b>118,7</b>	<b>94,5</b>	<b>232,0</b>	<b>132,2</b>	<b>121,2</b>	<b>127,5</b>	<b>922,1</b>
Agricultura Familiar	27,4	34,0	34,3	102,9	61,8	27,4	26,8	314,6
Demais Rurais	68,6	84,7	60,2	129,1	70,4	93,8	100,7	607,5
<b>Total Não-Rural</b>	<b>61,4</b>	<b>117,3</b>	<b>62,9</b>	<b>161,3</b>	<b>103,8</b>	<b>36,2</b>	<b>108,5</b>	<b>651,4</b>
Indústria	20,5	31,0	17,3	66,9	28,3	10,2	23,6	197,8
Agroindústria	12,6	20,3	17,3	25,6	40,1	6,3	59,0	181,2
Turismo	9,5	40,0	9,4	13,8	4,7	3,1	5,0	85,5
Comércio e Serviços	15,7	23,6	15,8	39,3	23,6	15,7	18,9	152,6
Infra-Estrutura	3,1	2,4	3,1	15,7	7,1	0,9	2,0	34,3
<b>Total</b>	<b>157,4</b>	<b>236,0</b>	<b>157,4</b>	<b>393,3</b>	<b>236,0</b>	<b>157,4</b>	<b>236,0</b>	<b>1.573,5</b>
<b>% Estado</b>	<b>10,0</b>	<b>15,0</b>	<b>10,0</b>	<b>25,0</b>	<b>15,0</b>	<b>10,0</b>	<b>15,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Programação Anual do FNO – Exercício de 2007

Em relação ao porte do tomador de financiamento do Fundo, a Programação de 2007 projetou a destinação de 57,6% dos recursos para as atividades dos agricultores familiares, dos mini e pequenos

produtores rurais, suas associações e cooperativas, e das microempresas e pequenas empresas, conforme demonstra a tabela abaixo, por unidade federativa:

### Previsão de Aplicações por Porte/Estado

Estados	R\$ milhões				
	Mini/Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Acre	52,6	25,2	41,0	38,6	157,4
Amapá	75,0	32,0	31,5	18,9	157,4
Amazonas	80,7	61,2	53,7	40,4	236,0
Pará	157,7	74,7	88,5	72,4	393,3
Rondônia	105,6	49,5	40,4	40,5	236,0
Roraima	47,0	35,7	50,8	23,9	157,4
Tocantins	67,7	40,9	72,2	55,2	236,0
<b>Total</b>	<b>586,3</b>	<b>319,2</b>	<b>378,1</b>	<b>289,9</b>	<b>1.573,5</b>
<b>%Estado</b>	<b>37,3</b>	<b>20,3</b>	<b>24,0</b>	<b>18,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Programação Anual do FNO - Exercício de 2007

No âmbito da programação financeira do FNO para o Exercício 2007, dos recursos previstos para os Estados do Acre, Amazonas, Pará e Tocantins, R\$ 122.000.000,00 foram destinados para as Mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre e do Bico do Papagaio e R\$ 20.000.000,00 para os municípios contemplados pelo Programa Faixa de Fronteira da Região Norte, distribuídos da seguinte maneira:

### Previsão de Aplicações por Mesorregião

Mesorregião	Recursos FNO p/ 2007 (R\$)
Alto Solimões	20.000.000,00
Vale do Rio Acre	42.000.000,00
Bico do Papagaio	60.000.000,00
Faixa de Fronteira	20.000.000,00
<b>Total</b>	<b>142.000.000,00</b>

Fonte: Programação Anual do FNO – Exercício 2007

## 3 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - A supervisão, o acompanhamento e controle das aplicações e a avaliação de desempenho do FNO foram realizados com base na seguinte documentação, fornecida pelo Banco da Amazônia:

- balancetes mensais, balanços patrimoniais, semestral e anual e respectivas notas explicativas, acompanhados de parecer de auditores independentes;
- mapas estatísticos mensais de operações contratadas por programa, porte de tomadores e unidade federativa;
- dados gerenciais sobre a situação dos recursos;
- relatórios semestral e anual sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos.

Para o aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e de avaliação de desempenho do FNO, o Ministério da Integração Nacional solicitou ao Banco da Amazônia a inclusão das informações indicadas no Ofício nº 06/DFD/SDR/MI, de 31.01.2008 (Anexo nº 03), no relatório referente ao exercício de 2007.

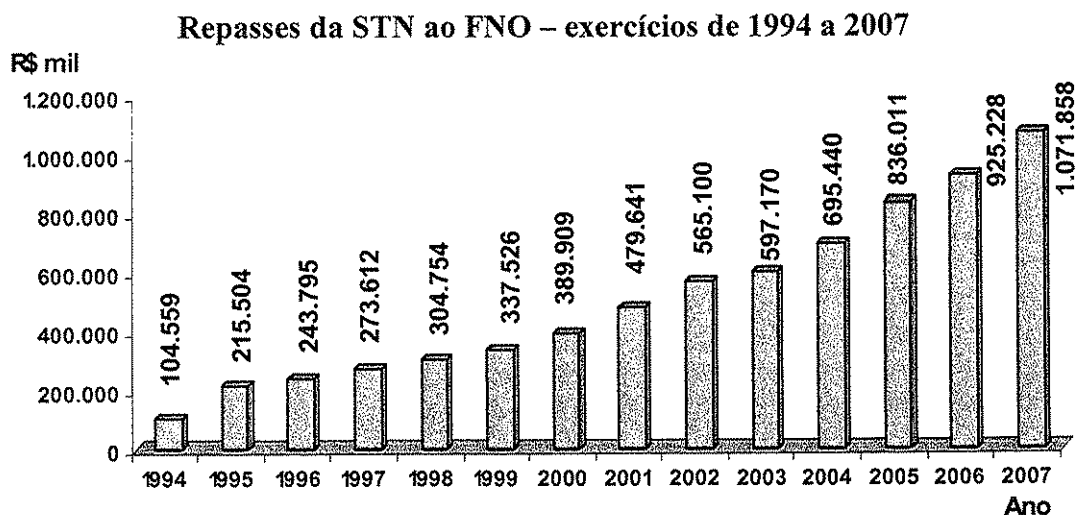
### 3.2 – Repasses - Transferências do Tesouro Nacional

Consta da Programação Anual do FNO previsão de repasses de recursos da União para o Fundo da ordem de R\$ 1.037,1 milhões. De acordo com informações constantes do Balanço do FNO encerrado em 31.12.2007 e com demonstrativo fornecido pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério da Integração Nacional (Anexo nº 04), a União repassou para o Fundo, no ano de 2007, R\$ 1.071.858 mil. O quadro a seguir apresenta as transferências mensais de recursos originários da União:

**Transferências do Tesouro Nacional**

Mês	Valor
Janeiro	84.096
Fevereiro	77.832
Março	87.518
Abril	93.113
Maio	96.103
Junho	82.989
Julho	76.128
Agosto	84.597
Setembro	78.515
Outubro	77.346
Novembro	92.289
Dezembro	141.332
<b>Total</b>	<b>1.071.858</b>

O histórico das transferências constitucionais para o FNO, correspondente a cada ano, compreendendo o período relativo aos anos de 1994 a 2007, pode ser observado no gráfico abaixo:



Em relação ao ano de 2006, quando foram transferidos para o Fundo recursos no montante de R\$ 925.228 mil, os repasses da União recebidos pelo FNO no exercício de 2007 (R\$ 1.071.858 mil) apresentaram um incremento de 15,8%.

Os dados comparativos evidenciam que os repasses da União vêm apresentando substanciais incrementos ao longo dos anos. Por se tratar de fluxo constante, o FNO representa importante instrumento de política pública para propiciar suporte financeiro aos projetos dos setores produtivos da Região Norte.

### 3.3 – Repasse de Recursos a Outras Instituições

Informa o Banco da Amazônia que no exercício de 2007 não foi registrada demanda por repasse de recursos para aplicações por outras instituições financeiras, em locais não atingidos pela capilaridade do Banco da Amazônia, embora a medida tenha sido incluída como diretriz para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007, conforme subitem 2.3, alínea h, do anexo ao Ofício nº 196, de 17.08.2006 (Anexo nº 1).

### 3.4 – Movimentação de Recursos

Os ingressos e desembolsos de recursos apresentaram, em alguns casos, consideráveis alterações, comparativamente aos valores previstos na programação aprovada para o FNO em 2007, na forma a seguir detalhada:

Ingresso de Recursos	R\$ milhões		
	Previsto (a)	Realizado (b)	Varição (b/a) %
Estimativa de disponibilidade de 31.12.2006	265,0	843,8	218,4
Ingresso via repasses da STN em 2007	1.037,1	1.071,9	3,4
Reembolso de crédito em 2007	875,1	826,0	(5,6)
Remuneração do disponível	40,2	112,8	180,6
Retorno ao Fundo dos valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco	29,3	43,8	49,5
<b>Total</b>	<b>2.246,7</b>	<b>2.898,3</b>	<b>29,0</b>

Fonte: Programação Anual do FNO – Exercício 2007 e Relatório de Atividades do FNO de 2007

Desembolsos de Recursos	R\$ milhões		
	Estimado (a)	realizado (b)	Varição - (a/b) %
Despesa com taxa de administração	207,4	210,0	1,3
Despesa com <i>Del Credere</i> + <i>penhora judicial</i>	176,8	141,6	(19,9)
Despesa de Auditoria	0,1	0,1	0,0
<i>Bônus de Adimplência</i>	177,6	224,4	26,4
Liberações referentes as operações contratadas em anos anteriores	111,3	-	-
Liberação sefetuadas em 2007	-	1.048,4	-
Remuneração das Operações do PRONAF	-	8,8	-
Despesa com renegociações, inclusive rebates	-	5,5	-

Fontes: Programação Anual do FNO – Exercício 2007 e Relatório de Atividades do FNO de 2007



Em termos globais, os recursos ingressados para o Fundo no ano 2007 apresentaram uma majoração de 29,0%, comparativamente aos ingressos estimados na programação aprovada para o exercício.

O incremento verificado nos recursos colocados à disposição do FNO em 2007 decorreu, basicamente, da grande diferença entre as disponibilidades previstas para 31.12.2006 (R\$ 265,0 milhões) e as disponibilidades efetivamente apuradas naquela data (R\$ 843,8 milhões). Tal situação gerou, como consequência, o considerável aumento de 180,6% havido na remuneração das disponibilidades.

Ficou prejudicada a comparação entre os desembolsos efetivamente realizados em 2007 e os estimados na Programação aprovada para o Fundo no mencionado ano. Enquanto a programação só estimava as liberações referentes às operações contratadas em anos anteriores a 2007, o valor de R\$ 1.048,4 milhões engloba todas as liberações efetuadas no exercício, inclusive as decorrentes de operações contratadas no exercício de 2007.

De outra parte, as despesas relacionadas com a remuneração do agente nas operações do PRONAF (R\$ 8,8 milhões) e as referentes às despesas com a renegociação de créditos (R\$ 23,5 milhões) não foram previstas na Programação aprovada para a aplicação dos recursos do Fundo para 2007.

Levando em conta as diferenças verificadas no exercício de 2007, o Banco operador deverá ser orientado no sentido de, nas propostas de Programação para a aplicação dos recursos do FNO para os próximos exercícios, aprimorar as estimativas de ingressos e saídas de recursos, para que a programação do Fundo possa se aproximar mais dos valores realizados.

### **3.5 – Recursos Disponíveis**

Em decorrência da movimentação financeira verificada ao longo do ano de 2007, as disponibilidades de recursos do FNO (recursos do Fundo no caixa do Banco, disponíveis para novas aplicações) evoluíram de R\$ 843.753 mil em 31.12.2006, para R\$ 1.383.371 mil em 31.12.2007, conforme informações consignadas no Balanço do Fundo de 31.12.2007 (Anexo nº 05), apresentando, assim, um incremento de 64,0%.

Observamos, a propósito, que, na forma a seguir demonstrada, as disponibilidades do FNO (recursos do Fundo no caixa do Banco para futuras aplicações) vêm apresentando, a partir de 2004, substanciais incrementos, demonstrando que o Banco não vêm conseguindo aplicar a totalidade dos recursos colocados a sua disposição para o financiamento das atividades produtivas da Região Norte:

Balanço de	Disponibilidades
	R\$ mil
31.12.2003	365.441
31.12.2004	196.991
31.12.2005	486.269
31.12.2006	843.753
31.12.2007	1.383.371



A fim de viabilizar uma melhor utilização dos recursos do FNO, colocados a sua disposição, deverá o Banco da Amazônia articular-se com a Secretaria de políticas de Desenvolvimento Regional e com a SUDAM, com o objetivo de examinar alternativas para se incrementar as operações com recursos do Fundo.

### 3.6 – CONTRATAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007

#### 3.6.1 - Contratações Realizadas

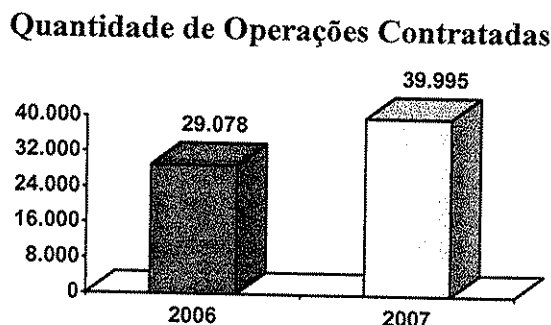
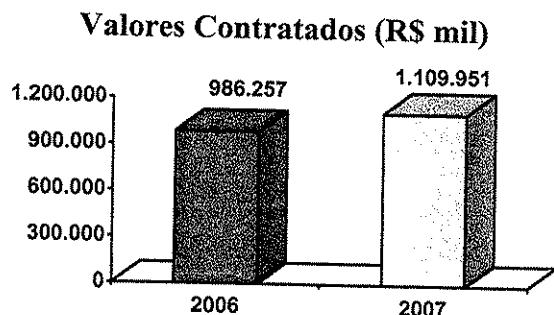
No ano de 2007 foram realizadas 39.995 operações de crédito, no montante de R\$ 1.109.951 mil. O total financiado representou 70,5% da programação de aplicação aprovada para o exercício (R\$ 1.573.500 mil).

Comparando os dados do exercício de 2007 com os registrados no ano de 2006 (contratações no montante de R\$ 986.257 mil), os financiamentos concedidos no ano de 2007 (R\$ 1.109.951 mil) apresentaram um incremento de 12,5%. Cabe ressaltar, porém, que as contratações de 2006 (R\$ 986.257 mil), embora um pouco superiores às de 2005 (976.323 mil), não se mostraram satisfatórias, sendo inferiores às contratações de 2004 (R\$ 1.321.092 mil) e às contratações de 2003 ( R\$ 1.075.125 mil).

Relativamente ao número de operações contratadas nos mencionados períodos, o ano de 2007 registrou um acréscimo de 37,5% (29.078 operações em 2006 e 39.995 operações em 2007). Em decorrência, o valor médio das operações realizadas em todo o exercício de 2007 foi de R\$ 27.752,25 contra R\$ 33.917,63 observado em 2006.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho das contratações com recursos do FNO no ano de 2007, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior:

#### Aplicações Realizadas



### 3.6.2 - Contratações por Unidade Federativa

A tabela abaixo apresenta os valores contratados no ano de 2007, por Unidade da Federação, em confronto com a previsão contida na programação anual aprovada:

#### Operações Contratadas por Estados

Unidade Federativa	Previsão anual		Realizado		
	Valor (a)	%	Valor (b)	%	% (b/a)
Acre	157.400	10,0	72.737	6,6	46,2
Amazonas	236.000	15,0	226.199	20,4	95,8
Amapá	157.400	10,0	4.769	0,4	3,0
Pará	393.300	25,0	412.258	37,1	104,8
Rondônia	236.000	15,0	117.771	10,6	49,9
Roraima	157.400	10,0	18.671	1,7	11,9
Tocantins	236.000	15,0	257.546	23,2	109,1
<b>Total</b>	<b>1.573.500(*)</b>	<b>100,0</b>	<b>1.109.951(**)</b>	<b>100,0</b>	<b>70,5</b>

Fontes: (\*) Programação Anual de Aplicação do FNO - 2007

Fontes: (\*\*) Banco da Amazônia: Relatório de Atividades - exercício de 2007

A execução da programação orçamentária para a aplicação dos recursos do FNO em 2007 revela que a distribuição dos recursos pelos Estados que compõem a área de atuação do Fundo apresentou grandes distorções em relação aos valores inicialmente previstos. O Estado de Tocantins superou a meta estabelecida em 9,1%. Em segundo lugar destaca-se o Estado do Pará, cujas aplicações superaram em 4,8% a previsão anual.

No Estado do Amazonas as aplicações ficaram perto do previsto, alcançando 95,8% do valor aprovado na Programação.

Nos Estados do Acre (46,2%) e Rondônia (49,9%) os financiamentos concedidos não atingiram sequer 50,0% dos valores previstos. Por fim, com aplicações bem inferiores figuraram os Estados do Amapá e Roraima, com aplicações correspondentes, respectivamente, a 3,0% e a 11,9% dos valores que lhes foram destinados pela Programação de 2007.

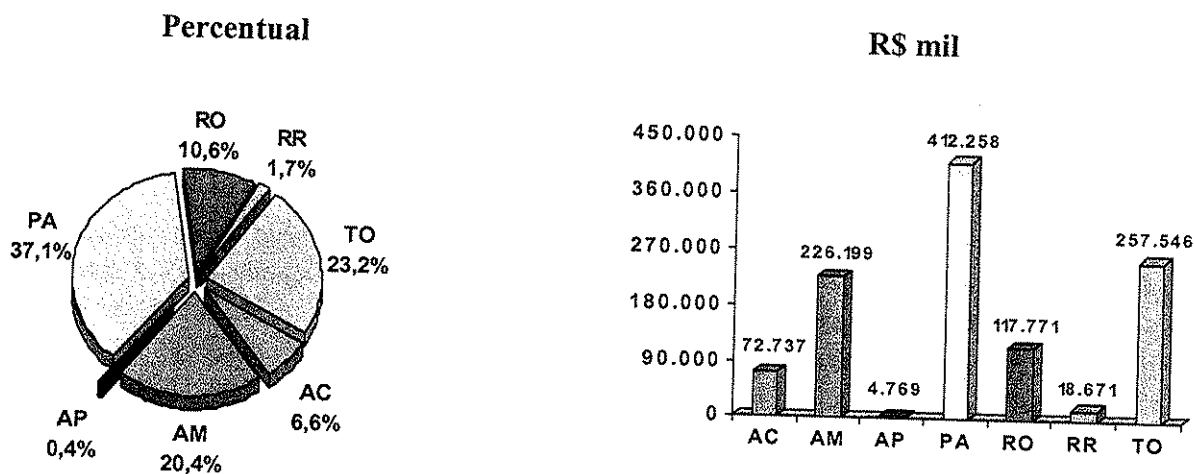
A previsão de contratação de operações com recursos do FNO é resultado das intenções de investimento detectadas em cada Unidade Federativa através de discussões e encontros realizados com a participação de representantes dos Governos Estaduais, Municipais e Federal, das classes produtoras e das classes trabalhadoras, com o objetivo de atender as vocações econômicas regionais.

Seria, assim, de se recomendar ao Banco da Amazônia a adoção de medidas/ações com a finalidade de detectar os eventuais problemas que poderiam estar dificultando a realização de financiamentos com recursos do Fundo nos Estados com baixos níveis de aplicação, de forma a se buscar soluções para viabilizar o atendimento das metas estabelecidas nas Programações anuais para a aplicação dos recursos.

Esclarece o Banco da Amazônia que o fraco desempenho verificado no Estado do Amapá decorreu, em grande parte, de dificuldades específicas encontradas no Estado, como as questões fundiárias; a carência de infra-estrutura viária; a falta de qualificação da mão-de-obra e a frágil organização contábil das empresas.

Os gráficos a seguir ilustram as aplicações do FNO no ano de 2007, por unidade federativa:

### Distribuição das Contratações por Estado



### 3.6.3 - Contratações por Setor e Programa

A programação do FNO para o ano de 2007, aprovada pelo Ministério da Integração Nacional, estabeleceu, como meta, a aplicação de R\$ 922,1 milhões no setor rural. Este montante representa 58,6% dos recursos totais previstos para o período. Para os demais setores (industrial, agroindustrial, comércio e serviços, turismo e infra-estrutura), a estimativa para o exercício de 2007 indica o montante de R\$ 651,4 milhões, correspondentes a 41,4% do orçamento do exercício.

A tabela a seguir apresenta o comportamento das contratações do FNO no exercício de 2007, por setor econômico e programa de financiamento, comparativamente à programação aprovada:

### Operações Contratadas Por Setor e Programa

Setores/Programas	R\$ mil		%	%
	Previsto (a)	Realizado (b)		
	Valor	Valor	%	b/a
<b>RURAL</b>	<b>922.100</b>	<b>662.511</b>	<b>59,7</b>	<b>71,8</b>
PRONAF - A	157.300	63.108	5,7	40,1
PRONAF - Demais Grupos	157.300	195.898	17,6	124,5
Demais Rurais	607.500	403.505	36,4	66,4
<b>NÃO - RURAL</b>	<b>651.400</b>	<b>447.440</b>	<b>40,3</b>	<b>68,7</b>
Indústria	197.800	209.745	18,9	106,0
Agroindústria	181.200	50.118	4,5	27,7
Turismo	85.500	16.434	1,5	19,2
Comércio e Serviços	152.600	131.393	11,8	86,1
Infra-Estrutura	34.300	39.750	3,6	115,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.573.500</b>	<b>1.109.951</b>	<b>100,0</b>	<b>70,5</b>

Fonte: Programação Anual e Relatório de Atividades do Banco da Amazônia.

Como se observa, os financiamentos direcionados ao setor rural (R\$ 662.511 mil) representaram apenas 71,8% do montante inicialmente previsto na Programação aprovada (R\$ 922.100 mil). Da mesma forma, em relação aos demais setores, o volume aplicado pelo Fundo (R\$ 447.440 mil) representou apenas 68,7% das metas estimadas (R\$ 651.400 mil). No geral, as aplicações realizadas corresponderam a apenas 70,5% da programação aprovada.

Das 39.995 operações realizadas, 98,9% (39.538 operações) referiram-se a projetos rurais, com financiamentos da ordem de R\$ 662.511 mil, o que corresponde a 59,7% das aplicações no período.

No setor rural, as aplicações do PRONAF-Grupo A (Reforma Agrária) corresponderam a 5,7% das aplicações totais de 2007 e representaram apenas 4,0% das aplicações totais previstas, percentual inferior aos 10,0% admitidos pela legislação em vigor (art. 7º, da Lei nº 9.126 de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei nº 10.186, de 12.02.2001). No PRONAF-Demais Grupos, as aplicações realizadas (R\$ 195.898 mil) superaram em 24,5% as aplicações previstas (R\$ 157.300 mil) e corresponderam a 17,6% das aplicações realizadas no exercício.

Os demais setores beneficiados, tiveram participação de apenas 1,1% na quantidade de financiamentos realizados, registrando 457 operações de crédito, com a contratação de financiamentos da ordem de R\$ 447.440 mil (40,3%).

Nas atividades não rurais, o setor industrial (R\$ 209.745 mil) e o de infra-estrutura (R\$ 39.750 mil), superaram, respectivamente em 6,0% e em 15,9% os valores previstos para aplicação na programação aprovada.

Nos demais setores as aplicações ficaram aquém dos valores estimados na programação de 2007, atingindo 27,7% no setor agroindustrial, 19,2% no turismo e 86,1% nos setores comerciais e de serviços.

Em relação aos financiamentos totais concedidos, foram, pequenas as aplicações na agroindústria (4,5%), no turismo (1,5%) e na infra-estrutura (3,6%).

No setor de comércio/serviços as aplicações realizadas (R\$ 131.393 mil) representaram 11,8% dos financiamentos totais concedidos. Corresponderam, todavia, a apenas 8,4% da programação total aprovada (R\$ 1.573.500 mil), situando-se, assim dentro do limite de 10,0% estabelecido pela legislação em vigor (art. 4º, § 3º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

A tabela a seguir mostra o resumo das contratações (número de operações e valor financiado) realizadas no ano 2007, por setor da economia e programa de financiamento:

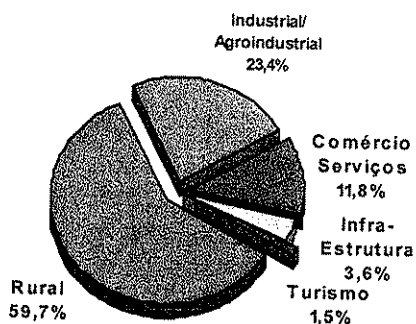
**Operações Contratadas por Setor Econômico/Programa**

Setor/Programa	Operações Contratadas	Participação %	Financiamentos Concedidos - R\$ mil	Participação %
<b>RURAL</b>	<b>39.538</b>	<b>98,9</b>	<b>662.511</b>	<b>59,7</b>
PRONAF A	4.055	10,1	63.108	5,7
PRONAF A/C	435	1,1	1.332	0,1
PRONAF B	18.161	45,4	24.282	2,2
PRONAF C	6.589	16,5	31.566	2,8
PRONAF D	5.986	15,0	107.251	9,7
PRONAF E	650	1,6	21.103	1,9
PRONAF Mulher	706	1,8	9.923	0,9
PRONAF Agroindústria	4	0,0	291	0,0
PRONAF Floresta	7	0,0	82	0,0
PRONAF Jovem	12	0,0	68	0,0
<b>Subtotal PRONAF (a)</b>	<b>36.605</b>	<b>91,5</b>	<b>259.006</b>	<b>23,3</b>
Agropecuária	2.928	7,4	402.526	36,3
Pesca e Aqüicultura	4	0,0	735	0,1
Floresta	1	0,0	244	0,0
<b>Subtotal Demais Rurais (b)</b>	<b>2.933</b>	<b>7,4</b>	<b>403.505</b>	<b>36,4</b>
<b>DEMAIS SETORES (c)</b>	<b>457</b>	<b>1,1</b>	<b>447.440</b>	<b>40,3</b>
Agroindústria	32	0,1	50.118	4,5
Comércio e Serviços	302	0,8	131.393	11,8
Indústria	110	0,3	209.745	18,9
Infra-Estrutura	2	0,0	39.750	3,6
Turismo	11	0,0	16.434	1,5
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>39.995</b>	<b>100,0</b>	<b>1.109.951</b>	<b>100,0</b>

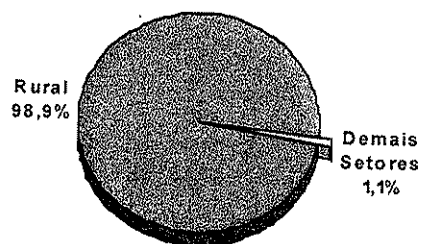
Fonte: Relatório de Atividades - exercício de 2007

**Distribuição Percentual das Aplicações por Setor**

**Valor Contratado**



**Quantidade de Operações**



**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**  
Relatório de Gestão – Exercício de 2007

Com vistas a um crescimento da economia regional de maneira equilibrada e sustentável, seria de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações no sentido de incrementar a participação dos investimentos não rurais nos projetos apoiados pelo FNO, especialmente nos setores turístico, de infra-estrutura e agroindustrial cujas aplicações em 2007 se situaram em patamares bem baixos.

### 3.6.4 - Contratações por Porte de Beneficiários

Com referência ao porte dos tomadores de financiamento do FNO, a programação anual apresentou a seguinte previsão de aplicação de recursos para 2007:

Porte Beneficiário	Valor Previsto	Participação
	R\$ mil	%
Mini/Micro	586.300	37,3
Pequeno	319.200	20,3
Médio	378.100	24,0
Grande	289.900	18,4
<b>TOTAL</b>	<b>1.573.500</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Programação Anual - 2007

Relativamente à execução orçamentária do período, a distribuição das aplicações do FNO, por porte do tomador, ficou assim representada:

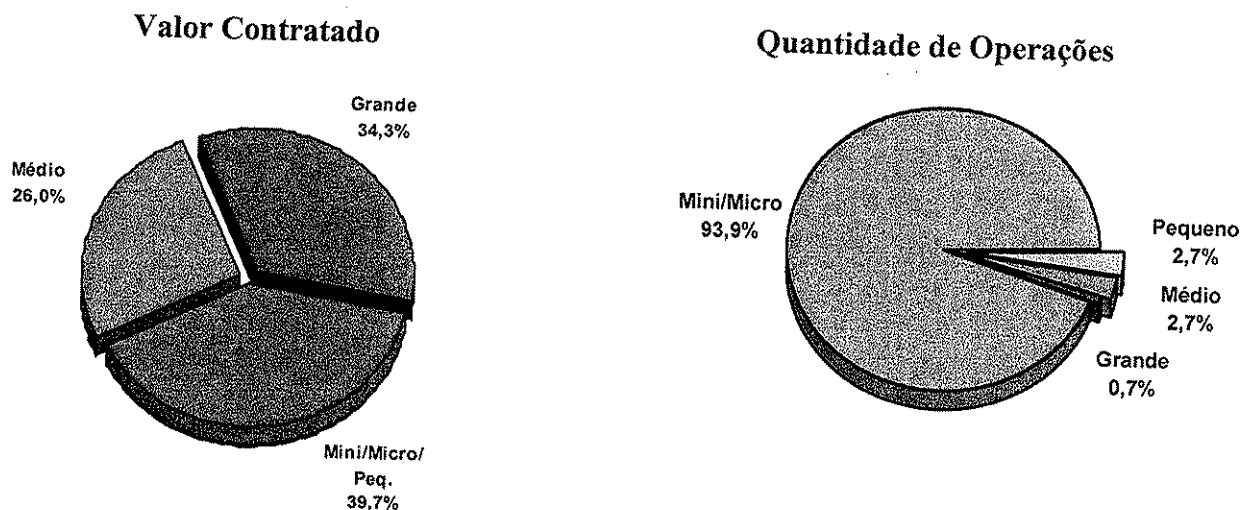
### Quantidade de Operações e Aplicação de Recursos por Porte (R\$ mil)

Porte dos Beneficiários	Setores				Total	
	Rural		Demais Setores		Qtde	R\$ Mil
	Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
Cooperativas	2	775	0	0	2	775
%	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Mini/micro	37.465	292.253	100	8.649	37.565	300.902
%	94,8	44,1	21,9	1,9	93,9	27,1
Pequeno	851	75.347	239	63.411	1.090	138.758
%	2,2	11,4	52,3	14,2	2,7	12,5
<b>Subtotal</b>	<b>38.318</b>	<b>368.375</b>	<b>339</b>	<b>72.060</b>	<b>38.657</b>	<b>440.435</b>
%	<b>96,9</b>	<b>55,6</b>	<b>74,2</b>	<b>16,1</b>	<b>96,7</b>	<b>39,7</b>
Médio	993	162.895	90	125.702	1.083	288.597
%	2,5	24,6	19,7	28,1	2,7	26,0
Grande	227	131.241	28	249.678	255	380.919
%	0,6	19,8	6,1	55,8	0,7	34,3
<b>Subtotal</b>	<b>1.220</b>	<b>294.136</b>	<b>118</b>	<b>375.380</b>	<b>1.338</b>	<b>669.516</b>
%	<b>3,1</b>	<b>44,4</b>	<b>25,8</b>	<b>83,9</b>	<b>3,3</b>	<b>60,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>
%	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição das aplicações do FNO, relativamente ao porte dos beneficiários:

### Distribuição Percentual das Contratações por Porte



A previsão de aplicação do FNO com os beneficiários de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e das micro e pequenas empresas) da Região Norte, em 2007, era de R\$ 905.500 mil, o equivalente a 57,6% do total de recursos estimados para o exercício. A execução orçamentária do Fundo no exercício de 2007 registrou um volume de aplicações da ordem de R\$ 440.435 mil no atendimento das necessidades daqueles segmentos produtivos. O valor aplicado corresponde a apenas 48,6% da estimativa prevista para o ano, representando, por outro lado, 39,7% de todo montante aplicado em 2007.

As aplicações com os tomadores de médio e grande porte totalizaram, no período, R\$ 669.516 mil, valor que correspondente a 60,3% dos recursos aplicados no período e a 100,2% da meta prevista para todo o exercício de 2007 (R\$ 668.000 mil).

Relativamente à quantidade de projetos financiados, as operações realizadas com os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas, (38.657 contratos) representaram 96,6% do número total de contratos formalizados.

Seria de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações no sentido de se incrementar as aplicações com os beneficiários de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas).

#### 3.6.5 – Contratações de acordo com a tipologia dos Municípios definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

Sob a ótica da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, do total de recursos aplicados pelo Fundo; 11,0% (R\$ 122.584 mil) destinaram-se aos municípios classificados como de Baixa Renda; 41,3% (R\$ 458.159 mil) aos municípios definidos como Estagnados; 19,7% (R\$ 218.069 mil) foram canalizados para municípios considerados Dinâmicos e os restantes R\$ 311.139 mil (28,0%) foram alocados em projetos localizados em municípios de Alta Renda.

**Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**  
Relatório de Gestão – Exercício de 2007

Os créditos concedidos com recursos do FNO no exercício 2007, de conformidade com a tipologia definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (Anexo nº 6), podem ser sintetizados, por Unidade da Federação, no quadro abaixo:

**Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Tipologia do PNDR**

UF	TIPOLOGIA PNDR	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total			
				Rural		Não-Rural		Qtde	%	R\$ Mil	%
				Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil				
AC	Alta Renda	1	1	187	8.889	32	22.429	219	0,5	31.318	2,8
	Baixa Renda	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0
	Dinâmica	15	11	655	13.600	70	15.362	725	1,8	28.962	2,6
	Estagnada	6	6	233	11.075	3	1.381	236	0,6	12.456	1,1
<b>AC Total</b>		<b>22</b>	<b>18</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>3,0</b>	<b>72.737</b>	<b>6,6</b>
AM	Alta Renda	1	1	27	3.089	51	178.045	78	0,2	181.134	16,3
	Baixa Renda	24	14	2.368	17.178	11	3.079	2.379	5,9	20.257	1,8
	Dinâmica	29	20	2.018	11.376	9	1.048	2.027	5,1	12.424	1,1
	Estagnada	8	6	995	11.302	5	1.081	1.000	2,5	12.383	1,1
<b>AM Total</b>		<b>62</b>	<b>41</b>	<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>13,7</b>	<b>226.199</b>	<b>20,4</b>
AP	Alta Renda	2	1	4	166	10	2.153	14	0,0	2.319	0,2
	Baixa Renda	4	4	30	542	0	0	30	0,1	542	0,0
	Dinâmica	8	5	113	1.704	1	110	114	0,3	1.814	0,2
	Estagnada	2	1	5	94	0	0	5	0,0	94	0,0
<b>AP Total</b>		<b>16</b>	<b>11</b>	<b>152</b>	<b>2.506</b>	<b>11</b>	<b>2.263</b>	<b>163</b>	<b>0,4</b>	<b>4.769</b>	<b>0,4</b>
PA	Alta Renda	2	2	590	9.670	21	36.900	611	1,5	46.570	4,2
	Baixa Renda	46	42	6.773	40.326	5	856	6.778	16,9	41.182	3,7
	Dinâmica	59	52	10.267	132.788	15	9.041	10.282	25,7	141.829	12,8
	Estagnada	36	36	4.699	114.936	26	67.741	4.725	11,8	182.677	16,5
<b>PA Total</b>		<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>56,0</b>	<b>412.258</b>	<b>37,1</b>
RO	Alta Renda	7	6	143	8.432	19	3.791	162	0,4	12.223	1,1
	Baixa Renda	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0
	Dinâmica	9	8	167	4.030	0	0	167	0,4	4.030	0,4
	Estagnada	36	35	1.179	41.308	82	80.210	1.261	3,2	101.518	9,1
<b>RO Total</b>		<b>52</b>	<b>49</b>	<b>1.489</b>	<b>53.770</b>	<b>101</b>	<b>84.001</b>	<b>1.590</b>	<b>4,0</b>	<b>117.771</b>	<b>10,6</b>
RR	Alta Renda	1	1	72	3.049	21	1.757	93	0,2	4.806	0,4
	Baixa Renda	4	3	59	2.330	0	0	59	0,1	2.330	0,2
	Dinâmica	9	9	2.400	11.535	0	0	2.400	6,0	11.535	1,0
	Estagnada	1	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0
<b>RR Total</b>		<b>15</b>	<b>13</b>	<b>2.531</b>	<b>16.914</b>	<b>21</b>	<b>1.757</b>	<b>2.552</b>	<b>6,4</b>	<b>18.671</b>	<b>1,7</b>
TO	Alta Renda	11	11	949	20.155	36	12.614	985	2,5	32.769	3,0
	Baixa Renda	40	35	1.861	41.382	3	16.891	1.864	4,7	58.273	5,3
	Dinâmica	20	15	497	16.899	6	576	503	1,3	17.475	1,6
	Estagnada	68	67	3.247	136.656	31	12.376	3.278	8,2	149.032	13,4
<b>TO Total</b>		<b>139</b>	<b>128</b>	<b>6.554</b>	<b>215.092</b>	<b>76</b>	<b>42.456</b>	<b>6.630</b>	<b>16,6</b>	<b>257.548</b>	<b>23,2</b>
Total	Alta Renda	25	23	1.972	53.450	190	257.689	2.162	5,4	311.139	28,0
	Baixa Renda	118	98	11.091	101.758	19	20.826	11.110	27,8	122.584	11,0
	Dinâmica	149	120	16.117	191.932	101	26.137	16.218	40,5	218.069	19,7
	Estagnada	157	151	10.358	315.371	147	142.788	10.505	26,3	458.159	41,3
<b>FNO Total</b>		<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>100</b>	<b>1.109.951</b>	<b>100</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

Relativamente à quantidade de operações, verifica-se que 94,6% dos contratos beneficiaram os municípios de Baixa Renda, Estagnados de Média Renda e Dinâmicos de baixa e média rendas, sendo apenas 5,4% formalizados nos municípios de Alta Renda.

Na Região Norte, existem 25 municípios classificados como de Alta Renda (5,6% do total de municípios), dos quais 23 receberam os 28% dos recursos do FNO em apenas 5,4% do número de operações contratadas. Por outro lado, os municípios classificados como Baixa Renda totalizam 118 na Região Norte. Desse total, foram atendidos 98 municípios com os recursos do FNO em 2007. Esses municípios auferiram 11,0% das contratações e 27,8% do número de operações contratadas.

Observamos que dos 57 municípios que, no ano de 2007, deixaram de ser atendidos, 55 se classificam como de baixa renda (20), dinâmicos de baixa renda e média renda (29) e estagnados de média renda (6). Dos municípios classificados como de alta renda, no total de 25, 2 deixaram de ser atendidos.

Seria, assim, de se recomendar ao Banco da Amazônia, o desenvolvimento de ações para se levar crédito aos municípios que não vêm sendo atendidos, especialmente os de menor renda e de menor dinamismo, através do próprio Banco da Amazônia ou mediante repasse para outras instituições.

### 3.6.6 – Contratações nas Mesorregiões

No exercício de 2007, R\$ 207.083 mil foram aplicados em mesorregiões apoiadas pelo Ministério da Integração Nacional. A programação financeira do FNO para o Exercício 2007 previa a aplicação de R\$ 122 milhões, sendo R\$ 60 milhões na mesorregião do Bico do Papagaio, R\$ 42 milhões na mesorregião do Vale do Rio Acre e R\$ 20 milhões na mesorregião do Alto Solimões. A programação financeira do FNO 2007 não previu aplicações para a mesorregião da Chapada das Mangabeiras (municípios localizados no Tocantins).

As aplicações nas mesorregiões do Bico do Papagaio (R\$ 148.856 mil) e do Vale do Rio Acre (R\$ 51.221 mil) superaram as estimativas de aplicações em 148,1% e em 21,9% respectivamente. Entretanto, na mesorregião do Alto Solimões, compreendida por 9 municípios, apenas, um município (Benjamin Constant) registrou contratações de R\$ 320 mil, ficando a previsão de aplicação 98,4% abaixo do estimado.

Apesar da meta global de contratações nas mesorregiões terem sido atingida no ano de 2007, os financiamentos com recursos do FNO foram concentrados na mesorregião do Bico do Papagaio, que recebeu 71,8% dos recursos destinados às mesorregiões apoiadas pelo Ministério da Integração Nacional na Região Norte.

### Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Mesorregiões

UF	Mesorregiões	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total	
				Rural		Não-Rural		Qtde	R\$ Mil
				Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
AC	Vale do Rio Acre	11	11	623	25.155	39	24.281	662	49.436
<b>AC Total</b>		<b>22</b>	<b>18</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>72.737</b>
AM	Alto Solimões	9	1	1	320	0	0	1	320
	Vale do Rio Acre	2	1	370	1.619	2	166	372	1.785
<b>AM Total</b>		<b>62</b>	<b>41</b>	<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>226.199</b>
PA	Bico do Papagaio	25	25	2.227	79.277	10	37.263	2.237	116.540
<b>PA Total</b>		<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>
TO	Bico do Papagaio	25	20	739	15.425	3	16.891	742	32.316
	Mangabeiras	8	8	816	6.686	0	0	816	6.686
<b>TO Total</b>		<b>139</b>	<b>128</b>	<b>6.554</b>	<b>215.092</b>	<b>76</b>	<b>42.456</b>	<b>6.630</b>	<b>257.546</b>
<b>Total</b>	Alto Solimões	9	1	1	320	0	0	1	320
	Bico do Papagaio	50	45	2.966	94.702	13	54.154	2.979	148.856
	Mangabeiras	8	8	816	6.686	0	0	816	6.686
	Vale do Rio Acre	13	12	993	26.774	41	24.447	1.034	51.221
<b>FNO Total</b>		<b>80</b>	<b>66</b>	<b>4.776</b>	<b>128.482</b>	<b>54</b>	<b>78.601</b>	<b>4.830</b>	<b>207.083</b>
<b>Total</b>		<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

Considerando que o Ministério da Integração Nacional vem implementando ações para o desenvolvimento da mesorregião do Alto Solimões desde 2000, seria de se recomendar ao Banco da Amazônia que, em articulação com a Secretaria de Programas Regionais (SPR), do Ministério da Integração Nacional, implemente ações para viabilizar a alocação de recursos do Fundo naquela mesorregião.





### 3.6.7 – Contratações nos Municípios Integrantes da Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira (Lei 6.634, de 1979, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26.08.1980), que abrange 11 Estados e 588 municípios.

Na área de atuação do FNO, existem 98 municípios que integram a região da Faixa de Fronteira (Anexo nº 7). Destes, 78 municípios foram atendidos com recursos do FNO no ano de 2007. Previa-se, na programação financeira do FNO para 2007, a aplicação de R\$ 20 milhões nesta região. Esta previsão inicial foi superada em mais de 8 vezes, tendo as aplicações atingido o total de R\$ 188.282 mil na região da Faixa de Fronteira, sendo 51,0% dos recursos destinado ao setor rural. Cerca de 38,6% dos recursos destinados estão aplicados no Estado do Acre, que tem todos os seus 22 municípios englobados por esta área de planejamento.

#### Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Faixa de Fronteira

UF	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total	
			Rural		Não-Rural		Qtde	R\$ Mil
			Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
AC	22	18	1.075	33.564	105	39.172	1.180	72.736
%	22,4	24,3	17,0	35,0	53,8	42,5	18,1	38,6
<b>AC Total</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>72.736</b>
AM	21	9	1.207	5.588	3	216	1.210	5.804
%	21,4	12,2	19,0	5,8	1,5	0,2	18,5	3,1
<b>AM Total</b>	<b>62</b>	<b>41</b>	<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>226.198</b>
AP	8	4	78	780	0	0	78	780
%	8,2	5,4	1,2	0,8	0,0	0,0	1,2	0,4
<b>AP Total</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>152</b>	<b>2.506</b>	<b>11</b>	<b>2.263</b>	<b>163</b>	<b>4.769</b>
PA	5	4	650	5.906	2	532	652	6.438
%	5,1	5,4	10,3	6,2	1,0	0,8	10,0	3,4
<b>PA Total</b>	<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>
RO	27	26	797	33.275	64	50.578	861	83.853
%	27,6	35,1	12,6	34,7	32,8	54,8	13,2	44,5
<b>RO Total</b>	<b>52</b>	<b>49</b>	<b>1.489</b>	<b>53.770</b>	<b>101</b>	<b>64.001</b>	<b>1.590</b>	<b>117.771</b>
RR	15	13	2.531	16.914	21	1.757	2.552	18.671
%	15,3	17,6	39,9	17,6	10,8	1,9	39,1	9,9
<b>RR Total</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>2.531</b>	<b>16.914</b>	<b>21</b>	<b>1.757</b>	<b>2.552</b>	<b>18.671</b>
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>74</b>	<b>6.338</b>	<b>96.027</b>	<b>195</b>	<b>92.255</b>	<b>6.533</b>	<b>188.282</b>
%	21,8	18,9	16,0	14,5	42,7	29,6	16,3	17,0
<b>FNO Total</b>	<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

### 3.6.8 – Contratações nos Municípios da Área de Influência da BR – 163

O Governo Federal vem desenvolvendo, desde 2004, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, na área da rodovia BR-163. Esta rodovia atravessa a Amazônia Central, passando por municípios nos Estados do Mato Grosso e do Pará. É uma das áreas mais importantes do ponto de vista de potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais da Região Norte. A principal meta desse plano é o asfaltamento da rodovia, com foco no desenvolvimento equilibrado do território.

Os recursos do FNO não atendem o Estado do Mato Grosso, o qual é atendido com recursos do FCO. O Quadro abaixo apresenta as contratações realizadas nos municípios do Estado do Pará que compreendem a área de influência da BR-163 (Anexo nº 8). São 29 municípios (20,3% do total do Estado) que compreendem esta área de influência, dos quais 25 foram assistidos com recursos do FNO, com a realização de 3.674 operações (sendo 99,7% no setor rural), totalizando empréstimos de R\$ 50.308 mil (sendo 96,0% no setor rural).

**Aplicações por Unidade da Federação em 2007 – Área de Influência da BR-163**

UF	Total de Municípios	Municípios Assistidos	Setores				Total	
			Rural		Não-Rural		Qtde	R\$ Mil
			Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil		
PA	29	25	3.663	48.338	11	1.970	3.674	50.308
%	20,3	18,9	16,4	16,2	16,4	1,7	16,4	12,2
<b>PA Total</b>	<b>143</b>	<b>132</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>
<b>Total FNO</b>	<b>449</b>	<b>392</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

### 3.6.9 - Contratações de valor superior a R\$ 10 milhões

No exercício de 2007 o FNO concedeu apenas 12 empréstimos individuais de valor superior a R\$ 10 milhões, para o financiamento de projetos no valor total de R\$ 224.907 mil. O total financiado correspondeu a 83,0% dos investimentos totais.

Os financiamentos de maior valor (Tabela 46 do relatório apresentado pelo banco) beneficiaram os setores industrial, de comércio/serviços, do turismo e de infra-estrutura (3 projetos voltados para a produção e distribuição de energia e 1 projeto para a produção e distribuição de gás).

O financiamento máximo concedido para um empreendimento foi de R\$ 39.599 mil no programa de financiamento a Infra-Estrutura, na cidade de Manaus – AM, município que registrou outras 5 operações com valores superiores a R\$ 10 milhões, totalizando, as 6 operações, o montante de R\$ 126.743 mil, o equivalente a 11,4% do total aplicado em toda a Região Norte com recursos do FNO.

As disponibilidades (recursos para novas aplicações) existentes no Fundo permitem o financiamento de novos projetos estruturadores, capazes de contribuir para a melhoria dos setores secundários da economia da Região Norte, sobretudo os setores de infra-estrutura, da agroindústria, da indústria e do turismo.

Projeto Financiado	UF	Tipologia	Municípios	Atividade Financiada	Valor do Projeto (R\$ mil)	Valor Financiado (R\$ mil)	Empregos Gerados
ABATE DE AVES E OUT PEQ ANIMAIS	TOCANTINS	Baixa Renda	AUGUSTINOPOLIS	Industrial	17.317,0	16.390,5	338
Ativ Relac a Organiz e Transporte	PARÁ	Alta Renda	BELEM	Turismo	11.895,1	8.311,1	36
EDUC MEDIA FORMAÇÃO GERAL	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Comércio/ Serviços	11.111,0	11.111,0	27
Fab artefatos diversos plástico	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Industrial	13.361,1	10.304,6	98
FAB COLCHÕES	PARÁ	Estagnada	ANANINDEUA	Industrial	16.664,9	16.664,9	1
FAB PROD DIVERSOS	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Industrial	36.145,5	36.145,5	1
FAB TENIS DE QUALQUER MATERIAL	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Industrial	14.365,0	10.055,6	4
Prod de gusa	PARÁ	Estagnada	MARABA	Infra-Estrutura	33.483,1	26.786,5	128
PROD DIST ENERGIA ELETRICA	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Infra-Estrutura	27.978,7	19.527,4	4
PROD DIST ENERGIA ELETRICA	AMAZONAS	Alta Renda	MANAUS	Infra-Estrutura	49.498,3	39.598,6	150
PROD DIST ENERGIA ELETRICA	RONDÔNIA	Estagnada	CHUPINGUAIA	Infra-Estrutura	24.076,3	17.986,9	3
Prod e distribuição gás através tubulações	RONDÔNIA	Estagnada	ROLIM DE MOURA	Infra-Estrutura	15.181,4	12.024,9	146
<b>Total Geral</b>					<b>271.077,4</b>	<b>224.907,4</b>	<b>936</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

### 3.6.10 – Contratações por modalidade do crédito

De acordo com informações prestadas em e-mail de 14.04.2008, retificando informações constantes da Tabela nº 23 (página 73) do relatório apresentado, informa o Banco da Amazônia que do total dos créditos concedidos no ano de 2007, R\$ 900.757 mil (81,2%) destinaram-se à realização de projetos de investimentos, sendo R\$ 454.509 mil no setor rural e R\$ 446.248 mil nos demais setores. Para custeio foram direcionados R\$ 208.002 mil (18,7%) e para capital de giro R\$ 1.192 mil (0,1%).

Observa-se que houve predominância dos créditos para investimentos fixos, procedimento compatível com os objetivos que determinaram a criação do Fundo.

### 3.6.11 – Contratações por estabelecimentos

No ano de 2007, o Banco da Amazônia realizou, com recursos do FNO, 39.995 operações de créditos nos diversos setores da economia. Segundo informa o Banco da Amazônia em seu relatório, existem, na área de atuação do Fundo, 485.289 estabelecimentos, sendo 446.175 rurais e 39.114 não rurais. Como demonstrado no quadro abaixo, o número de operações realizadas em 2007 corresponde, ao todo, a 8,2% do número de estabelecimentos existentes nos sete Estados beneficiários dos recursos do FNO.

ESTADO	Setores						Total		
	Rural			Não-Rural			OP. Contratadas (a)	Nº de Estabelecimentos	% (a/b)
	OP. Contratadas (a)	Nº de Estabelecimentos	% (a/b)	OP. Contratadas (a)	Nº de Estabelecimentos	% (a/b)			
Acre	1.075	23.788	4,5	105	1.946	5,4	1.180	25.734	4,6
Amapá	152	3.349	4,5	11	1.426	0,8	163	4.775	3,4
Amazonas	5.408	83.289	6,5	76	7.589	1,0	5.484	90.878	6,0
Pará	22.329	206.404	10,8	67	13.484	0,5	22.396	219.888	10,2
Rondônia	1.489	76.956	1,9	101	8.502	1,2	1.590	85.458	1,9
Roraima	2.531	7.476	33,9	21	1.405	1,5	2.552	8.881	28,7
Tocantins	6.554	44.913	14,6	76	4.762	1,6	6.630	49.675	13,3
<b>TOTAL</b>	<b>39.538</b>	<b>446.175</b>	<b>8,9</b>	<b>457</b>	<b>39.114</b>	<b>1,2</b>	<b>39.995</b>	<b>485.289</b>	<b>8,2</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

Observa-se que os recursos do FNO financiaram, em 2007, um percentual muito pequeno dos empreendimentos existentes na Região beneficiária dos recursos do Fundo (8,2% em média), havendo, assim, margem para uma boa ampliação do crédito. No setor rural, o número de operações contratadas corresponde a 8,9% do número de estabelecimentos. Nos demais setores, o número de operações representou apenas 1,2% do número de estabelecimentos.

Levando em conta as disponibilidades existentes (R\$ 1.383.371 mil no Balanço Patrimonial do FNO de 31.12.2007) seria de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações para se incrementar as aplicações com recursos do FNO objetivando ampliar o número de estabelecimentos atendidos na Região Norte com recursos do Fundo.

### 3.6.12 – Contratações com clientes que operaram com o FNO pela primeira vez.

Esclarece o Banco da Amazônia no Relatório de Atividades que, no exercício de 2007, foram realizadas 31.700 operações com clientes que apresentaram propostas de financiamento pela primeira vez. Este número representa 79,3% da quantidade de contratos formalizados pelo Fundo no período (39.995 operações). Tais financiamentos atingiram R\$ 611.790 mil, montante equivale a 55,1% da totalidade das aplicações do FNO no ano de 2007 (R\$ 1.109.951 mil).

Constata-se que, relativamente ao número de operações realizadas, houve a agregação de um bom número de novos clientes, havendo, assim, uma boa disseminação do crédito.

### 3.6.13 – Aplicações realizadas por faixas de valores

De acordo com informações prestadas pelo Banco da Amazônia, sintetizamos a seguir, as contratações com recursos do FNO, no ano 2007, por faixas de valores:

Intervalo de Valores	Setores				Total	
	Rural		Não-Rural			
	Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil
Até R\$ 500	1	1	0	0	1	1
Acima de R\$ 500 Até R\$ 1.000	5.339	5.317	0	0	5.339	5.317
Acima de R\$ 1.000 Até R\$ 10.000	21.860	64.121	0	0	21.860	64.121
<b>Até R\$ 10.000</b>	<b>27.200</b>	<b>69.439</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27.200</b>	<b>69.439</b>
Acima de R\$ 10.000 Até R\$ 35.000	9.909	193.615	22	560	9.931	194.175
Acima de R\$ 35.000 Até R\$ 100.000	1.412	87.158	107	7.312	1.519	94.470
Acima de R\$ 100.000 Até R\$ 1.000.000	995	277.182	274	88.661	1.269	365.843
Acima de R\$ 1.000.000 Até R\$ 10.000.000	22	35.117	43	134.310	65	169.427
Acima de R\$ 10.000.000 Até R\$ 20.000.000	0	0	8	114.066	8	114.066
Acima de R\$ 20.000.000 Até R\$ 100.000.000	0	0	3	102.531	3	102.531
Acima de R\$ 100.000.000	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

O número de operações contratadas de valores até R\$ 10.000,00 decorre exclusivamente dos financiamentos concedidos ao setor rural. Na faixa acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00 foram realizadas com os demais setores (setor não rural) apenas 22 operações, no total de R\$ 560 mil.

Seria, assim, de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações no sentido de prestar melhor assistência financeira às micro e pequenas empresas não rurais, sabidamente grandes absorvedoras de mão-de-obra.

### 3.6.14 – Demanda de recursos no exercício de 2007

Informa o Banco da Amazônia que ao final do exercício de 2007 existiam 12.638 propostas em carteira totalizando a demanda de recursos no montante de R\$ 876.103 mil. Do total de propostas existentes em 31.12.2007, R\$ 180.197 mil (1.556 projetos) referiam-se a projetos já aprovados, aguardando a contratação.

## 4 – ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (OFÍCIO N° 196, DE 17.08.2006)

Na elaboração da proposta para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007, o Banco da Amazônia atendeu às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Nacional pelo Ofício n° 196/MI, de 17.08.2006 (Anexo n° 01).

Relativamente às prioridades definidas para a alocação dos recursos do Fundo, também fixadas no mesmo documento, informa o Banco da Amazônia, em seu Relatório de Atividades que, na concessão de financiamentos procurou observar as prioridades gerais, setoriais e espaciais elencadas no Plano de

Aplicação de Recursos do FNO para 2007, tendo sido financiados, projetos que atendem aos seguintes requisitos:

**Dentro das Prioridades Gerais**

- a) projetos apresentados por agricultores familiares, por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;
- b) projetos voltados para a preservação e conservação do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas;
- c) projetos inseridos em arranjos produtivos locais, que tenham por objetivo a exploração de potencialidades e vocações econômicas dos Estados e contribuam para a redução das desigualdades regionais;
- d) projetos com alto grau de geração de emprego e renda que contribuam para a dinamização do mercado local.

**Em relação às Prioridades Setoriais**

- a) projetos relacionados com o desenvolvimento da aquicultura e da pesca;
- b) projetos de infra-estrutura econômica da iniciativa privada;
- c) projetos relacionados à fruticultura regional e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas;
- d) projetos industriais e agroindustriais voltados para o beneficiamento de produtos regionais que contribuam para a agregação de valor às matérias-primas regionais;

**De acordo com as Prioridades Espaciais**

- a) projetos localizados em áreas indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico;
- b) projetos localizados em sub-regiões vulneráveis sob o ponto de vista social e econômico e em sub-regiões estagnadas ou com potencial dinâmico inexplorado;
- c) projetos localizados nas mesorregiões do Alto Solimões, Vale do Rio Acre e do Bico do Papagaio.

**Contratações com Mini/Micro e Pequenos Empreendedores**

Uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Nacional através do Ofício nº 196/MI, de 17.08.2006 para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007, é o atendimento aos projetos apresentados por agricultores familiares, por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações.

A tabela abaixo retrata os financiamentos concedidos aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, excluindo as contratações ao amparo do PRONAF.

### Quantidade de Contratações e Aplicação de Recursos por Porte

Porte dos Beneficiários	Setores				Total	
	Rural		Demais Setores			
	Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil	Qtde	R\$ Mil
Mini/micro(x)	37.467	293.028	100	8.649	37.567	301.677
%	94,8	44,1	21,9	1,9	93,9	27,2
Pequeno	851	75.347	239	63.411	1.090	138.758
%	2,2	11,4	52,3	14,2	2,7	12,5
<b>Subtotal 1</b>	<b>38.318</b>	<b>367.600</b>	<b>339</b>	<b>72.060</b>	<b>38.657</b>	<b>440.435</b>
%	<b>96,9</b>	<b>55,5</b>	<b>74,2</b>	<b>16,1</b>	<b>96,6</b>	<b>39,7</b>
PRONAF	36.605	259.006	0	0	36.605	259.006
%	92,6	39,1	0,0	0,0	91,5	23,3
<b>Subtotal 2 (xx)</b>	<b>1.713</b>	<b>108.594</b>	<b>339</b>	<b>72.060</b>	<b>2.052</b>	<b>181.429</b>
%	4,3	16,4	74,2	16,1	5,1	16,2
<b>TOTAL FNO</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

(x) Inclusive cooperativas

(xx) Subtotal 2 = ( Mini/Micro + Pequeno ) - PRONAF

Quando retirado das contratações com mini e pequenos produtores rurais as operações realizadas segundo as normas do PRONAF, percebe-se que o percentual de contratações realizadas com este porte de empreendedor, em relação ao total contratado em 2007, pelo FNO, se reduz de 39,7% para 16,2%. Já o percentual do número de operações contratadas, em relação ao total, se reduz de 96,6% para 5,1%.

Vale ressaltar que com os empreendedores não rurais (micro e pequenas empresas) foram realizadas apenas 239 operações, no total de R\$ 72.060 mil.

#### Apoio a projetos que utilizam tecnologias inovadoras

Com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO o Banco da Amazônia informa haver financiado projetos com as seguintes finalidades:

- uso de tecnologia inovadora para a obtenção de perfis de PVC, especialmente criados para a montagem de estrutura que segura o forro de residências, com vantagens comparativas superiores ao padrão utilizado na construção civil atual (município de Manaus - AM);
- industrialização e comercialização de artigos plásticos, onde 60% produção é realizada com matéria-prima reciclada (Município de Marituba - PA);
- geração de energia elétrica utilizando como fonte geradora de energia o cavaco de madeira, fonte de energia renovável com conseqüente redução da dependência do petróleo (Município de Pimenta Bueno - RO);
- industrialização do leite, buscando melhorar as condições de higiene no trato do produto, aumento do produto e maior renda para o produtor rural (Município de Alenquer – PA);
- financiamento, via PRONAF, no Município de Óbidos – PA, de projeto introduzindo a agricultura mecanizada, visando ganhos de produtividade e maior renda para o produtores;
- financiamento, via PRONAF, de 7 mini unidades de industrialização de leite e derivados, de frutas regionais e de outros produtos da floresta (município de Ariquemes – RO);

- implantação de projeto para instalação de indústria de cimento, dentro dos mais modernos conceitos de redução dos impactos ambientais (Município de Xambioá – TO);
- projetos de alta tecnologia agrícola para o cultivo de melancia, elevando a produtividade e transformando aquelas localidades nos maiores produtores nacionais desse fruto (Municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia – TO); e
- adoção, no extremo norte do Estado do Tocantins, de tecnologias de ponta na avicultura, melhorando a qualidade das aves.

## 5 – MUNICÍPIOS ASSISTIDOS

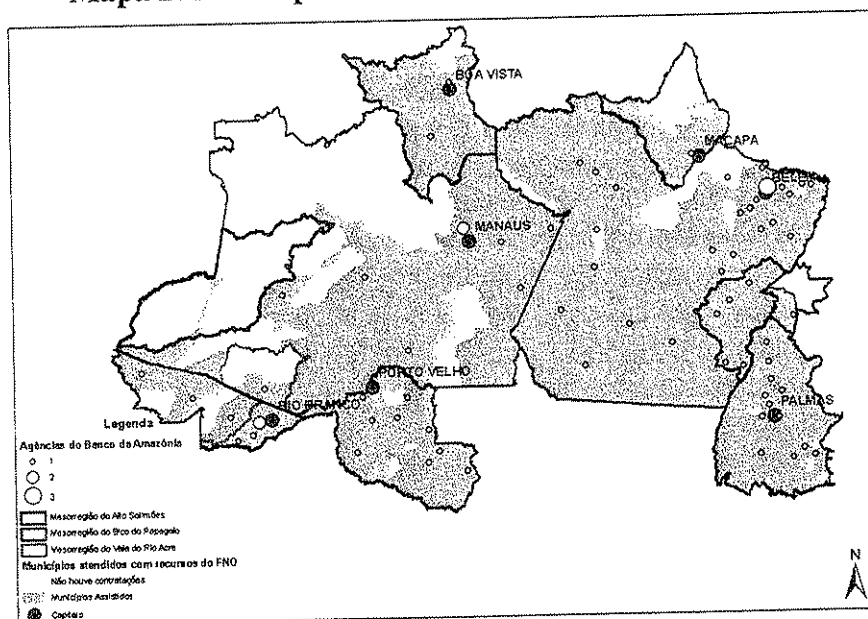
As tabelas abaixo apresentam as características da distribuição espacial dos recursos do FNO no ano de 2007. Os recursos aplicados em 2007, no montante de R\$ 1.109.951 mil, beneficiaram 392 municípios da área de atuação do Fundo, quantidade equivalente a 87,3% do total de municípios da região (449). Dessa forma, no exercício de 2007, 57 municípios não receberam nenhuma assistência financeira do FNO.

Como se observa do quadro acima, dos municípios pertencentes aos Estados do Pará, de Rondônia e do Tocantins 92,3%, 94,2% e 92,1%, respectivamente, receberam recursos do FNO para o financiamento das atividades econômicas ali desenvolvidas. Nos Estados de Roraima e Acre, 86,7% e 81,8% dos municípios que integram aquelas Unidades da Federação, respectivamente, foram beneficiados com recursos do Fundo. No Estado do Amapá apenas 68,8% dos municípios ali localizados tiveram projetos financiados com recursos do FNO. Por fim, no Estado do Amazonas somente 66,1% dos municípios obtiveram recursos financeiros concedidos pelo Fundo para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

**Número de Operações Contratadas em 2007 por Estado**

	FNO (*)	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
Municípios	449	22	62	16	143	52	15	139
Municípios Assistidos	392	18	41	11	132	49	13	128
%	87,3	81,8	66,1	68,8	92,3	94,2	86,7	92,1
Nº de Operações	39.995	1.180	5.484	163	22.396	1.590	2.552	6.630
%	100,0	3,0	13,7	0,4	56,0	4,0	6,4	16,5
Total de Contratações	1.109.951	72.737	226.199	4.769	412.258	117.771	18.671	257.546
%	100,0	6,6	20,4	0,4	37,1	10,6	1,7	23,2

**Mapa 2: Municípios Assistidos com Recursos do FNO**



## 6 - RECURSOS PRÓPRIOS DOS BENEFICIÁRIOS

De acordo com informações constantes do relatório apresentado pelo Banco da Amazônia, a contrapartida de recursos próprios dos beneficiários do FNO nos financiamentos realizados em 2007 foi, em média, de 9,9 % do valor dos projetos apresentados, como detalhado a seguir:

Discriminação	R\$ mil					
	Setor Rural		Demais Setores		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Valores Totais dos Projetos</b>	<b>699.502</b>	<b>100</b>	<b>520.163</b>	<b>100,0</b>	<b>1.219.665</b>	<b>100,0</b>
Financiamentos do FNO	662.511	94,7	447.440	86,0	1.109.951	91,0
Parcelas de Recursos Próprios	36.991	5,3	72.723	14,0	109.714	9,0

Fonte: Relatório de Atividades Exercício de 2007 - Banco da Amazônia.

Os investimentos totais dos setores produtivos da região que contaram com apoio do FNO atingiram R\$ 1.219.665 mil. Desse montante, o Fundo participou com R\$ 1.109.951 mil, o que representou 91,0% dos valores envolvidos nos projetos financiados no período. A participação de recursos próprios foi de 5,3% nos empreendimentos rurais e de 14,0% nos demais empreendimentos, representando, em média, 9,0% dos investimentos totais.

## 7 – DEVEDORES POR REPASSES

De acordo com o item 2.3, alínea h, do anexo nº 01 ao Ofício nº 196/MI, de 17.08.2006, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional estabeleceu, como diretriz para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007, a realização de repasses de recursos do Fundo para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em especial para cooperativas de crédito e para os Estados que vêm apresentando índices de aplicação abaixo dos previstos (Acre, Amapá e Roraima).

Informa o Banco da Amazônia em seu relatório que, no exercício de 2007, não houve demanda por repasse de recursos do FNO para aplicação por outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Vale salientar, a propósito, que, no balanço de 31.12.2007, a rubrica Devedores por Repasses apresentou o saldo de R\$ 11.432 mil, decorrente de operações de repasses realizadas pelo Banco da Amazônia no passado. As Notas Explicativas às demonstrações financeiras do período registram que *os devedores por repasse estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos calculados "pro rata die" e apropriados pelo regime de competência.*

Levando em conta as baixas aplicações que vêm sendo feitas diretamente pelo banco administrador, as elevadas disponibilidades existentes em 31.12.2007 (R\$ 1.383.371 mil) e o grande número de municípios que ficaram sem assistência (57), seria de se reiterar a recomendação para que o Banco da Amazônia repasse recursos no FNO para serem aplicados por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## 8 – CARTEIRA DE FINANCIAMENTO – SALDO DAS APLICAÇÕES

### 8.1 – Saldos totais dos financiamentos por Setor e Estado

A carteira de financiamentos do FNO no Banco da Amazônia apresentava, em 31.12.2007, saldo de R\$ 6.678.176, além de R\$ 11.432 mil relativos a financiamentos concedidos por outras instituições financeiras com recursos do Fundo. Os dados sobre os saldos dos financiamentos foram extraídos das informações gerenciais fornecidas pelo Banco da Amazônia, referentes ao mês de dezembro de 2007 (Anexo nº 9), uma vez que os saldos constantes do relatório apresentado pelo Banco não conferem com o balanço de 31.12.2007 do Fundo.

Do montante de R\$ 6.678.176 mil, 76,1% correspondiam a operações do setor rural. Os outros 23,9% da carteira se referiam a financiamentos dos setores industrial (14,0%), agroindustrial (1,5%), turismo (1,2%), infra-estrutura (3,1%), comércio e serviços (4,1%). O anexo nº 9 fornece o detalhamento das aplicações por setor em cada Estado.

Em 31.12.2007 era a seguinte a composição da Carteira de Empréstimos do FNO, por Estado e Setor Econômico.

#### Saldos de Financiamento por Estado e Setor (R\$ mil)

Estados	Saldos das Operações					
	Rural		Demais Setores		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor (*)	%
Acre	233.292	4,6	92.472	5,8	325.764	4,9
Amapá	43.345	0,9	12.618	0,8	55.963	0,8
Amazonas	229.131	4,5	477.323	30,0	706.454	10,6
Pará	2.323.985	45,7	580.334	36,4	2.904.319	43,5
Rondônia	676.601	14,3	245.783	15,4	922.384	13,8
Roraima	155.836	3,1	10.840	0,7	166.676	2,5
Tocantins	1.423.046	28,0	173.570	10,9	1.596.616	23,9
<b>Total</b>	<b>5.085.236</b>	<b>100,0</b>	<b>1.592.940</b>	<b>100,0</b>	<b>6.678.176</b>	<b>100,0</b>
<b>%</b>	<b>76,1</b>		<b>23,9</b>		<b>100,0</b>	

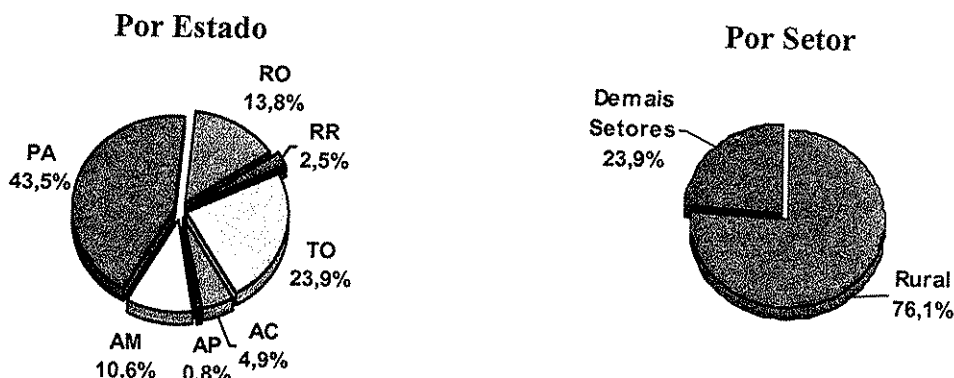
Fonte: Relatório de Atividades - Exercício 2007

(\*) Excluídas as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Dois Estados se destacam pelo volume de recursos do Fundo alocado nas respectivas áreas: o Estado do Pará, (43,5% do volume total dos saldos das operações realizadas pelo FNO) e o Estado do Tocantins, responsável por 23,9% das operações contratadas. Juntos, os dois Estados respondiam por 67,4% dos saldos totais dos financiamentos em 31.12.2007. Essa constatação reforça a necessidade de o banco operador concentrar esforços no sentido de melhorar a distribuição geográfica dos financiamentos com recursos do Fundo, como forma de melhor contribuir para um desenvolvimento regional equilibrado, objetivo maior dos programas de financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

Os gráficos a seguir mostram a relação dos saldos da carteira do FNO, por Estado e setor econômico:

**Distribuição Percentual dos Saldos da Carteira de Financiamento.**



**8.2 – Saldos dos Financiamentos por Porte**

Por porte de tomador, a Carteira de financiamentos com recursos do FNO, em 31.12.2007, achava-se assim distribuída:

**Saldos dos Financiamentos por Porte do Tomador – R\$ mil**

Estado	Porte do Tomador						Total (*)
	Associações	Cooperativas	Mini/Micro	Pequeno	Médio	Grande	
Acre	2.330	92	106.792	50.409	60.166	105.975	325.764
Amapá	0	0	22.440	11.373	11.482	10.668	55.963
Amazonas	326	1.226	156.898	61.117	146.190	340.697	706.454
Pará	2.557	22.491	1.041.647	267.561	726.765	843.298	2.904.319
Rondônia	393	4.093	357.143	96.330	263.217	201.208	922.384
Roraima	1.019	0	76.277	21.207	27.059	41.114	166.676
Tocantins	0	0	345.888	280.186	543.307	427.235	1.596.616
<b>Total</b>	<b>6.625</b>	<b>27.902</b>	<b>2.107.085</b>	<b>788.183</b>	<b>1.778.186</b>	<b>1.970.195</b>	<b>6.678.176</b>
<b>%</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>31,6</b>	<b>11,8</b>	<b>26,6</b>	<b>29,5</b>	<b>100,0</b>

(\*) Excluídas as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Fonte: Relatório de Atividades - 2007

Em 31.12.2007, do total do estoque de financiamentos concedidos com recursos do FNO (R\$ 6.678.176 mil), 43,9% dizem respeito aos saldos das operações firmadas com associações (0,1%), cooperativas (0,4%), mini produtores rurais e microempresas (31,6%) e pequenos produtores rurais/empresas (11,8%). Os restantes 56,1% estão distribuídos entre os médios e grandes produtores rurais e empresas, com 26,6% e 29,5%, respectivamente.

Em conformidade com a legislação em vigor, torna-se recomendável o incremento das aplicações com os empreendedores de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas).





### 8.3 – Carteira de Financiamento – Risco Operacional

Em decorrência do disposto na legislação em vigor, o risco das operações do FNO apresenta as seguintes situações:

- a) de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, o saldo das operações contratadas até 30.11.1998 passou a ser de risco integral do FNO;
- b) nos termos do art. 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, as operações contratadas a partir de 01.12.1998 passaram a ser de risco compartilhado (50% de risco do Banco da Amazônia e 50% de risco do FNO);
- c) como exceção à norma mencionada na alínea “b” retro, são realizadas com risco exclusivo do FNO as operações enquadradas no PRONAF-A (art. 7º, da Lei nº 9.126, de 10.11.1995), no PRONAF-B, A/C, Floresta e Semi-Árido (art 6º-A, da Lei nº 7.827/1989, com redação dada pela Lei nº 11.011, de 20.12.2004).
- d) as operações enquadradas no PROCERA são de risco deste Programa.

Em 31.12.2007, a carteira de empréstimos do FNO apresentava a seguinte composição de saldos devedores, por setor e risco operacional:

#### Carteira de Financiamento por Setor e Risco Operacional

Financiamentos	Saldos Devedores R\$ mil (*)	%
a) Risco do PROCERA	40.953	0,6
b) Risco do FNO (100%)	1.643.961	24,6
Rurais	1.588.044	
Demais Setores	55.917	
c) Risco Compartilhado (50%)	4.993.262	74,8
Rural	3.456.239	
Demais Setores	1.537.023	
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>6.678.176</b>	<b>100,0</b>

(\*) Exclusive as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Nas operações contratadas com risco integral do FNO, os saldos atingiram, em 31.12.2007, o montante de R\$ 1.643.961 mil (exclusive repasses efetuados a outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil), representando 24,6% da carteira total. Nos financiamentos contratados com risco compartilhado entre o FNO e o Banco da Amazônia, os saldos somaram R\$ 4.993.262 mil em 31.12.2007, correspondendo a 74,8 % dos saldos devedores totais. Nos financiamentos contratados com risco do PROCERA, os saldos somaram R\$ 40.953 mil em 31.12.2007, correspondendo a 0,6% dos saldos devedores totais.

De acordo com os números acima, verifica-se que o risco do Fundo corresponde a 62,0 % do total da carteira de financiamento. Em valores absolutos, a exposição do FNO corresponde a R\$ 4.140.592 mil (R\$ 1.643.961 mil de risco integral do Fundo e 50% de risco em R\$ 4.993.262 mil).

#### 8.4 – Carteira de Financiamento – Renegociações

A Nota Explicativa 3-e anexa às Demonstrações Financeiras do FNO, de 31.12.2007, registram que, no exercício de 2007 foram renegociadas 98.460 operações, no valor de R\$ 1.652.549 mil.

De conformidade com informações prestadas pelo Banco da Amazônia, em 31.12.2007, a situação das operações rurais alongadas com base na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e na Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do CMN/BACEN, está sintetizada no demonstrativo a seguir:

#### Situação das Operações Alongadas

Operações	Saldo Devedor (R\$ mil)			Quantidade de Operações
	Normal	Vencido	Total	
Rurais - Lei 9.138/1995	320.372	11.398	331.770	3.484
Rurais - Resolução BACEN 2.471/1998	105.494	1.954	107.448	169
<b>TOTAL</b>	<b>425.866</b>	<b>13.352</b>	<b>439.218</b>	<b>3.653</b>
<b>Participação %</b>	<b>97,0</b>	<b>3,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Programação Anual do FNO – Exercício 2007  
Banco da Amazônia – Relatório de Atividades do FNO

Ao final do período sob exame, os saldos alongados apresentavam parcelas vencidas no montante de R\$ 13.352 mil, equivalentes a 3,0% dos saldos devedores totais renegociados. Confrontando estes dados com os registrados no exercício de 2006 (operações vencidas no montante de R\$ 29.473 mil, equivalentes a 6,1% do total das operações securitizadas), verifica-se uma considerável redução do nível de inadimplência nas operações renegociadas.

Não obstante a melhora verificada, a fim de evitar prejuízos para o Fundo, seria de se recomendar à continuidade das ações desenvolvidas pelo Banco da Amazônia para regularização das dívidas alongadas.

#### 8.5 – Carteira de Financiamento – Inadimplência de Operações

O Banco da Amazônia informa que, no exercício de 2007, colocou em prática novos procedimentos com o objetivo de manter os níveis de inadimplência das operações realizadas com recursos do FNO em patamares aceitáveis, dentre os quais registra:

- a) a realização de intenso acompanhamento preventivo, incluindo visitas a empreendimentos;
- b) a renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF, baseada em normativos do Conselho Monetário Nacional;
- c) a criação, nas Gerências Regionais do Banco, da Coordenadoria de Administração e Renegociação/Recuperação de Crédito;
- d) a contratação de escritórios de cobrança terceirizada;
- e) o ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociações amigável se mostrou frustrada;
- f) a regularização de valores de operações securitizadas com base em normas internas vigentes.

As medidas adotadas pelo Banco da Amazônia e a baixa, como prejuízo, das operações vencidas há mais de 360 dias, conforme recomendado pela Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28.12.2005,

possibilitaram a redução do índice de inadimplência das operações realizadas com recursos do FNO, de 3,9% em 31.12.2006 para 3,1% em 31.12.2007.

Cotejando os dados apurados no exercício de 2007 com igual período do ano anterior, que registrou saldos totais de R\$ 6.118.638 mil e operações em atraso no montante de R\$ 236.636 mil, as operações vencidas, apuradas em 31.12.2007 (R\$ 207.049 mil), apresentaram o decréscimo da ordem de 12,5%.

### 8.5.1 – Inadimplência por Unidade Federativa

O volume de operações em atraso, por Unidade da Federação, comparativamente aos números referentes ao exercício de 2006, pode ser visualizado na tabela abaixo:

#### Inadimplência das Operações

Estados	Saldo das Operações					
	2006			2007		
	Total	Em Atraso	% Inadimp.	Total <sup>(*)</sup>	Em Atraso	% Inadimp.
Acre	289.627	6.179	2,1	325.764	6.951	2,1
Amapá	56.715	6.938	12,2	55.963	3.546	6,3
Amazonas	533.962	18.921	3,5	706.454	13.027	1,8
Pará	2.710.218	110.229	4,1	2.904.319	94.001	3,2
Rondônia	854.635	16.819	2,0	922.384	12.264	1,3
Roraima	156.561	18.517	11,8	166.676	11.278	6,8
Tocantins	1.516.920	59.033	3,9	1.596.616	65.982	4,1
<b>Total</b>	<b>6.118.638</b>	<b>236.636</b>	<b>3,9</b>	<b>6.678.176</b>	<b>207.049</b>	<b>3,1</b>

(\*) Excluídas as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Seria de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações para a redução da inadimplência verificada nos Estados do Amapá (6,3%), de Roraima (6,8%) e de Tocantins (4,1%), que se encontram em patamares superiores à inadimplência geral do Fundo.

### 8.5.2 – Inadimplência por Porte

O perfil da inadimplência do FNO por porte do mutuário encontra-se detalhado na tabela seguinte:

#### Inadimplência das Operações Por Porte do Tomador - R\$ mil

Porte	Saldos Totais		
	Total (*)	Atraso	% Inadimp.
Associações	6.625	1.195	18,0
Cooperativas	27.902	2.469	8,8
Mini/Micro	2.107.085	48.986	2,3
Pequeno	788.183	32.006	4,1
Médio	1.778.186	75.366	4,2
Grande	1.970.195	47.027	2,4
<b>Total</b>	<b>6.678.176</b>	<b>207.049</b>	<b>3,1</b>

(\*) Excluídas as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Os números contidos na tabela retro, que mostram a situação da carteira de financiamento do FNO ao final do período, por porte de beneficiário, permitem extrair as seguintes ilações:

- os tomadores de financiamentos classificados como de mini/micro porte apresentaram uma inadimplência da ordem de 2,3%, inferior ao índice global apurado para a totalidade das operações do Fundo, que foi de 3,1%.
- os negócios realizados com a categoria de grandes empresas e de grandes produtores rurais registraram uma inadimplência de 2,4%, também inferior a inadimplência geral do FNO;
- a inadimplência se mostrou mais acentuada nas categorias de associações, cooperativas, pequeno e médio beneficiários com índices de 18,0%, 8,8%, 4,1% e 4,2%, respectivamente;

### 8.5.3 – Inadimplência por Programa

O demonstrativo a seguir resume a inadimplência da carteira de operações do FNO, em 31.12.2007, por setor:

#### Inadimplência nas Operações por Setor

SETOR	TOTAL APLICADO (a)	Vencido (b)	R\$ mil % (b/a)
<b>RURAL</b>	<b>5.088.527</b>	<b>168.862</b>	<b>3,3</b>
PRONAF	1.851.965	42.891	2,3
Demais Rurais	3.236.562	125.971	3,9
<b>NÃO RURAL</b>	<b>1.589.649</b>	<b>38.187</b>	<b>2,4</b>
AGROINDÚSTRIA	98.572	3.122	3,2
INDÚSTRIA	931.589	26.250	2,8
COMÉRCIO / SERVIÇO	272.191	5.607	2,1
INFRA-ESTRUTURA	204.868	185	0,1
TURISMO	82.429	3.023	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>6.678.176</b>	<b>207.049</b>	<b>3,1</b>

(\*) Excluídas as operações realizadas por outras instituições financeiras no valor de R\$ 11.432 mil.

Por setor financiado, as maiores inadimplências do FNO foram registradas no setor rural (operações não enquadradas no PRONAF = 3,9%), no turismo (3,7%) e na agroindústria (3,2%).

O Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária (PROCERA) apresentou, em 31.12.2007, saldo total de R\$ 40.953 mil, sendo que deste montante, R\$ 3.831 mil (9,4%) encontravam-se vencidos.

Seria de se recomendar ao Banco da Amazônia o desenvolvimento de ações para a regularização das operações ao amparo do PROCERA, cujo nível de inadimplência se encontra bastante elevado.

Relativamente aos empréstimos não rurais, merece particular atenção os setores do turismo e da agroindústria, cujas taxas de inadimplência atingiram os percentuais de 3,7% e 3,2% dos respectivos saldos devedores.

#### 8.5.4 – Valor das Cobranças Judiciais (execuções) ajuizadas no exercício de 2007

Informa o Banco da Amazônia que, no exercício de 2007, efetuou a cobrança judicial de 169 operações, no montante de R\$ 53.990 mil, como se pode observar no quadro a seguir:

#### Cobranças Judiciais Ajuizadas por Risco – Exercício de 2007

Mês	Risco Exclusivo FNO		Risco Compartilhado		Total de Ajuizamentos	
	Nº Op.	R\$ mil	Nº Op.	R\$ mil	Nº Op.	R\$ mil
Janeiro	0	0	5	1.946	5	1.946
Fevereiro	0	0	8	2.823	8	2.823
Março	0	0	12	2.118	12	2.118
Abril	0	0	15	3.502	15	3.502
Mai	0	0	6	1.076	6	1.076
Junho	0	0	23	13.308	23	13.308
Julho	0	0	14	3.029	14	3.029
Agosto	0	0	23	4.348	23	4.348
Setembro	0	0	7	451	7	451
Outubro	0	0	23	12.824	23	12.824
Novembro	0	0	17	2.410	17	2.410
Dezembro	0	0	16	6.155	16	6.155
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>169</b>	<b>53.990</b>	<b>169</b>	<b>53.990</b>

As operações ajuizadas em 2007 representavam, ao final do ano, 0,8% do saldo da carteira de empréstimos do FNO (R\$ 6.678.176 mil).

#### 8.5.5 – Resultado dos acompanhamentos e fiscalizações dos empreendimentos financiados

De acordo com informações prestadas em e-mail de 08.04.2008, o Banco da Amazônia efetuou fiscalizações em 31.560 operações contratadas com recursos do Fundo. Informa o Banco, que entre as irregularidades identificadas, destacam-se as seguintes:

- insuficiência de receitas dos empreendimentos financiados para pagamento das parcelas;
- atraso na implantação dos projetos;
- defraudação das garantias;
- implantação do projeto em desacordo com o aprovado pelo Banco.

Visando a solução das irregularidades detectadas, foram adotadas, pelo Banco da Amazônia, as seguintes providências corretivas:

- renegociação das dívidas das operações, cujas atividades apresentavam problemas de rentabilidade;
- exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco, ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo;
- reposição ou substituição das garantias defraudadas e em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.

## 9 – ASPECTOS FINANCEIROS

### 9.1 - Aplicação dos Recursos

Em 31.12.2007 o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) mantinha um ativo total de R\$ 7.503.617 mil, apresentando um incremento de 16,1% sobre o ativo de 31.12.2006 (R\$ 6.463.477 mil)

#### Total das Aplicações dos Recursos do FNO em 31.12.2007

DESCRIÇÃO	31.12.2007		31.12.2006		Variação	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.838.690</b>	<b>37,8</b>	<b>2.031.439</b>	<b>31,4</b>	<b>807.251</b>	<b>39,7</b>
Disponível	1.383.371	18,4	843.753	13,1	539.618	64,0
Valores a Receber	5.073	0,1	10.897	0,2	(5.824)	(53,4)
Devedores por Repasse	704	0,0	903	0,0	(199)	(22,0)
Operações Crédito-Risco Fundo	355.401	4,7	321.219	5,0	34.182	10,6
Operações Crédito-Risco Compartilhado	1.238.893	16,5	976.133	15,1	262.760	26,9
Provisão para Operações de Crédito	(47.901)	(0,6)	(59.222)	(0,9)	11.321	(19,1)
Provisão para Bônus de Adimplência	(96.851)	(1,3)	(62.244)	(1,0)	(34.607)	55,6
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.664.927</b>	<b>62,2</b>	<b>4.432.038</b>	<b>68,6</b>	<b>232.889</b>	<b>5,3</b>
Devedores por Repasse	10.728	0,1	11.406	0,2	(678)	(5,9)
Operações Crédito-Risco Fundo	1.329.513	17,7	1.384.214	21,4	(54.701)	(4,0)
Operações Crédito-Risco Compartilhado	3.754.369	50,0	3.437.072	53,2	317.297	9,2
Provisão para Bônus de Adimplência	(429.683)	(5,7)	(400.654)	(6,2)	(29.029)	7,2
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.503.617</b>	<b>100,0</b>	<b>6.463.477</b>	<b>100,0</b>	<b>1.040.140</b>	<b>16,1</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Balanço Patrimonial do FNO

A tabela acima, demonstra uma variação de 39,7% no ativo de curto prazo e de 5,3% no ativo de longo prazo. A principal variação ocorreu no disponível, que em 31.12.2007 apresentou saldo de R\$ 1.383.371 mil, valor 64% superior às disponibilidades existentes em 31.12.2006 (R\$ 843.753 mil).

Neste sentido, o Banco da Amazônia precisa desenvolver ações com o objetivo de incrementar os financiamentos com recursos do FNO, levando em conta as expressivas disponibilidades de recursos existentes em 31.12.2007.

### 9.2 - Patrimônio Líquido

Em 31.12.2007 o patrimônio líquido do FNO era de R\$ 7.483.026 mil, valor que representa um incremento de 16,1% sobre o patrimônio líquido de 31.12.2006 (R\$ 6.447.389 mil). A elevação do patrimônio líquido do FNO foi decorrente dos repasses efetuados pela União (R\$ 1.071.858 mil), uma vez que no exercício de 2007 o Fundo apresentou prejuízo de R\$ 36.221 mil.

### 9.3 - Demonstração de Resultado do Exercício

O FNO apresentou, no exercício de 2007, um prejuízo de R\$ 36.221 mil, na forma detalhada na tabela abaixo.

#### Demonstração de Resultado dos Exercícios de 2007 e 2006

DESCRIÇÃO	31.12.2007		31.12.2006		Variação	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
<b>RECEITAS</b>	<b>540.338</b>	<b>100,0</b>	<b>628.147</b>	<b>100,0</b>	<b>(87.809)</b>	<b>(14,0)</b>
Operações de Crédito	291.998	54,0	371.023	59,1	(79.025)	(21,3)
Remuneração das Disponibilidades	112.795	20,9	96.347	15,3	16.448	17,1
Reversão de Provisões	86.480	16,0	99.564	15,9	(13.084)	(13,1)
Recuperação Créditos Baixados	49.065	9,1	61.213	9,7	(12.148)	(19,8)
<b>DESPESAS</b>	<b>576.559</b>	<b>106,7</b>	<b>576.828</b>	<b>91,8</b>	<b>(269)</b>	<b>(0,0)</b>
Taxa de Administração	210.042	38,9	180.633	28,8	29.409	16,3
Remuneração do Agente - PRONAF	8.793	1,6	0	0,0	8.793	-
Auditoria Externa	86	0,0	86	0,0	0	0,0
Renegociações	5.547	1,0	6.028	1,0	(481)	(8,0)
Bônus de Adimplência	224.353	41,5	140.723	22,4	83.630	59,4
Provisão p/ operações crédito	127.738	23,6	249.358	39,7	(121.620)	(48,8)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(36.221)</b>	<b>(6,7)</b>	<b>51.319</b>	<b>8,2</b>	<b>(87.540)</b>	<b>(170,6)</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Balanço Patrimonial do FNO

#### 9.3.1 - Receitas

As receitas do FNO foram oriundas dos encargos financeiros das operações de crédito, da recuperação de créditos baixados como prejuízo, pela remuneração paga pelo Banco da Amazônia sobre os recursos disponíveis e da reversão de provisões. A análise da Demonstração de Resultado de 2007, demonstrou uma redução na receita de 14,0% em relação ao exercício anterior. Em termo monetário, em 2007 a redução da receita foi da ordem de R\$ 87.809 mil (R\$ 540.338 mil em 2007 e R\$ 628.147 mil em 2006). Ressalta-se que, somente as receitas inerentes à remuneração das disponibilidades apresentaram variação positiva (17,1%), em decorrência do incremento dos recursos do Fundo no caixa do Banco, ainda não aplicados nas atividades produtivas.

A redução das receitas de operações de crédito no exercício de 2007 decorre da redução das taxas de juros a partir de 01.01.2007, na forma estabelecida pelo Decreto nº 5.951, de 31.10.2006.

#### 9.3.2 - Despesas

As despesas foram decorrentes da taxa de administração, da remuneração paga ao agente financeiro para a realização de algumas operações do PRONAF e dos serviços de auditoria externa, das provisões de bônus de adimplência para crédito de liquidação duvidosa e das renegociações de operações. Enquanto as receitas registradas em 2007 sofreram redução, as despesas se mantiveram praticamente estáveis. Em 2007 as despesas registradas no balanço do fundo representaram 106,7% da receita total.

### 9.4 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Em decorrência do que determina a Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005 (Anexo nº 10), o Banco da Amazônia constituiu, no exercício 2007, novas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 127.738 mil. Com este procedimento, considerando os saldos do início

do ano e a baixa de créditos vencidos há mais de 360 dias, a conta de provisões para crédito de liquidação duvidosa apresentou, em 31.12.2007, o saldo de R\$ 47.901 mil.

### **9.5 – Reconhecimento de Perdas e Devolução de Parcelas de Risco do Banco da Amazônia**

Considerado o critério definido na mencionada Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005, esclarece o Banco da Amazônia (Nota Explicativa nº 3-d do Balanço do Fundo de 31.12.2007), que, ao longo do exercício de 2007 foram reconhecidos e baixados como prejuízo créditos no montante de R\$ 177.787 mil, referentes a parcelas de principal e encargos financeiros vencidos há mais de 360 dias, sendo R\$ 139.059 mil assumidos pelo FNO e R\$ 38.728 mil referentes a parcelas devolvidas pelo Banco da Amazônia ao Fundo.

### **9.6 – Recuperação de Créditos**

A Nota Explicativa nº “3-F” ao balanço de 31.12.2007 informa que no exercício de 2007 houve a recuperação de créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 69.996 mil, sendo o FNO ressarcido com o valor de R\$ 49.065 mil e o Banco da Amazônia com R\$ 20.931 mil.

### **9.7 - Remuneração do Agente Financeiro**

O Banco da Amazônia faz jus à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente, limitada, em cada exercício, a vinte por cento do valor dos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, como estabelecido no art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001 e regulamentado pelo Decreto nº 5.641, de 26.12.2005 (Anexo nº 11).

Conforme consignado no Balanço Patrimonial do FNO de 31.12.2007, a taxa de administração debitada ao Fundo pelo agente financeiro foi de R\$ 210.042 mil, montante que representa 19,6% dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional para o Fundo (R\$ 1.071.858 mil). Em relação ao patrimônio líquido de 31.12.2007 (R\$ 7.503.617 mil), a taxa de administração representa 2,8%. Além dessas receitas, o Banco da Amazônia debitou ao Fundo o montante de R\$ 8.793 mil, referente a sua remuneração para a realização de operações enquadradas no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Na forma do artigo 7º do citado Decreto 5.641/2006, cabe à Controladoria-Geral da União, certificar o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o cálculo e a apropriação da taxa de administração.

### **9.8 - Auditoria Externa Independente**

Em cumprimento ao disposto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.827, de 29.9.1989, o Banco da Amazônia contratou, às expensas do FNO, a empresa BDO Trevisan Auditores Independentes para realizar a auditoria externa do Fundo. O parecer da empresa BDO Trevisan, de 08.02.2007, *expressa o entendimento de que as demonstrações financeiras do Fundo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, a evolução do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

## **10 – RESULTADOS ALCANÇADOS - ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL**

Para estimar os impactos econômicos e sociais decorrentes dos financiamentos concedidos com recursos do FNO, O Banco da Amazônia utilizou o software AMAZONSIS. Relativamente ao software AMAZONSIS, informou o Banco da Amazônia:

- a) O software AMAZONSIS foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômica da Universidade de São Paulo (FIPE-USP), com a finalidade auxiliar as decisões vinculadas à alocação de recursos em prol do desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica. Utilizando os modelos de Insumo-Produto, o software é capaz de mensurar como os investimentos aplicados em um ou mais setores da economia regional afetam os 9 (nove) Estados que compõem a Amazônia Legal;
- b) A utilização de modelos de Insumo-Produto encontra grande respaldo como instrumento analítico para este tipo de finalidade, pois incorporam em sua estrutura e, nos resultados gerados, informações abrangentes sobre a dinâmica econômica de setores, Estados, regiões e países, dependendo do nível de desdobramento dos dados;
- c) O modelo de Insumo-Produto reúne, em formato tabular, os fluxos observados no sistema econômico, permitindo a análise do crescimento setorial, a estimação de multiplicadores econômicos, a identificação de atividades-chave e a avaliação dos impactos de investimentos sobre a produção, emprego e renda;
- d) A base de dados do AMAZONSIS abrange 90 setores econômicos, 141 produtos desagregados para cada um dos estados da Amazônia Legal. Com este nível de detalhamento é possível executar análises sobre os fluxos econômicos interestaduais e das relações entre a economia amazônica com o resto do Brasil, permitindo uma ampla compreensão dos impactos, da distribuição e apropriação dos benefícios gerados na economia de cada um dos Estados da Região;
- e) Embora a modelagem matemática envolvida nas análises de Insumo-Produto seja relativamente extensa e complexa, a interface amigável para a entrada de dados e a rápida exposição dos resultados permite ao usuário realizar diversas simulações. Isto confere ao AMAZONSIS o mérito de facilitar a compreensão das relações econômicas entre os Estados da Amazônia com o restante do País. É uma ferramenta de qualidade e grande importância que o Banco tem utilizado para estimar os impactos econômicos das aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e de outras fontes de recursos na Região.

Os estudos realizados pelo Banco da Amazônia com utilização do software AMAZONSIS indicam que, após concluídas as etapas de realização e operacionalização dos investimentos financiados, os recursos do FNO, aplicados no exercício de 2007, poderão gerar os seguintes impactos:

- elevação do PIB em R\$ 2.372 milhões;
- elevação do Valor Bruto da Produção - VBP em R\$ 5.422 milhões;
- elevação da arrecadação de tributos em R\$ 617 milhões;
- elevação da massa salarial em R\$ 670 milhões;
- criação de 153.011 postos de trabalho, diretos e indiretos.

A avaliação realizada com a utilização do software AMAZONSIS acentua que uma grande parcela do efeito provocado pela aplicação dos recursos do FNO é dirigida para outras regiões do País, uma vez

que o incentivo à produção regional afeta, indiretamente, a produção de outras regiões brasileiras. Estima-se que:

- 52,7% dos tributos a serem gerados serão arrecadados fora da Região Norte;
- relativamente ao PIB, 60,4% são consolidados na região Norte e 39,6% em outras regiões;
- 74,1% dos empregos e 63,2% do volume de salários sejam gerados dentro da Região Norte.

## 11 - INDICADORES, PARÂMETROS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Como instrumentos de inferência e análise na gestão operacional do FNO, no exercício de 2007, foram utilizados os seguintes indicadores de desempenho: Eficácia, Eficiência e Efetividade, a seguir descritos. Como balizador da análise dos resultados e a fim de se obter uma visão dinâmica da atuação do FNO, utilizou-se, também, os números observados no exercício de 2006:

### Desempenho Operacional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - 2005 a 2007

INDICADORES DE DESEMPENHO	ANOS			ÍNDICES		
	2007	2006	2005	2007	2006	Varição
<b>a) Índice de Incremento/Redução de Contratações - Tipo: Eficácia</b>						
- Valor das contratações no exercício	1.109.951	986.257	976.323	1,13	1,01	11,88%
<b>b) Índice de Contratações com Menor Porte - Tipo: Eficácia</b>						
- Tomadores de menor porte (valor)	440.435	374.557	-	0,40	0,38	5,26%
- Valor contratado no exercício	1.109.951	986.257	-	0,40	0,38	5,26%
<b>c) Índice de Inadimplência - Tipo: Eficácia</b>						
- Saldo das parcelas vencidas	207.049	236.636	-	0,03	0,04	-25,00%
- Saldo da carteira de financiamento	6.678.176	6.118.638	-	0,03	0,04	-25,00%
<b>d) Índice de Cobertura das Contratações - Tipo: Eficiência e Efetividade</b>						
- Nº Municípios c/operações contratadas	392	382	-	0,87	0,85	2,35%
- Nº Municípios da Região Norte	449	449	-	0,87	0,85	2,35%
<b>e) Índice de Contratações com Novos Beneficiários - Tipo: Eficácia</b>						
- Quantidade beneficiários atendidos	31.700	22.718	-	0,79	0,78	1,28%
- Quantidade de contratações	39.995	29.078	-	0,79	0,78	1,28%
<b>f) Índice de Aplicações de Recursos - Tipo: Eficiência e Eficácia</b>						
- Valor contratado no exercício	1.109.951	986.257	-	0,71	0,73	-2,74%
- Valor projetado para o exercício	1.573.500	1.357.300	-	0,71	0,73	-2,74%

Com base na análise da documentação relativa às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FNO, durante o exercício de 2007, conclui-se que as aplicações realizadas pelo Banco da Amazônia, agente financeiro do FNO, guardaram conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

No que se refere ao cumprimento das normas e da legislação que orienta a concessão de créditos com base nos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Banco da Amazônia observou as condições e os parâmetros estabelecidos para a realização de empréstimos da espécie.



Relativamente aos empréstimos destinados aos colonos e assentados da reforma agrária (PRONAF – Grupo A), o não atingimento do percentual destinado pela legislação em vigor (10% dos recursos para a reforma agrária) decorreu da falta de demanda. Se houvesse demanda, as disponibilidades remanescentes ao final do exercício de 2007 (R\$ 1.383.371 mil) eram mais que suficientes para o integral atendimento dos mencionado percentual fixado pela legislação.

Quanto à execução do orçamento aprovado para o exercício de 2007, os indicadores analisados evidenciam que o desempenho operacional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, no exercício de 2007, mostrou algumas evoluções em relação ao observado no ano anterior (2006), como comentado no presente relatório. Todavia, as constatações a seguir relacionadas mostram que o desempenho do FNO ainda pode ser melhorado:

- as aplicações realizadas (R\$ 1.109.951 mil) corresponderam a apenas 70,5% da programação aprovada para o exercício de 2007 (R\$ 1.573.500 mil);
- de um total de 449 municípios, apenas 392 foram contemplados com financiamentos, ficando 57 municípios sem nenhuma assistência creditícia com recursos do FNO durante todo exercício de 2007;
- o número de operações contratadas (39.995) correspondeu a apenas 8,2% dos empreendimentos existentes na Região beneficiária dos recursos do Fundo. Considerando apenas as atividades não rurais, o número de operações contratadas representa apenas 1,2% dos empreendimentos existentes.

Como consequência do não atingimento das metas orçamentárias, as disponibilidades do FNO (recursos do Fundo no caixa do Banco para futuras aplicações) se elevaram de R\$ 843.753 mil, em 31.12.2006, para R\$ 1.383.371 mil, em 31.12.2007, com um incremento de 64,0%.

A fim de se viabilizar uma melhor utilização dos recursos do Fundo, deverá o Banco da Amazônia se articular com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, e com a SUDAM, com o objetivo de examinar alternativas para se incrementar as operações com recursos do FNO.

## **12- AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

No exercício de sua atribuição de supervisionar, acompanhar e controlar as aplicações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO), e de avaliar o desempenho desses Fundos (art. 7º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001), o Ministério da Integração Nacional, através da Sua Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, desenvolveu, no exercício de 2007, as seguintes ações:

- a) estabeleceu as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos do FNO no ano 2008;
- b) participou de reuniões nos Estados beneficiários, juntamente com o Banco da Amazônia e demais agentes interessados nos financiamentos com recursos do Fundo, com o objetivo de discutir e elaborar a Programação de aplicação do ano de 2008;
- c) analisou e aprovou a proposta de aplicação de recursos do FNO para o exercício de 2008;
- d) analisou o relatório apresentado pelo Banco da Amazônia, referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FNO no exercício 2006;



- e) elaborou documento intitulado “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento, contendo, entre outras, as seguintes informações sobre cada Fundo: repasses efetuados pela União; contratações realizadas por Estado, por programa de financiamento e por porte do tomador; carteira de financiamentos (saldos das aplicações); taxa de administração cobrada; inadimplência dos financiamentos concedidos; evolução do patrimônio líquido; disponibilidades existentes (recursos que deixaram de ser aplicados no exercício) e estimativa de geração de empregos;
- f) elaborou informativo sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento, abrangendo o período de 1989 a dezembro de 2006;
- g) examinou e emitiu Notas Técnicas relacionadas com Projetos de Lei que propunham alterações na legislação dos Fundos Constitucionais de Financiamento;
- h) contratou consultores especialistas em microfinanças para apoiar o Ministério da Integração Nacional e o Banco da Amazônia no que se refere à ampliação das aplicações com os empreendedores de menor porte (público de baixa renda) especialmente com recursos do FNO.

### **13 – SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES**

A avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FNO no exercício de 2007, realizada com base no relatório apresentado pelo Banco da Amazônia, revela que:

- a) em 2007, o Ministério da Integração Nacional efetuou o aporte de R\$ 1.071.858 mil para o FNO;
- b) foram realizados 39.995 financiamentos para projetos dos setores produtivos, com a concessão de empréstimos no total de R\$ 1.109.951 mil. Os valores financiados corresponderam a apenas 70,5% do total programado para todo o ano de 2007 (R\$ 1.573.500 mil);
- c) do total aplicado pelo FNO no período analisado, 81,3% destinaram-se ao financiamento de projetos de investimento e os restantes 18,7% foram alocados em operações de custeio e capital de giro das atividades financiadas;
- d) os empréstimos rurais absorveram R\$ 662.511 mil, correspondentes a 59,7% das contratações realizadas, aqui incluídos 23,3% dos recursos (R\$ 259.006 mil) destinados aos agricultores familiares. Para os setores não rurais o FNO destinou R\$ 447.440 mil, equivalentes a 40,3% dos recursos aplicados;
- e) a assistência aos agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, suas cooperativas e associações e às micro e pequenas empresas, no montante de R\$ 440.435 mil, corresponderam a 39,7% dos financiamentos concedidos. Aos médios e grandes empreendedores, o Fundo destinou 60,3% dos recursos aplicados no exercício de 2007;
- f) as aplicações com as microempresas e empresas de pequeno porte (não rurais) somaram apenas R\$ 72.060 mil, equivalentes a apenas 6,5% do total financiado;
- g) as aplicações no PRONAF - Reforma Agrária (R\$ 63.108 mil) corresponderam a apenas 4,0% dos valores programados para a aplicação, situando-se muito aquém do percentual de 10,0% admitido pela legislação em vigor;

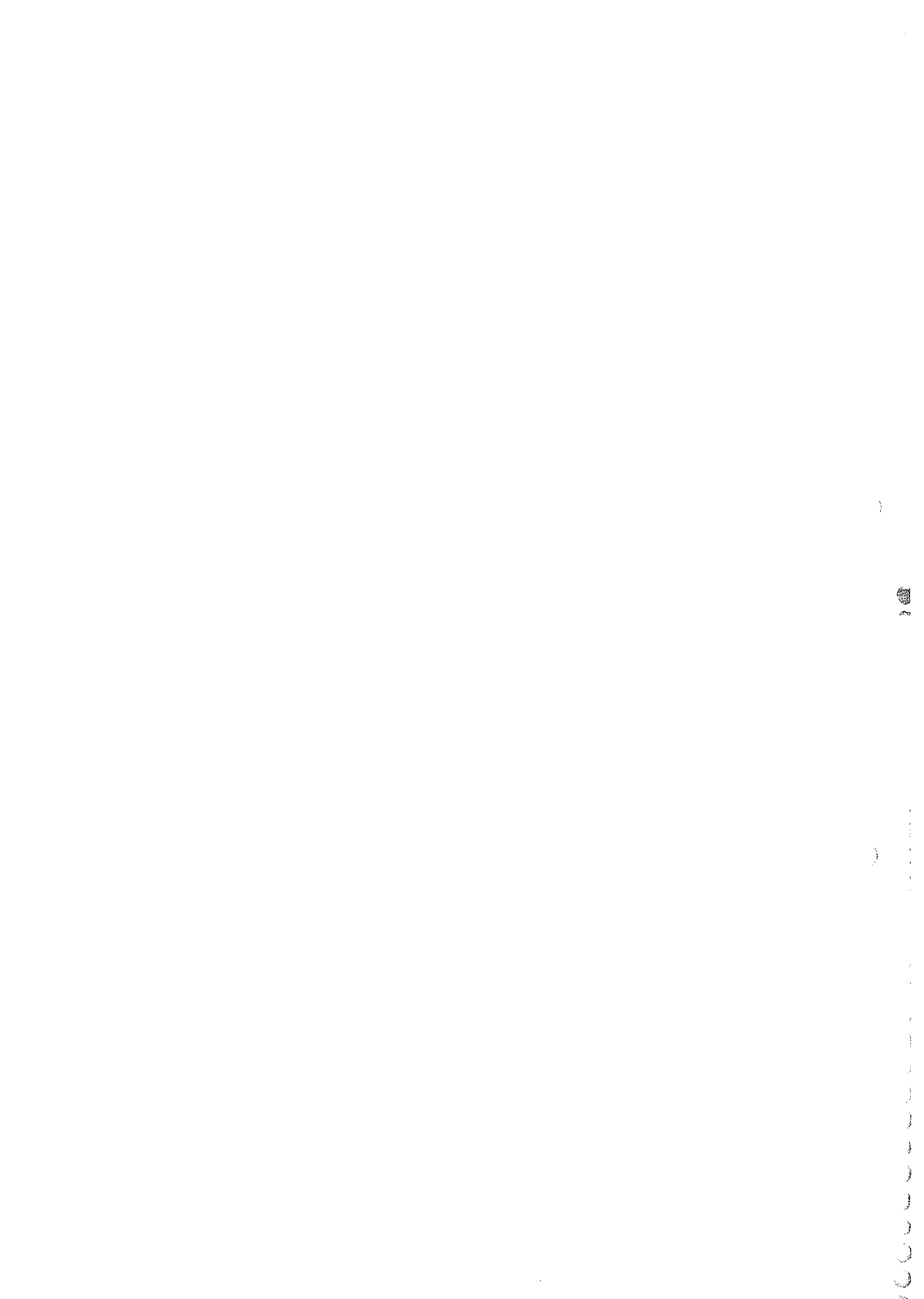
- h) em 2007 o Banco da Amazônia não efetuou repasses de recursos do Fundo para outras instituições financeiras, embora a medida tenha sido incluída como diretriz para a aplicação dos recursos do FNO no exercício de 2007, conforme item 2.3, alínea h, do anexo nº 01 ao Ofício nº 196/MI, de 17.08.2006. Informou o Banco da Amazônia que não houve, por parte de outras instituições financeiras, demanda para aplicação dos recursos do FNO;
- i) de acordo com as informações constantes do relatório apresentado pelo Banco da Amazônia, no ano de 2007 foi realizado apenas um financiamento na mesorregião do Alto Solimões, apesar da prioridade recomendada para essas aplicações;
- j) em 31.12.2007, a carteira de empréstimos do FNO (saldos dos financiamentos contratados) era de R\$ 6.678.176 mil referentes a operações realizadas pelo Banco da Amazônia. Em relação à posição registrada em 31.12.2006 (R\$ 6.118.638 mil), a carteira de financiamentos do FNO apresentou um acréscimo da ordem de 9,1%;
- k) em 31.12.2007 o Estado do Pará respondia por 43,5% (R\$ 2.904.319 mil) dos saldos dos empréstimos existentes, mantendo sua posição de maior recebedor de recursos do FNO na região Norte;
- l) a inadimplência das operações do FNO apresentou redução, registrando o índice de 3,1% em 31.12.2007, contra 3,9% registrados em 31.12.2006.
- m) em relação ao risco operacional, a exposição do FNO era, em 31.12.2007, da ordem de R\$ 4.140.592 mil, montante que representa 62,0% do saldo total das operações de créditos;
- n) de acordo com a demonstração de resultado anexa ao balanço de 31.12.2007, a operacionalização do FNO no ano de 2007 gerou um prejuízo da ordem de R\$ 36.221 mil;
- o) em relação ao ano de 2006, o Patrimônio Líquido apresentou uma evolução de cerca de 16,1%, passando de R\$ 6.447.389 mil em 31.12.2006 para R\$ 7.483.026 mil ao final do exercício de 2007.
- p) as disponibilidades financeiras do Fundo, que, em 31.12.2006 eram de R\$ 843.753 mil, elevaram-se para R\$ 1.383.371 mil em 31.12.2007;
- q) de conformidade com a tipologia definida pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do total dos recursos aplicados pelo Fundo 11,0% destinaram-se a municípios considerados de Baixa Renda (BR); 41,3% a municípios classificados como Estagnados de Média Renda (EMR); 19,7% foram canalizados para municípios considerados Dinâmicos de Menor Renda (DMR) e os restantes 28,0% contratados com beneficiários localizados em municípios classificados como de Alta Renda (AR);
- r) os financiamentos concedidos beneficiaram 392 municípios, alcançando 87,3% do total de municípios (449) da Região. Significa dizer que 57 municípios (12,7%) ficaram, no exercício de 2007, sem assistência com recursos do FNO;
- s) estudos realizados pelo Banco da Amazônia estimam que os empréstimos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2007 poderão gerar os seguintes impactos: criação de 153.011 empregos; elevação do Valor Bruto da Produção em R\$ 5.422 milhões; aumento de arrecadação de tributos no montante de R\$ 617 milhões, além do aumento da massa salarial em R\$ 670 milhões. Estima-se também que o Produto Interno Bruto possa experimentar uma elevação da ordem de

R\$ 2.372 milhões em decorrência dos recursos do FNO injetados na Região Norte no exercício de 2007.

#### **14 - RECOMENDAÇÕES**

Assim, tendo em vista o desempenho verificado no exercício de 2007, seria, na busca de uma melhor operacionalização do Fundo e com o intuito de contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento da região, de se orientar o Banco da Amazônia no sentido de:

- a) desenvolver ações no sentido de incrementar os financiamentos com recursos do FNO, tendo em vista o elevado volume de recursos disponíveis para novas aplicações (R\$ 1.383.371 mil, em 31.12.2007). Nesse sentido, deverá o Banco da Amazônia articular-se com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, e com a SUDAM, com o objetivo de buscar alternativas para uma maior utilização dos recursos do Fundo;
- b) apresentar, nas propostas de programação para a aplicação dos recursos do FNO para os próximos exercícios, previsões relacionadas com as diversas possibilidades ingressos e saídas de recursos do Fundo. A programação relativa ao exercício de 2007 deixou de estimar despesas relacionadas com a remuneração das operações do PRONAF e com renegociações de crédito;
- c) adotar medidas e ações com a finalidade de detectar os eventuais problemas que vêm impedindo a realização de empréstimos nos montantes previstos e, bem assim, buscar soluções que possam viabilizar o atendimento das metas estabelecidas nas Programações anuais, sobretudo no atendimento aos empreendedores de menor porte ( agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas);
- d) desenvolver ações junto ao SEBRAE, com o objetivo de se incrementar os financiamentos com as micro e pequenas empresas, sabidamente grande absorvedoras de mão-de-obra;
- e) se inviável a utilização plena dos recursos e o atendimento de todos os municípios diretamente pelo Banco da Amazônia, repassar recursos do Fundo para aplicação por outras instituições financeiras, de forma a evitar a ociosidade dos recursos;
- f) desenvolver ações junto ao INCRA e ao MDA objetivando incrementar os financiamentos aos agricultores familiares do Grupo A – Reforma Agrária, com vistas ao atendimento do percentual de 10% estabelecido no art. 7º da Lei nº 9.126/95, com a redação dada pela Lei nº 10.186, de 12.02.2001;
- g) implementar, em articulação com a Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional, ações objetivando viabilizar a alocação de recursos do Fundo para o financiamento de projetos localizados na mesorregião do Alto Solimões;
- h) buscar solução para uma melhor distribuição de recursos entre os municípios e Estados que compõem a área de atuação do FNO, bem como entre os diversos setores beneficiários, com vistas a viabilizar o atendimento do objetivo maior do Fundo que é o desenvolvimento econômico e social da região e a redução das desigualdades inter e intra-regionais;



- i) adotar medidas com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações realizadas ao amparo do PRONAF C e A/C, PROCERA, e, com os setores agroindustrial e o do turismo;
- j) desenvolver ações para regularizar as operações contratadas nos Estados do Amapá e de Roraima, tendo em conta os elevados índices de inadimplência que se verificam naquelas Unidades Federativas;
- k) inserir nos futuros relatórios informações sobre os financiamentos concedidos em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional indicando: quantidade de operações, valor dos financiamentos, estimativa de geração de empregos (diretos e indiretos) e outros impactos decorrentes das aplicações.

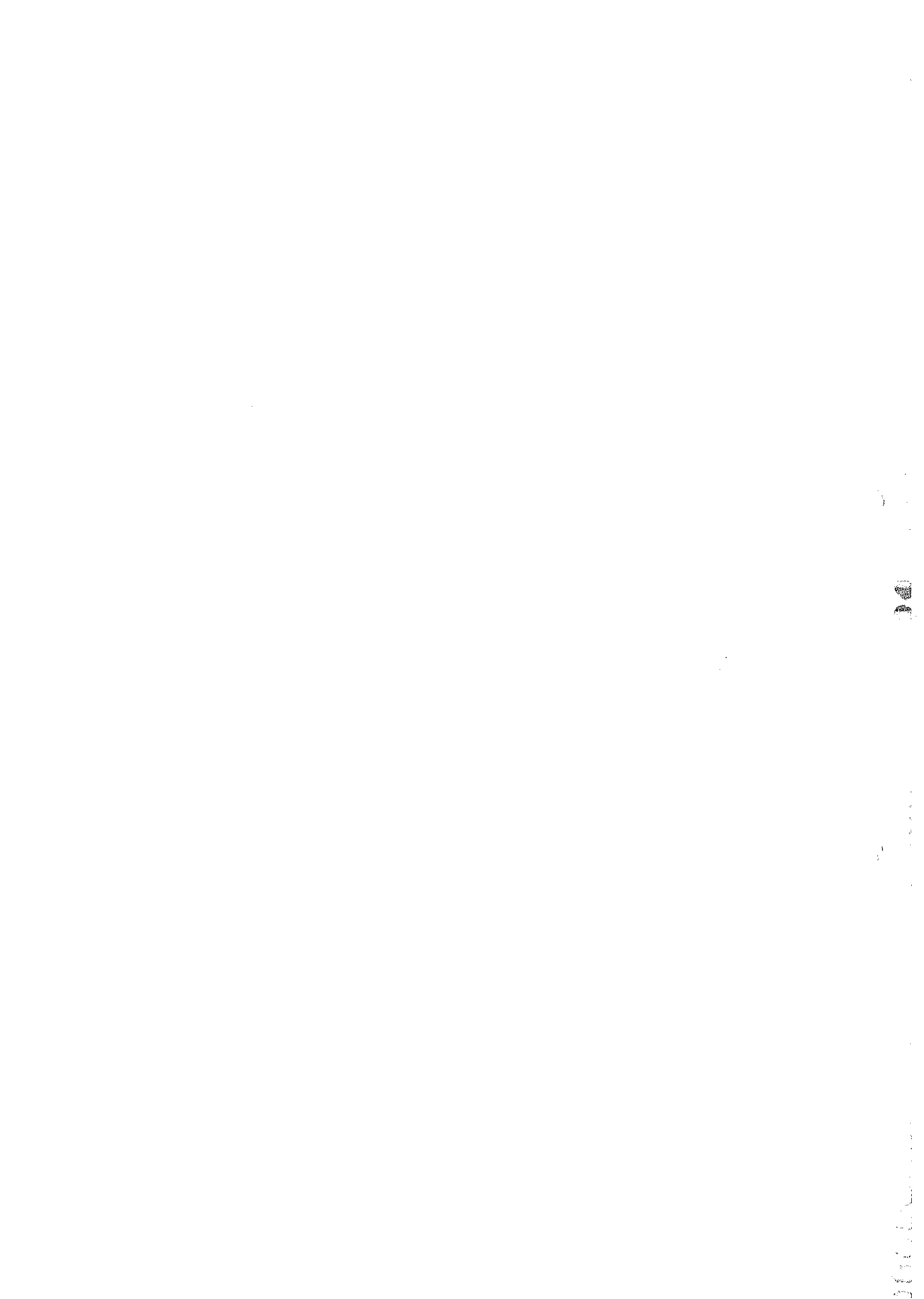
*Carlos Henrique Rosa*  
**CARLOS HENRIQUE ROSA**  
Assistente Técnico

*Divino da Costa Vaz*  
**DIVINO DA COSTA VAZ**  
Coordenador-Geral dos Fundos  
Constitucionais de Financiamento

*De Acordo, Ao Sr.*  
*Secretário de SDR.*

*Antonio Roberto Albuquerque Silva*  
**Antonio Roberto Albuquerque Silva**  
Diretor dos Fundos de  
Desenvolvimento Regional SDR/MI

*De Acordo*  
*24.04.98*  
*Simplicio Leão de Oliveira*  
**Simplicio Leão de Oliveira**  
Secretário de Políticas de  
Desenvolvimento Regional SDR/MI





BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes  
Avenida Getulíusmo Dourado, 1.683  
2º andar  
Belém - PA - Brasil  
66040-140

Tel: +55 (91) 3224-4981  
Fax: +55 (91) 3224-7098  
www.bdotrevisan.com.br

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores  
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO  
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)  
Belém – PA

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte - FNO, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, a evolução do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belém, 08 de fevereiro de 2008.

Antônio de Pádua Soares Pelicarpó  
Sócio-Contador  
CRC 1MG27739/O "S" PA  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



**BANCO DA AMAZÔNIA**

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei N. 7.827, de 27.09.1989

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2007	31.12.2006
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	2.838.690	2.031.439
<b>DISPONIBILIDADES</b>	1.383.371	843.753
Recursos a Alocar	677.841	224.208
Recursos Alocados	705.530	619.545
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	5.073	10.897
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	704	903
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	323.009	278.494
Financiamentos Rurais	336.014	299.725
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	19.387	21.494
Provisão para Operações de Crédito	(32.392)	(42.725)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	1.223.384	959.636
Financiamentos Rurais	984.531	767.146
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	193.504	164.183
Financiamentos - Comércio e Serviços	60.858	44.804
Provisão para Operações de Crédito	(15.509)	(16.497)
<b>PROVISÃO PARA BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	(96.851)	(62.244)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	4.664.927	4.432.038
<b>DEVEDORES POR REPASSES</b>	10.728	11.406
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO</b>	1.329.513	1.384.214
Financiamentos Rurais	1.292.983	1.344.974
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	36.530	39.240
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO</b>	3.754.369	3.437.072
Financiamentos Rurais	2.471.708	2.406.977
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	868.973	718.886
Financiamentos - Comércio e Serviços	413.688	311.209
<b>PROVISÃO PARA BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA</b>	(429.683)	(400.654)
<b>TOTAL</b>	<b>7.503.617</b>	<b>6.463.477</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	20.591	16.088
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	20.591	16.088
Taxa de Administração	20.591	16.088
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	7.483.026	6.447.389
<b>REPASSES DO TESOUREIRO NO EXERCÍCIO</b>	1.071.858	925.228
Primeiro Semestre	521.650	471.197
Segundo Semestre	550.208	454.031
<b>REPASSES DO TESOUREIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	5.972.927	5.047.699
<b>LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	474.462	423.143
<b>LUCROS/ PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO</b>	(36.221)	51.319
Primeiro Semestre	1.925	69.834
Segundo Semestre	(38.146)	(18.515)
<b>TOTAL</b>	<b>7.503.617</b>	<b>6.463.477</b>









**BANCO DA AMAZÔNIA**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**

Lei N. 7.827, de 27.09.1989

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de Reais)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>RECEITAS:</b>	<b>540.338</b>	<b>628.147</b>
De Operações de Crédito	291.998	371.023
Remuneração das Disponibilidades	112.795	96.347
Reversão de Provisões	86.480	99.564
Recuperação de Créditos Baixados	49.065	61.213
<b>DESPESAS:</b>	<b>(576.559)</b>	<b>(576.828)</b>
De Administração	(210.042)	(180.633)
Despesas de Remuneração Agente - Pronaf	(8.793)	-
De Auditoria Externa	(86)	(86)
De Renegociações	(5.547)	(6.028)
De Bônus de Adimplência	(224.353)	(140.723)
De Provisão de Op. de Créditos	(127.738)	(249.358)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(36.221)</b>	<b>51.319</b>





**BANCO DA AMAZÔNIA**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO**

Lei N. 7.827, de 27.09.1989

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de Reais)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2006</b>
<b>A - ORIGEM DOS RECURSOS</b>	<b>1.083.062</b>	<b>977.373</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	51.319
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	1.076.361	925.228
Transferências da União no Exercício	1.071.858	925.228
Outras Obrigações	4.503	-
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	6.701	826
Relações Interfinanceiras	877	826
Outros Créditos	5.824	-
<b>B - APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>543.444</b>	<b>619.889</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	36.221	-
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:	507.223	615.987
Operações de Crédito	507.223	605.090
Outros Créditos	-	10.897
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:	-	3.902
Outras Obrigações	-	3.902
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>539.618</b>	<b>357.484</b>
<b>MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>539.618</b>	<b>357.484</b>
Início do Exercício	843.753	486.269
Final do Exercício	1.383.371	843.753

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO  
Lei N. 7.827, de 27.09.1989

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	
SALDO EM 31/12/2005	5.470.842
Recursos repassados durante o exercício	925.228
Resultado do exercício	51.319
SALDO FINAL EM 31/12/2006	6.447.389
Recursos repassados durante o exercício	1.071.858
Resultado do exercício	(36.221)
SALDO FINAL EM 31/12/2007	7.483.026



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2007 e 2006**

**(Em milhares de Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações através das Leis n. 9.126, de 10 de novembro de 1995 e 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

O objetivo principal é promover o desenvolvimento econômico e social da Região Norte em bases sustentáveis, tendo como administrador o Banco da Amazônia S.A., mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos, em observância ao Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) às orientações estratégicas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Ministério da Integração Nacional e dos Planos Estaduais de Aplicação de Recursos.

**a) Área de atuação**

Os recursos do FNO se destinam, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas na Região Norte, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**b) Política de crédito**

A política creditícia está assentada no Plano de Aplicação dos Recursos para 2007, aprovado pelo Ministério da Integração Nacional.

**c) Programas de financiamento**

Os recursos do FNO para o exercício de 2007 foram disponibilizados através de dois programas de financiamento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF) e o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), o qual agrega os programas anteriores em dois grandes grupos: os empreendimentos rurais e não-rurais, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos.

Os programas de financiamento do FNO são voltados para apoiar as atividades econômicas comprometidas com o desenvolvimento regional, que valorizam a formação e consolidação de arranjos produtivos locais (APLs) e o adensamento de cadeias produtivas da economia, concedendo prioridade de atendimento aos segmentos de menor porte e aos projetos que maximizem resultados socioeconômicos e de baixo impacto ambiental.

**d) Isenção tributária**

Conforme o artigo 8º da Lei n. 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.



**e) Fiscalização**

Para efeito de fiscalização e acompanhamento, os demonstrativos contendo a movimentação dos recursos, aplicações e os resultados do FNO são enviados, mensalmente, aos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda. Semestralmente, é encaminhado ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos e, anualmente, a Prestação de Contas dos recursos do Fundo é remetida à Secretaria Federal de Controle Interno – Gerência Regional de Controle Interno no Pará e ao Congresso Nacional.

**f) Concessão de rebates nos financiamentos de crédito rural - PRONAF**

O Decreto n. 6.200/2007, regulamentado pela Resoluções CMN n. 3.497, de 30.08.2007, com as alterações processadas pelas Resoluções CMN n. 3.500, de 28.09.2007, e n. 3.523, de 20.12.2007, autorizou a concessão de rebate sobre as parcelas com vencimento em 2007 de financiamentos de custeio agropecuário prorrogados das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, para os mutuários que estavam adimplentes em 31 de dezembro de 2006, estendendo o benefício para as antecipações das parcelas a vencer em 2008, desde que quitadas até 31 de dezembro de 2007.

As alíquotas de rebate sobre as parcelas podem ser apresentadas da seguinte forma:

Safra	Pronaf - Grupos	Rebate sobre as parcelas com vencimento em 2007
2003/2004	A/C, C ou D	35%
	E	20%
2004/2005	A/C, C ou D	30%
	E	20%
2005/2006	A/C, C ou D	20%
	E	15%
	B	10%
	Demais grupos e linhas de crédito de investimento do PRONAF	18%

Os mutuários que quitaram as parcelas com vencimento em 2007 antes da vigência da Resolução n. 3.497, têm direito ao respectivo rebate, calculado sobre o valor nominal das parcelas liquidadas e concedido mediante redução no saldo devedor da operação. A apuração do desconto está sendo implementado nos sistemas operacionais e os efeitos serão registrados no exercício de 2008.

**2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

**a) Apropriação de receitas e despesas**

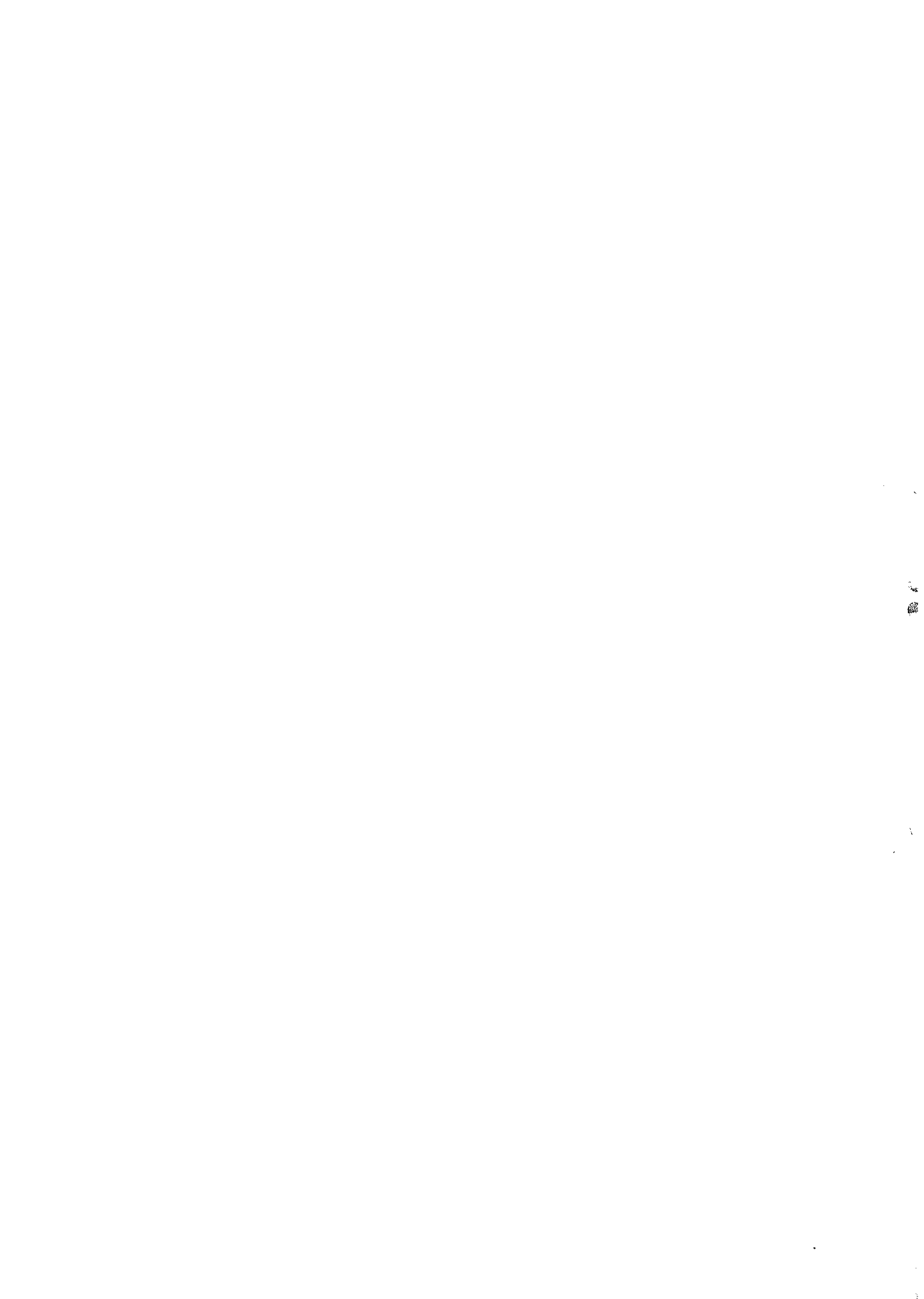
As receitas do FNO são oriundas dos encargos financeiros das operações de crédito, pelas recuperações de créditos baixados e pela remuneração paga pelo Banco da Amazônia S.A. sobre os recursos disponíveis.

As despesas são decorrentes da taxa de administração, da remuneração do agente financeiro decorrente do PRONAF e dos serviços de auditoria externa, da provisão do bônus de adimplência e para créditos de liquidação duvidosa e das renegociações.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.









Com a edição do Decreto n. 5.951, de 31 de outubro de 2006, os encargos financeiros incidentes sobre os créditos concedidos a partir de janeiro de 2007, variam de 5% a 11,5% a.a, conforme a área de atuação e porte dos tomadores. A partir de janeiro de 2007, os contratos de financiamentos em ser em 31 de dezembro de 2006 e que foram formalizados com as taxas prefixadas pela Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passaram a ter os mesmos encargos definidos no referido Decreto.

Quanto ao estoque das operações anteriores a 15 de janeiro de 2001, incidem encargos variáveis em função do prazo da contratação e das renegociações efetivadas de acordo com os dispositivos legais, específicos para os Fundos Constitucionais.

Nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos financeiros variam, conforme os definidos na legislação e regulamento do Programa (Manual de Crédito Rural, capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil).

A taxa de administração paga ao Banco da Amazônia S.A. foi calculada e apropriada mensalmente, mediante a aplicação de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo apurado para cada mês de referência ou 20% (vinte por cento) sobre o total de recursos ingressados através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, dos dois o menor, de acordo com a metodologia definida pelo Decreto n. 5.641, de 26 de dezembro de 2005.

No cálculo da mencionada taxa foi deduzido do patrimônio líquido do Fundo os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, conforme determina referido Decreto.

#### **b) Ativo**

O disponível é apresentado pelo montante das transferências oriundas do Tesouro Nacional, pelos retornos dos recursos aplicados, pelas remunerações pagas pelo Banco da Amazônia S.A., deduzido das liberações de crédito ocorridas, do del credere e remunerações do agente financeiro, das renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e pelos fundos garantidores, das despesas referentes à taxa de administração do banco administrador e da despesa dos serviços de auditoria externa.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

Os recursos do FNO, enquanto não liberados ao tomador final, são remunerados à taxa extra-mercado que, no exercício de 2007, registrou uma taxa média de 95% da SELIC.

Os financiamentos são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência mensal. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas internas retificadoras de Rendas a Apropriar.

As operações de crédito vencíveis no curso de 12 meses seguintes ao balanço, estão classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima de 12 meses subsequentes ao balanço, estão classificadas no ativo realizável a longo prazo.

#### **c) Patrimônio líquido**

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.



**d) Demonstrativos financeiros**

O FNO possui contabilidade própria, valendo-se para tal do sistema contábil do Banco da Amazônia S.A., no grupamento de compensação, onde são registrados todos os atos e fatos, inclusive apuração de renda e despesa.

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme dispõe a Portaria Interministerial MF/MI Nº 11, de 28 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial de 23 de janeiro de 2006.

**3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
**a) Risco**

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

**(a) Risco integral para o Fundo:**

- (i) as operações contratadas desde a publicação da Lei n. 7.827/1989 até 30 de novembro de 1998, conforme dispõe o art. n. 13 da Medida Provisória n. 2.196-3/2001. Tais operações correspondem ao montante de R\$ 1.195.420, já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$ 28.840 (R\$ 1.267.734 em 2006);
- (ii) os financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C e Floresta cujo montante corresponde a R\$ 468.534, já deduzido da provisão para operações de crédito no valor de R\$ 3.552 (R\$ 407.282 em 2006);
- (iii) as operações de repasses a outras instituições financeiras.

**(b) Risco compartilhado:**

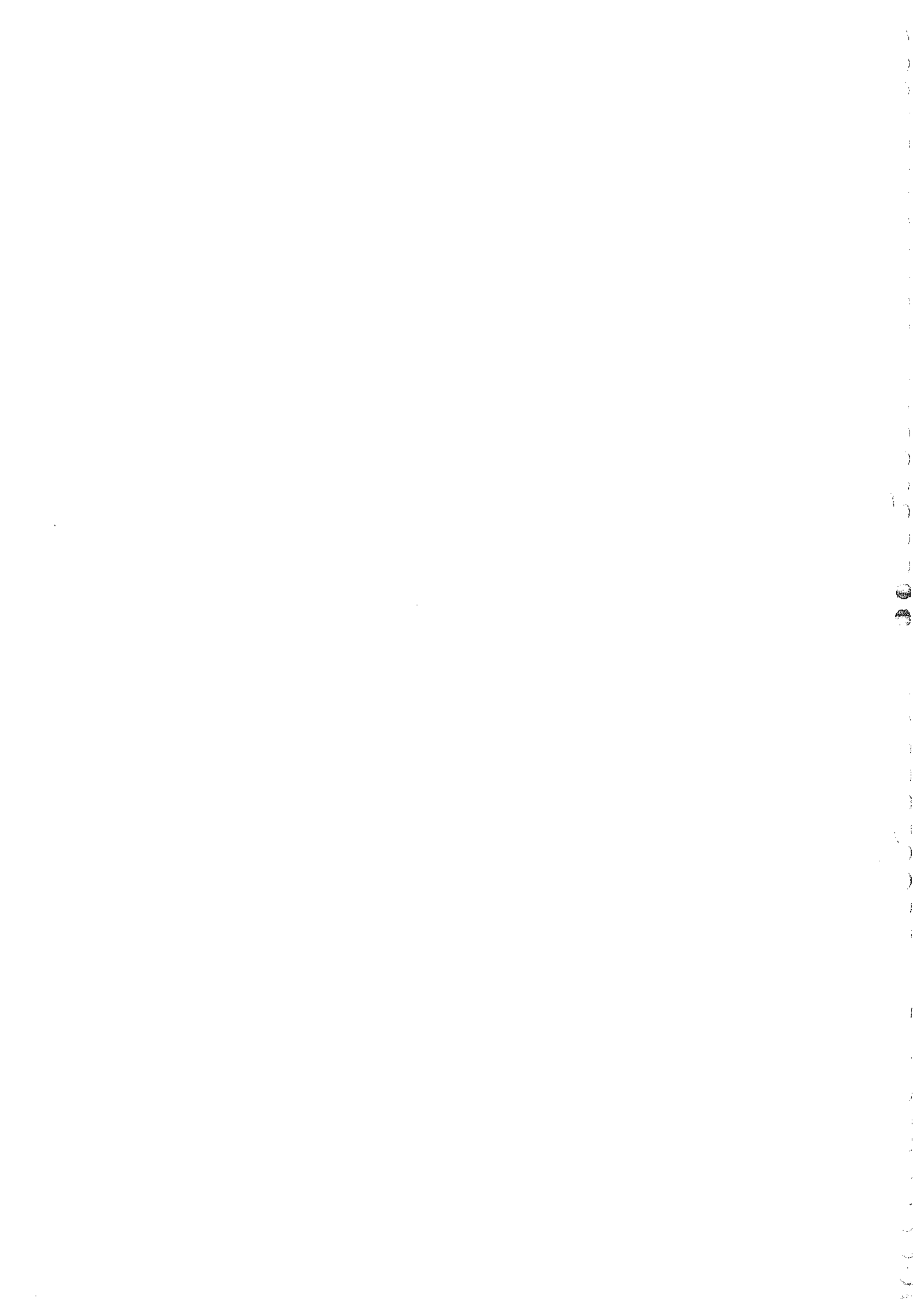
- (i) nas operações contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998 o risco pela concessão dos créditos é partilhado entre o Banco da Amazônia S.A. e o Fundo, na proporção de 50% para cada um.

**b) Provisão**

A provisão das operações de crédito foi constituída de acordo com o critério definido no art. 3º da Portaria Interministerial MF/MI n. 11/2005, que consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 dias, equivalente ao percentual de risco assumido pelo Fundo.

Em conformidade com o referido normativo, na movimentação da provisão foram registradas baixas de parcelas de principal e encargos, vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

Discriminação	2007	2006
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(59.222)</b>	<b>(1.506.515)</b>
Risco Integral FNO	(42.725)	(1.422.097)
Risco Compartilhado	(16.497)	(84.418)
<b>Provisões constituídas</b>	<b>(127.738)</b>	<b>(249.358)</b>
Risco Integral FNO	(89.998)	(196.488)
Risco Compartilhado	(37.740)	(52.870)
<b>Valores baixados</b>	<b>139.059</b>	<b>1.696.651</b>
Risco Integral FNO	100.331	1.575.860
Risco Compartilhado	38.728	120.791



Saidos no fim do exercicio	(47.901)	(59.222)
Risco Integral FNO	(32.392)	42.725
Risco Compartilhado	(15.509)	16.497

**Composição da carteira:**

Financiamentos	Risco do Fundo			Risco compartilhado		
	Normal	Vencidas	Total	Normal	Vencidas	Total
Industriais	45.917	10.000	55.917	1.508.778	28.245	1.537.023
Rurais	1.564.404	64.593	1.628.997	3.352.027	104.212	3.456.239
<b>Subtotal</b>	<b>1.610.321</b>	<b>74.593</b>	<b>1.684.914</b>	<b>4.860.805</b>	<b>132.457</b>	<b>4.993.262</b>
Dev. p/ Repasses	11.432	-	11.432	-	-	-
<b>Total da Carteira</b>	<b>1.621.753</b>	<b>74.593</b>	<b>1.696.346</b>	<b>4.860.805</b>	<b>132.457</b>	<b>4.993.262</b>
Provisão	-	(32.392)	(32.392)	-	(15.509)	(15.509)
<b>Total Líquido</b>	<b>1.621.753</b>	<b>42.201</b>	<b>1.663.954</b>	<b>4.860.805</b>	<b>116.948</b>	<b>4.977.753</b>

**c) Bônus de adimplência**

c.1 - a Lei n. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterou os encargos financeiros, concedeu bônus de adimplência, permitiu renegociações e estabeleceu prazos para repactuação das operações de crédito dos fundos constitucionais;

c.2 - a Lei n. 10.464, de 24 de maio de 2002, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para os créditos relativos ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mini e pequenos produtores e;

c.3 - a Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para as operações oriundas do crédito rural, em todos os programas.

Somente fará jus aos bônus de adimplência, cujas principais taxas estão especificadas na tabela a seguir, a parcela paga até a data do respectivo vencimento.

Descrição	Lei n° 10.177	Lei n° 10.464	Lei n° 10.696
Industrial	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Rural	15% s/ encargos financeiros	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%
Comércio e Serviços	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Procera		70% sobre a parcela	a) 70% sobre a parcela b) 90% na liquidação da dívida.
Pronaf		30% sobre a parcela	30% sobre a parcela

Para as operações contratadas após 13 de janeiro de 2000 é concedido o percentual de 15% de bônus, conforme artigo 1º, incisos I, II e III, parágrafo 5º, da Lei n. 10.177.

O ajuste de provisão para bônus de adimplência, contabilizado como despesa, foi de R\$ 224.353 (R\$ 140.723 em 2006), tendo sido concedido bônus de R\$ 74.237.





No exercício, foi registrada reversão da provisão de bônus no valor de R\$ 86.480, por falta de pagamento no prazo de vencimento.

#### d) Créditos baixados

Na forma da Portaria Interministerial MF/MI n. 11/2005, foram baixadas as parcelas de principal e encargos vencidos há mais de 360 dias, cujo montante foi de R\$ 177.787 (1.817.442 em 2006).

Demonstrativo das baixas:

	Risco	Valores assumidos pelo Fundo	Valores devolvidos pelo Banco da Amazônia	Total
Industrial	Integral	12.260	-	12.260
Rural	Integral	88.071	-	88.071
Industrial	Compartilhado	11.622	11.622	23.244
Rural	Compartilhado	27.106	27.106	54.212
<b>Total</b>		<b>139.059</b>	<b>38.728</b>	<b>177.787</b>

#### e) Renegociações

No exercício 2007 foram renegociadas 98.460 operações no montante de R\$ 1.652.549, a seguir demonstradas.

Renegociações exercício 2007	Quantidade	Valor
Administrativas	594	264.481
Resoluções CMN nº 3.363/06, nº 3.364/06 e nº 3.373/06	14.973	169.428
Resolução CMN nº 3.460/07, nº 3.495/07 e nº 3.500/07	82.885	1.216.946
Lei nº 11.434/06	8	1.694
<b>Total</b>	<b>98.460</b>	<b>1.652.549</b>

#### f) Recuperação de créditos baixados

As recuperações de créditos baixados atingiram o montante de R\$ 69.996, entre renegociações e pagamentos pelos financiados, referente às operações baixadas pelas regras da Portaria Interministerial MF/MI n. 11/2005.

O Fundo foi ressarcido com o valor de R\$ 49.065 e o Banco da Amazônia S.A. com o valor de R\$ 20.931.





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ofício nº 203 /2008/MI

Brasília, 29 de abril de 2008.

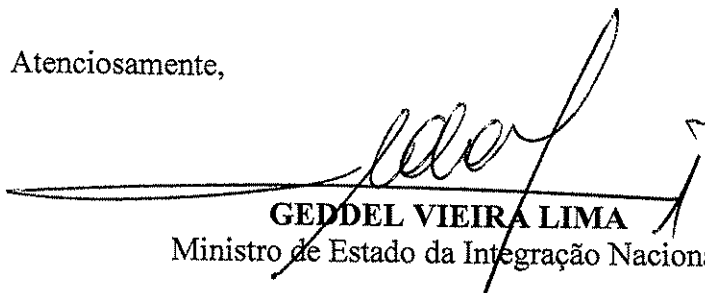
A Sua Senhoria o Senhor  
**ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR**  
Presidente do Banco da Amazônia S.A  
Av. Presidente Vargas, nº 800, 14º andar  
66.017-000 – Belém-PA

Assunto: **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, no exercício de 2007.**

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, faço referência ao Ofício DIREX/PRESI nº 2008/099, de 29.02.2008, com o qual foi encaminhado a este Ministério o Relatório de Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, no exercício de 2007.
2. A propósito, comunico a Vossa Senhoria que mencionado relatório foi examinado nos termos do Parecer nº 03/CGFCF/DFD, de 22.04.2008, anexo, elaborado por técnicos do Ministério da Integração Nacional.
3. No exercício da competência atribuída ao Ministério da Integração Nacional pelo parágrafo único do art. 14-A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pelo art. 14 da Lei nº 11.524, de 24.09.2007, objetivando o aprimoramento da execução orçamentária e do processo de avaliação do desempenho do FNO, recomendo a essa Instituição fiel observância às recomendações constantes do item 14 do mencionado Parecer nº 03/CGFCF/DFD, de 22.04.2008.

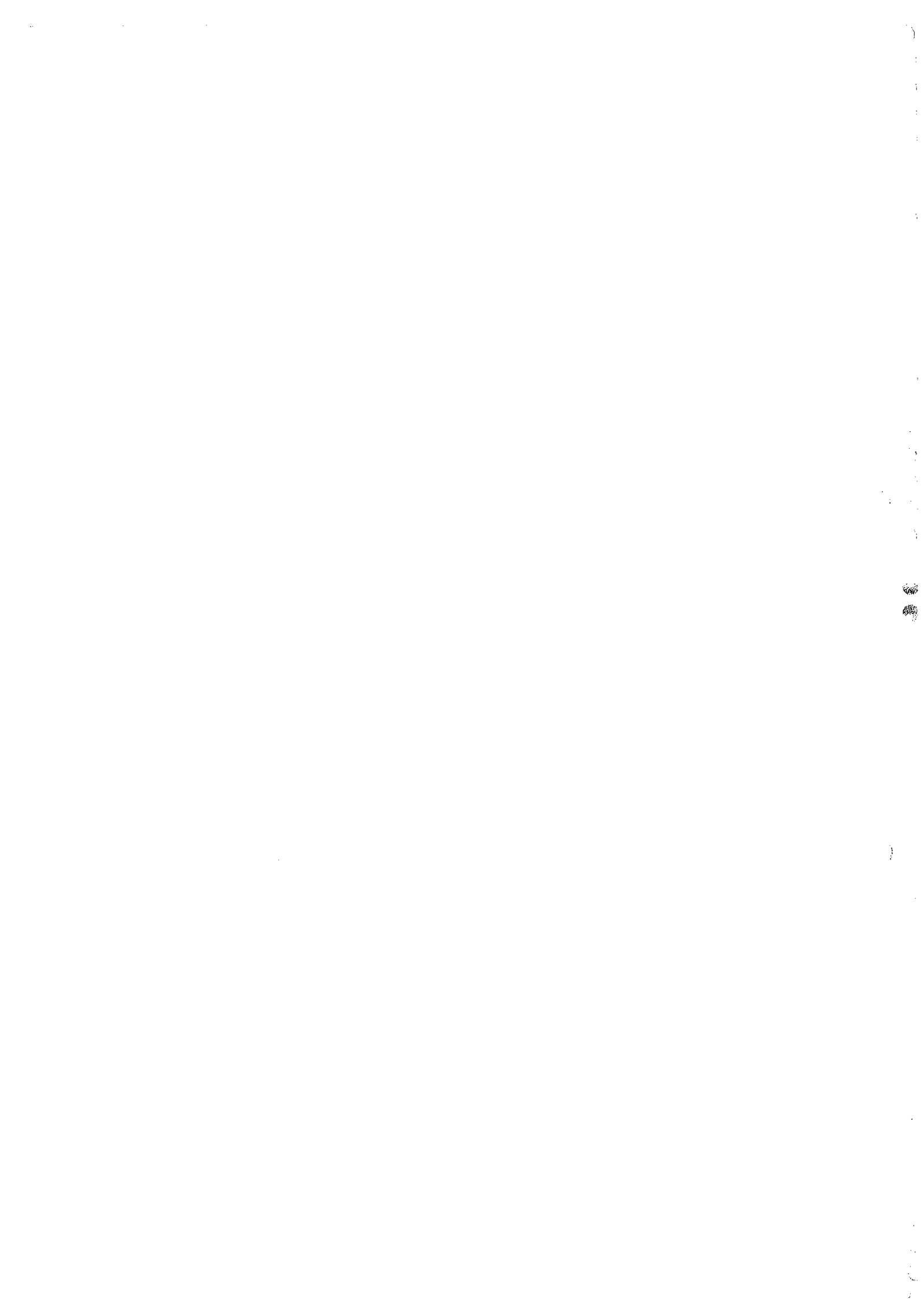
Atenciosamente,

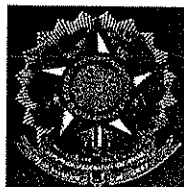
  
**GEDDEL VIEIRA LIMA**  
Ministro de Estado da Integração Nacional

Esplanada dos Ministérios Bloco "E", 8º andar, gabinete - CEP: 70.062-900 – Brasília - DF  
Telefone (0xx61) 3414-5816 - Fax: (0xx61) 3321-9125 - <http://www.integracao.gov.br>









Governo da República Federativa do Brasil

Ministério da Integração Nacional    Ministério da Fazenda



**BANCO DA AMAZÔNIA**

**FNO**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE**

*(LEIS N.º 7.827/1989, N.º 9.126/1995 e N.º 10.177/2001)*

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2007**

Belém  
2008

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR**  
Presidente

**AUGUSTO AFONSO MONTEIRO BARROS**  
Diretor de Ações Estratégicas

**EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO**  
Diretor de Controle

**GILVANDRO NEGRÃO SILVA**  
Diretor de Crédito

**JOÃO ALBERTO DE SOUZA**  
Diretor de Administração

**MILTON BARBOSA CORDEIRO**  
Diretor de Suporte aos Negócios

**GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (GEDER)**

**ODUVAL LOBATO NETO**  
Gerente Executivo

**DANIEL CORRÊA RAIOL**  
Coordenador de Planejamento

**MARCOS ANTÔNIO SOUZA DOS SANTOS**  
Coordenador de Estudos Setoriais

**PAULO ROBERTO CASTELO BRANCO DE MELO**  
Coordenador de Meio Ambiente

**ROSÂNGELA MARIA QUEIRÓZ DA COSTA**  
Coordenadora de Relações Institucionais

**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO (CPLAN)**

**DANIEL CORRÊA RAIOL**  
Coordenador

**JORGE WIGBERTH MOURÃO PAREDES**  
Analista

**JOSÉ MOURÃO NETO**  
Analista

**LÚCIA ANDRÉA FERREIRA SAMPAIO**  
Analista

**BANCO DA AMAZÔNIA**  
Direção Geral: Av. Presidente Vargas, 800  
CEP 66.017- 000 Belém - Pará  
Telefone: (91) 4008-3826 Fax: (91) 4008-3406  
Site: <http://www.bancoamazonia.com.br>  
E-mail: [planejamento@bancoamazonia.com.br](mailto:planejamento@bancoamazonia.com.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)	7
1.1 ORIGEM E DIRETRIZES	7
1.2 BENEFICIÁRIOS	7
1.3 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO	8
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	8
1.5 RESULTADOS ALCANÇADOS	9
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	10
2.1 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO E SETOR ECONÔMICO	10
2.2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E SEGMENTO ECONÔMICO	11
2.3 OPERAÇÕES CONTRATADAS NO ÂMBITO DO PAC	12
2.4 OPERAÇÕES CONTRATADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO	12
2.5 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCO COMPARTILHADO	12
2.6 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM A PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS	13
2.7 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	13
2.8 PROPOSTAS EM CARTEIRA	14
2.9 PREVISÃO DE LIBERAÇÕES DE PARCELAS DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	14
2.10 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÕES DE PARCELAS DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	14
2.11 MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM FINANCIAMENTO DO FNO	15
2.12 FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO	15
2.13 FINANCIAMENTO POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL	15
2.14 FINANCIAMENTO POR TIPO DE ESTABELECIMENTO	16
2.15 ESTOQUE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	17

2.16 RESULTADO FINANCEIRO	17
3 PERFIL DAS APLICAÇÕES NOS ESTADOS	19
3.1 APLICAÇÕES NO ESTADO DO ACRE	19
3.2 APLICAÇÕES NO ESTADO DO AMAPÁ	21
3.3 APLICAÇÕES NO ESTADO DO AMAZONAS	23
3.4. APLICAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ	25
3.5. APLICAÇÕES NO ESTADO DE RONDÔNIA	27
3.6. APLICAÇÕES NO ESTADO DE RORAIMA	29
3.7. APLICAÇÕES NO ESTADO DO TOCANTINS	31
4 INADIMPLÊNCIA	33
4.1 INADIMPLÊNCIA POR ESTADO, SETOR ECONÔMICO E PORTE DO BENEFICIÁRIO	33
4.2 VALORES VENCIDOS POR PERÍODO E SETOR ECONÔMICO	33
4.3 INADIMPLÊNCIA DE OPERAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR	34
4.4 RENEGOCIAÇÃO DE OPERAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	34
4.5 RESSARCIMENTOS DE PERDAS DE OPERAÇÕES	34
4.6 SECURITIZAÇÃO DE OPERAÇÕES	35
4.7 MONTANTE DE OPERAÇÕES LIQUIDADAS	35
4.8 AJUIZAMENTO DAS COBRANÇAS	35
5 GESTÃO DO CRÉDITO	36
5.1 ATENDIMENTO DE PRIORIDADES	36
5.2 ENCARGOS DE OPERAÇÕES	37
5.3 FISCALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS	37
5.4 AÇÕES VISANDO O CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA	38
5.5 PRIORIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE	38
5.6 APOIO A PROJETOS QUE UTILIZAM TECNOLOGIAS INOVADORAS	39

<b>5.7 MEDIDAS PARA INCREMENTAR OS FINANCIAMENTOS AOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO</b>	<b>40</b>
<b>5.8 OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>41</b>
<b>5.9 INICIATIVAS DO BANCO DA AMAZÔNIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL</b>	<b>42</b>
<b>6 RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>47</b>
<b>6.1 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FNO</b>	<b>47</b>
<b>6.2 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FNO</b>	<b>50</b>
<b>6.3 CONCLUSÕES</b>	<b>55</b>
<b>7 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO A - TABELAS</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO B – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS</b>	<b>99</b>

## APRESENTAÇÃO

O Banco da Amazônia apresenta o **Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2007**, com dados dos financiamentos na Região Norte, realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

As ações desenvolvidas no período ratificaram o firme propósito do Banco da Amazônia em estender os recursos do Fundo aos mais diversos empreendimentos, principalmente àqueles voltados para o segmento da economia de base familiar, estimulando, dessa forma, o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, gerando novas oportunidades de ocupação da mão-de-obra e renda na Amazônia.

No exercício de 2007, foram contratadas 39.995 operações de crédito que demandaram recursos superiores a R\$ 1,1 bilhão, beneficiando, em sua maioria, empreendedores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas).

O volume de operações de crédito realizado no período representou um incremento de aproximadamente 38% em relação ao ano de 2006, sendo financiados projetos em 393 municípios da Região Norte, o que representa o alcance de 87% das localidades que integram a base político-institucional da Região.

O Banco da Amazônia, como agente financeiro do FNO, desenvolveu ações observando as diretrizes do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2007, visando reduzir os desequilíbrios regionais e promover a inclusão social, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Registra-se, ainda, os resultados expressos em termos de redução dos níveis de inadimplência, o que, por si só, atesta o bom desempenho das iniciativas do Banco da Amazônia na busca da eficiência na alocação dos recursos do FNO, fato que prospecta a garantia de retorno dos financiamentos concedidos.

Na oportunidade, o Banco da Amazônia agradece a todos os seus parceiros institucionais e colaboradores pelo trabalho compartilhado, com a plena certeza de que a soma de esforços contribuirá para a transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios, a fim de que a Região atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável.

**Abidias José de Sousa Júnior**  
Presidente do Banco da Amazônia

# 1 O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)

## 1.1 ORIGEM E DIRETRIZES

O FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu através do artigo 159, inciso I, alínea "c", regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a obrigação de a União destinar 3% do produto da arrecadação do *Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)* e *Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)* para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional.

Os recursos do FNO, provenientes de 0,6% da parcela de 3% da arrecadação do IR e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia, que aplica os recursos alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas e programas para a Amazônia como: o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais e o Plano Nacional de Turismo (PNT); além das políticas e prioridades dos Estados da Região Norte.

As diretrizes estratégicas do FNO estão voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental.

## 1.2 BENEFICIÁRIOS

São beneficiários dos recursos do FNO:

- Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR-10) do Banco da Amazônia, mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais, extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável, silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, e aqüicultores;
- Pessoas físicas que se caracterizem como produtores rurais;

- Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País; e
- Pessoas jurídicas de direito privado, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no País a sede de sua administração e cuja maioria de capital, com direito a voto, pertença a pessoas não residentes no País, somente quando fizerem parte de setores de atividades e regiões econômicas de alto interesse nacional.

### 1.3 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Atualmente, o FNO é operacionalizado através de dois programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável)*.

O Programa FNO-PRONAF apóia as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural, capítulo 10 (MCR-10).

O Programa FNO-Amazônia Sustentável apóia, em bases sustentáveis, empreendimentos rurais e não-rurais mediante a concessão de financiamentos voltados para atender às reais necessidades dos setores produtivos.

### 1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação do FNO é a Região Norte, formada por sete Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 449 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km<sup>2</sup>.

A população atual da Região Norte é de aproximadamente 14,5 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 3,76 hab/km<sup>2</sup> e renda per capita de R\$ 6,45 mil. O Produto Interno Bruto (PIB) regional é da ordem de R\$ 93,4 bilhões, equivalente a 4% do PIB brasileiro (v. Tabela 1).





**Tabela 1: Área, N.º de Municípios, População, Densidade Demográfica, Renda Per Capita e PIB dos Estados da Região Norte**

Estado	Área (Km <sup>2</sup> )	N.º de Municípios	População (Hab.)	Densidade Demográfica	PIB (R\$ Milhões)	Renda Per Capita (R\$ Mil)
Acre	152.581,4	22	634.869	4,16	3.242	5,11
Amapá	142.814,6	16	580.833	4,07	3.720	6,40
Amazonas	1.570.745,7	62	3.204.954	2,04	35.889	11,20
Pará	1.247.689,5	143	6.879.526	5,51	34.196	4,97
Rondônia	237.576,2	52	1.516.482	6,38	9.744	6,43
Roraima	224.299,0	15	383.487	1,71	1.864	4,86
Tocantins	277.620,9	139	1.288.338	4,64	4.768	3,70
<b>Região Norte</b>	<b>3.853.327,3</b>	<b>449</b>	<b>14.488.489</b>	<b>3,76</b>	<b>93.423</b>	<b>6,45</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Base 2004

## 1.5 RESULTADOS ALCANÇADOS

Ao longo das quase duas décadas de operacionalização dos recursos do FNO pelo Banco da Amazônia, foram financiados mais de 310 mil projetos, sendo injetados R\$ 9,3 bilhões na economia regional, que estimularam prioritariamente empreendimentos de menor tamanho.

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de importantes resultados socioeconômicos em benefício da população amazônica, bem como ao meio ambiente, através do apoio à inserção de padrões tecnológicos que ajustam e/ou contribuem em prol da modernização dos sistemas produtivos das unidades agropecuárias, agroindustriais, industriais e outras.

Entre os benefícios socioeconômicos gerados pela ação creditícia do FNO destacam-se: a criação de aproximadamente 1,8 milhão de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento de mais de R\$ 29 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) regional, a redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento do PIB da Região e da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

## 2 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO E SETOR ECONÔMICO

No exercício de 2007, foram financiadas 39.995 operações de crédito no montante de R\$ 1,1 bilhão, sendo que o setor rural demandou 99% das operações de crédito contratadas (v. Gráfico 1 e Anexo A – Tabela 1).

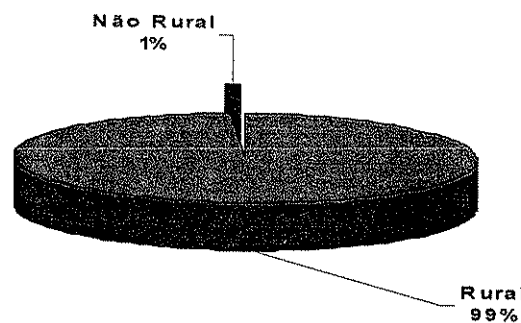


Gráfico 1 Operações contratadas por setor econômico

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

Os segmentos produtivos de menor tamanho responderam por cerca de 97% do total das contratações (38.657 operações), números que atestam a contínua demanda das cooperativas, mini/micro e pequenos produtores pelas linhas de crédito do FNO (v. Gráfico 2 e Anexo A – Tabela 2).

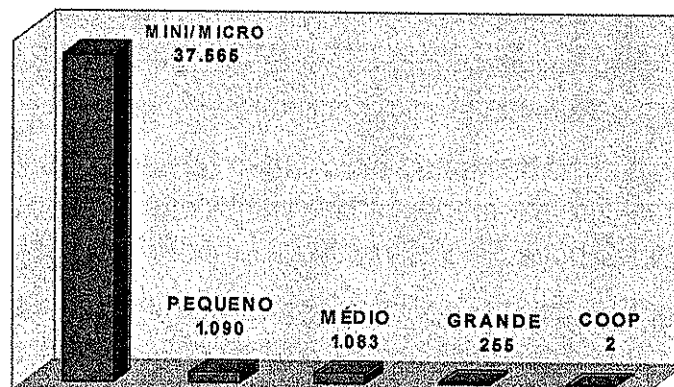


Gráfico 2 Operações contratadas por porte

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

## 2.2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E SEGMENTO ECONÔMICO

Do total de contratações realizadas, cerca de 92% atenderam, através do Programa FNO-PRONAF, ao segmento da agricultura familiar. Foram beneficiadas 36.605 famílias contribuindo para gerar mais de 146 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

Dentre as linhas de financiamento do Programa FNO-PRONAF, os Grupos "B" e "D", direcionados aos agricultores com renda bruta anual familiar baixa, destacaram-se pelo atendimento a mais de 24 mil famílias (v. Gráfico 3 e Anexo A – Tabela 3).

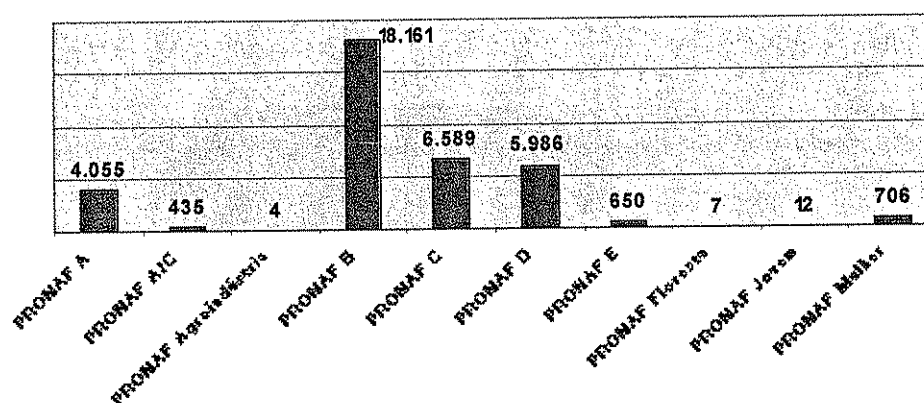


Gráfico 3 Operações contratadas agricultura familiar  
Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

Em termos monetários, as contratações realizadas pelos empreendimentos rurais e não rurais representaram, respectivamente, 59,7% e 40,3%. As atividades dos setores não rurais apresentaram picos de demanda de recursos nos meses de fevereiro e dezembro, enquanto no setor rural os picos de demanda ocorreram nos últimos três meses do período, com destaque para dezembro (v. Anexo A – Tabela 4).

No âmbito do Programa FNO-Amazônia Sustentável, as maiores demandas foram dos segmentos da agropecuária e indústria, que absorveram 55% do total aplicado, correspondente a R\$ 612,2 milhões (v. Anexo A – Tabela 5).

Os financiamentos realizados pelo FNO, em cada estado, foram diretamente influenciados pelas características econômicas locais. Assim, a busca por financiamento de projetos sofreu influência da maior preponderância dos setores rural ou não rurais na base econômica de cada uma das Unidades Federativas da Região (v. Gráfico 4 e Anexo A – Tabela 6).

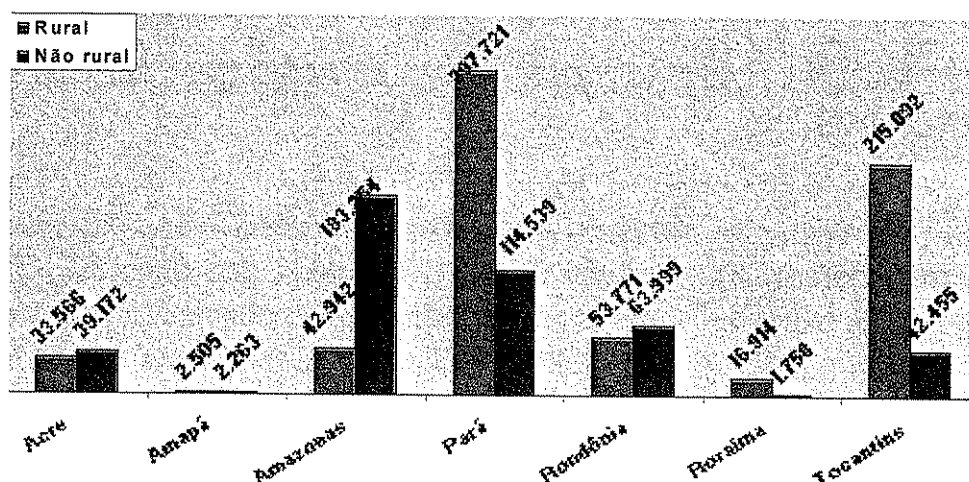


Gráfico 4 Contratações totais por estado e setor - R\$ Mil

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

## 2.3 OPERAÇÕES CONTRATADAS NO ÂMBITO DO PAC

O Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia, no âmbito do PAC, contemplam setores estratégicos da economia como saneamento básico, matriz energética e produção de biodiesel. Em 2007, o Banco da Amazônia aprovou a contratação de 10 projetos no valor de R\$ 1,03 bilhão, com recursos do FNO e de outras fontes de fomento. Desse total, 7 projetos foram efetivamente contratados no período, totalizando R\$ 838,2 milhões.

## 2.4 OPERAÇÕES CONTRATADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO

Desde o início das operações com recursos do FNO, em 1989, até o exercício de 2007, as contratações sob a responsabilidade do Fundo totalizaram R\$ 1.683 milhões, com o setor rural sendo responsável por cerca de 97% das operações realizadas (v. Anexo A – Tabelas 7 a 9).

## 2.5 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCO COMPARTILHADO

Tomando por base o período de 1989 ao exercício de 2007, as operações contratadas junto ao Fundo com risco compartilhado totalizam R\$ 4.997 milhões, com o setor rural sendo responsável por cerca de 69% das operações realizadas (v. Anexo A – Tabelas 10 a 12).

## 2.6 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM A PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS

As operações contratadas receberam a contrapartida de recursos próprios dos empreendedores no montante de R\$ 110 milhões, dos quais R\$ 73 milhões nos setores não rurais e R\$ 37 milhões no setor rural. As maiores contrapartidas de recursos próprios foram registradas pelo grande empresariado, sendo que em maiores volumes nos setores não rurais (v. Anexo A – Tabelas 13 e 14).

## 2.7 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR

No exercício de 2007, foram contratadas 39.995 operações de crédito. Desse total 28% atenderam operações em municípios tipificados como de baixa renda (BR), 26% em estagnados de média renda (EMR), 41% em cidades consideradas como dinâmica de menor renda (DMR) e 5% em localidades como de alta renda (AR).

Esse desempenho atesta a preocupação social e desenvolvimentista do FNO, contribuindo para gerar novas oportunidades de renda para os municípios regionais e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento socioeconômico da Região (v. Gráfico 5 e Anexo A – Tabela 15).

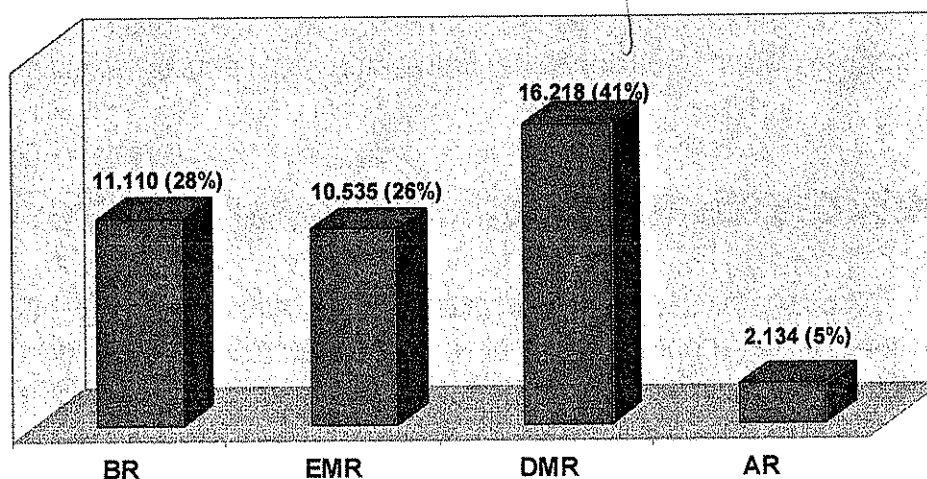
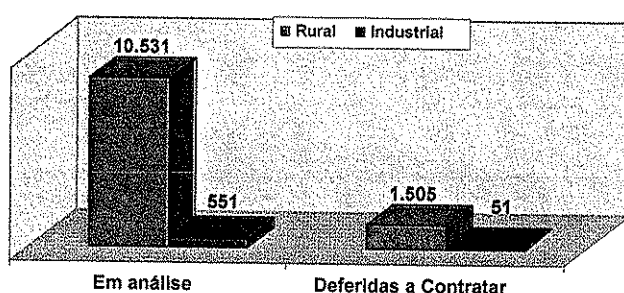


Gráfico 5: Operações contratadas por município conforme tipologia da PNDR  
Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont. Operações

## 2.8 PROPOSTAS EM CARTEIRA

Ao final do exercício de 2007, havia uma demanda imediata representada por 12.638 propostas, envolvendo recursos no montante de R\$ 876.103 mil, sendo 1.556 decorrentes de projetos aprovados, aguardando apenas contratação, e 11.082 referentes ao estoque de projetos em carteira (em fase de análise) (v. Gráfico 6 e Anexo A – Tabelas 16 a 18).



**Gráfico 6** Propostas em carteira por setor  
Fonte: Banco da Amazônia - Ger.Controladoria

## 2.9 PREVISÃO DE LIBERAÇÕES DE PARCELAS DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

Está prevista, até o exercício de 2009, a liberação de parcelas de operações contratadas que totalizam cerca de R\$ 116.241 mil, sendo R\$ 58.173 mil (50%) operações do setor rural e R\$ 58.068 (50%) operações dos setores não rurais (v. Anexo A – Tabelas 19 e 20).

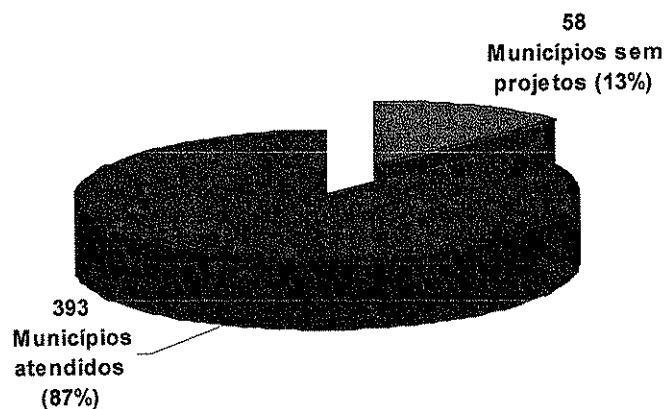
## 2.10 PREVISÃO DE AMORTIZAÇÕES DE PARCELAS DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

Até o exercício de 2009, há previsão de amortização de parcelas de operações contratadas no montante de R\$ 2.361 milhões, dos quais R\$ 1.886 milhões (80%) de financiamentos do setor rural e R\$ 475 milhões (20%) dos setores não rurais (v. Anexo A – Tabelas 21 e 22).

## 2.11 MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM FINANCIAMENTO DO FNO

No exercício de 2007, todo o montante de recursos para financiamento aos setores produtivos regionais foi disponibilizado, não sendo registrada demanda por repasse de valores para aplicações por outras instituições financeiras, em locais não atingidos pela capilaridade do Banco da Amazônia.

Os financiamentos contratados atenderam projetos em 393 municípios da Região Norte, o que representa o alcance de 87% das localidades que integram a base político-institucional da Região (v. Gráfico 7).



**Gráfico 7 Municípios atendidos com financiamentos FNO**  
Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

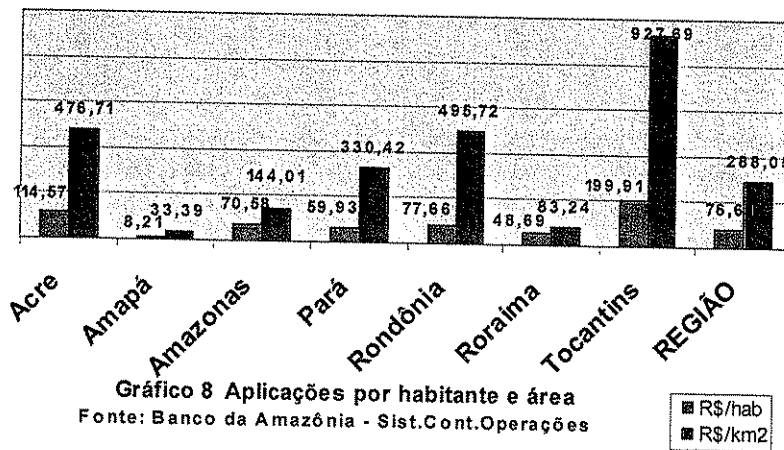
## 2.12 FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO

No período em análise, foram contratadas 5.082 operações voltadas para as atividades de custeio, no montante superior a R\$ 208 milhões, e 34.913 para investimento, correspondente a R\$ 901,9 milhões. Do volume total de financiamento para custeio e investimento R\$ 662,5 milhões (60%) contemplaram o setor rural e R\$ 447,4 milhões (40%) os setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 23).

## 2.13 FINANCIAMENTO POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL

Como forma de inferir a extensão dos resultados socioeconômicos gerados pela aplicação dos recursos do Fundo e a prospecção de benefícios em prol da população, são utilizados, para cada estado e para a Região Norte, indicadores econômicos, tomando por base a média dos recursos contratados em relação ao contingente populacional e à extensão territorial.

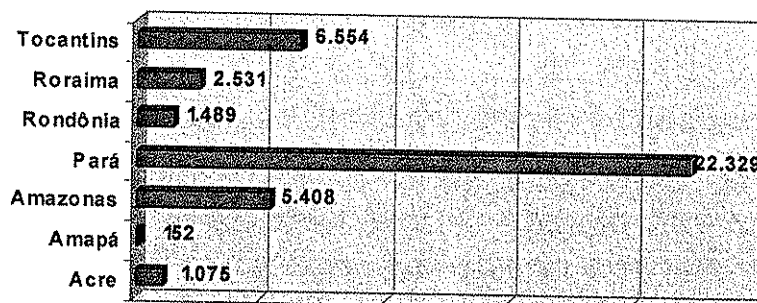
Em ambos indicadores é possível prospectar que os benefícios socioeconômicos estão diretamente relacionados ao desempenho das médias dos recursos aplicados. Assim, quanto maior a média dos recursos aplicados maior a perspectiva de geração de benefícios socioeconômicos, como, por exemplo, novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra e renda na Região (v. Gráfico 8 e Anexo A – Tabela 24).

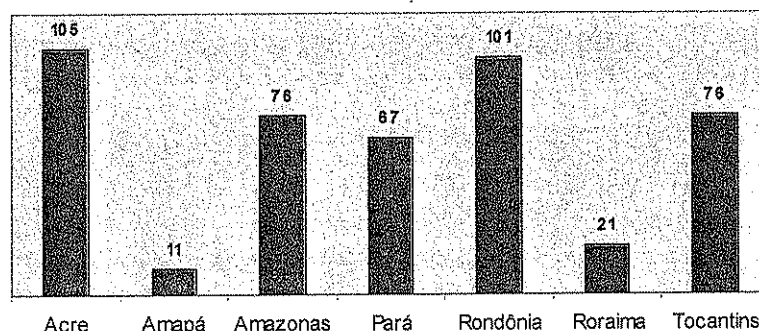


## 2.14 FINANCIAMENTO POR TIPO DE ESTABELECIMENTO

Em 2007, foram financiadas 39.995 operações com recursos do FNO na Região Norte, sendo 39.538 (99%) voltadas para empreendimentos do setor rural e 457 (1%) em projetos dos setores não rurais. A contratação expressiva de estabelecimentos rurais evidencia que as características primárias da economia regional continuam influenciando na dinâmica do desenvolvimento, refletindo o baixo grau de industrialização e a preferência pelas opções agrário-extrativistas.

Em termos de estabelecimentos rurais, o maior número de financiamentos ocorreu no Estado do Pará, sendo contempladas mais de 22 mil unidades. No que se refere aos estabelecimentos não rurais, a maior quantidade de financiamentos aconteceu no Estado do Acre, sendo financiados 105 estabelecimentos (v. Gráficos 9 e 10 e Anexo A – Tabelas 25 e 26).





**Gráfico 10 Financiamento de estabelecimentos não rurais**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

## 2.15 ESTOQUE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

De novembro de 1989 até dezembro de 2007, foi identificado um estoque de 236.751 operações de crédito contratadas junto ao FNO, correspondentes a R\$ 6.680.387 mil em valores atuais. Esse montante compreende 234.432 contratos pactuados com o setor rural (99% do total) e 2.319 com os setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 27)

## 2.16 RESULTADO FINANCEIRO

Ao encerramento do exercício de 2007, o Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 7.483.026 mil (superior em mais de 16% ao registrado em idêntico período de 2006) e o ativo circulante, onde se incluem as disponibilidades e as operações de crédito, totalizou R\$ 2.838.690 mil.

Foi registrado, ao final desse período contábil, no ativo do Balanço Patrimonial, disponibilidades no montante de R\$ 1.383.371 mil (superior em R\$ 539.618 mil sobre às registradas no término do exercício de 2006, correspondentes a R\$ 843.753 mil).

As demonstrações contábeis se encontram pormenorizadas no Anexo B.

A Tabela 2, apresentada a seguir, detalha o comparativo entre ingressos e desembolsos de recursos, previstos no Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para 2007, e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2007.

**Tabela 2: Comparativo entre ingressos e desembolsos de recursos previstos e realizados – Exercício 2007**

Ingressos/Desembolsos	R\$ Milhões	
	Valores Previstos	Valores Realizados
<b>A) Entrada de Recursos:</b>	<b>2.246,7</b>	<b>2.898,3</b>
- Disponibilidade prevista em 31/12/2006	265,0	843,8
- Estimativa de Ingressos via repasse STN em 2007	1.037,1	1.071,9
- Estimativa de reembolso de créditos em 2007	875,1	826,0
- Remuneração do Disponível	40,2	112,8
- Retorno ao Fundo dos valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco	29,3	43,8
<b>B) Desembolso de Recursos:</b>	<b>673,2</b>	<b>1.502,1</b>
- Despesa com taxa de Administração	207,4	205,5
- Despesa com <i>del credere</i> + <i>penhora judicial</i>	176,8	141,6
- Despesa de Auditoria	0,1	0,1
- Bônus de Adimplência	177,6	74,2
- Remuneração do Agente – PRONAF	-	8,8
- Despesas de Renegociação (inclusive Rebates)	-	23,5
- Liberações a serem efetuadas em 2007	-	1.048,4
<b>C) Previsão de Recursos Disponíveis para 2007 (A-B)</b>	<b>1.573,5</b>	<b>1.396,2</b>
<b>D) Taxa de Administração a Pagar</b>	<b>-</b>	<b>12,8</b>
<b>E) Previsão de Recursos Disponíveis Líquida</b>	<b>-</b>	<b>1.383,4</b>

Fonte: Banco da Amazônia S/A





### 3 PERFIL DAS APLICAÇÕES NOS ESTADOS

#### 3.1 APLICAÇÕES NO ESTADO DO ACRE

No exercício de 2007, foram aplicados R\$ 72,7 milhões dos recursos do FNO no estado do Acre. O volume de contratações, na faixa de 46% do previsto para o ano de 2007, foi 44% superior ao registrado em 2006 (32,0%), caracterizando um aumento da demanda por financiamentos naquela Unidade Federativa (v. Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado do Acre - Exercício/2007**

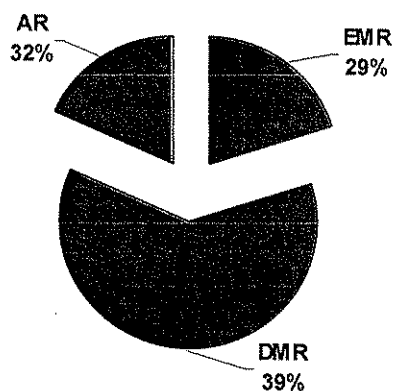
Em R\$ milhões

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>157,4</b>	<b>72,7</b>	<b>46,2</b>	
<i>Total FNO-PRONAF</i>		<i>31,4</i>	<i>8,5</i>	<i>26,9</i>	
PROGRAMA	Grupo A	15,7	4,7	30,0	
	Grupo B				
	Grupo A/C				
	Grupo C				
	Grupo D				
	Grupo E	15,7	3,7	23,8	
	Agroindústria				
	Floresta				
	Pesca e Aqüicultura				
	Mulher				
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>126,0</i>	<i>64,3</i>	<i>51,0</i>
	PROGRAMA	Empreendimentos Rurais	68,6	25,1	36,6
		Agropecuária		25,1	
Floresta			0,0		
Pesca e Aqüicultura			0,0		
Empreendimentos Não-Rurais		57,4	39,2	68,2	
Agroindústria			0,4		
Indústria			9,1		
Turismo			0,2		
Infra-estrutura			0,2		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço			29,3		
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>157,4</b>	<b>72,7</b>	<b>46,2</b>	
SETOR	Rural	100,0	33,6	33,6	
	Não rural	57,4	39,2	68,2	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

Nos financiamentos voltados para o setor rural, a maior demanda ocorreu no segmento agropecuário (R\$ 25,1 milhões), enquanto nos setores não rurais o destaque foi do segmento de comércio e serviço, com demanda da ordem de R\$ 29,3 milhões.

No geral, cerca de 70% das operações contratadas no estado do Acre no período contemplaram localidades classificadas pela tipologia da PNDR como DMR e EMR, onde são detectadas carências dos mais diversos tipos, necessitando de estímulos para o desenvolvimento socioeconômico e conseqüente geração de oportunidades de emprego e renda para a população (v. Gráfico 11).



**Gráfico 11 Distribuição das operações por tipologia da PNDR - Estado do Acre**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

### 3.2 APLICAÇÕES NO ESTADO DO AMAPÁ

No período em análise, a demanda por recursos do FNO no estado do Amapá apresentou certo equilíbrio entre os empreendimentos rurais e não rurais, com leve preponderância daqueles primeiros (v. Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado do Amapá - Exercício/2007**

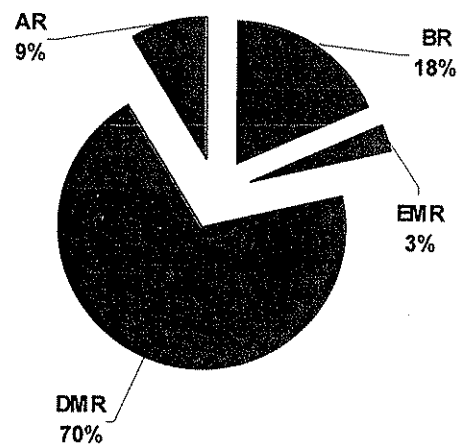
Em R\$ milhões

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>157,4</b>	<b>4,8</b>	<b>3,0</b>	
PROGRAMA	<i>Total FNO-PRONAF</i>	31,4	1,6	5,2	
	Grupo A	15,7	0,8	4,8	
	Grupo B				
	Grupo A/C				
	Grupo C				
	Grupo D				
	Grupo E				
	Agroindústria	15,7	0,9	5,6	
	Floresta				
	Pesca e Aqüicultura				
	Mulher				
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		126,0	3,1	2,5
	PROGRAMA	Empreendimentos Rurais	60,2	0,9	1,4
		Agropecuária		0,9	
		Floresta		0,0	
		Pesca e Aqüicultura		0,0	
		Empreendimentos Não-Rurais	65,8	2,3	3,4
		Agroindústria		0,3	
Indústria			0,8		
Turismo			0,0		
Infra-estrutura			0,0		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço			1,1		
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>157,4</b>	<b>4,8</b>	<b>3,0</b>	
SETOR	Rural	91,6	2,5	2,7	
	Não rural	65,8	2,3	3,4	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

Os números das contratações no estado do Amapá decorrem, em grande parte, da existência de fatores dificultadores; a exemplo de problemas relacionados à questão fundiária, carência de infra-estrutura viária, necessidade de melhor qualificação da mão-de-obra e frágil organização contábil das empresas; contribuindo para que as contratações no período alcançassem patamares aquém do esperado.

Registra-se, no entanto, que mais de 90% das operações de crédito realizadas com recursos do FNO no estado do Amapá beneficiaram as localidades mais carentes e que apresentam as maiores necessidades de estímulos para o seu desenvolvimento socioeconômico (v. Gráfico 12).



**Gráfico 12 Distribuição das operações por tipologia da PNDR - Estado do Amapá**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

### 3.3 APLICAÇÕES NO ESTADO DO AMAZONAS

No exercício de 2007, as aplicações dos recursos do FNO no estado do Amazonas estiveram fortemente voltadas para as atividades dos setores não rurais, diretamente influenciadas pelas características dessa economia (v. Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado do Amazonas - Exercício/2007**

Em R\$ milhões

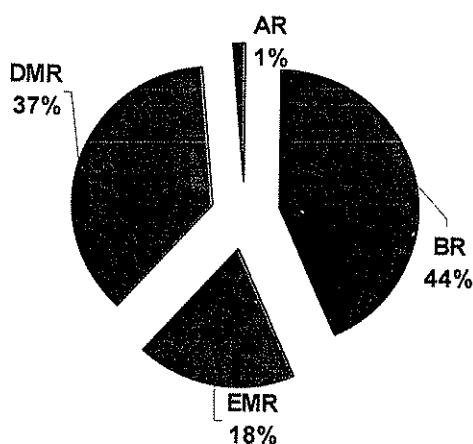
PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>236,0</b>	<b>226,2</b>	<b>95,8</b>	
<i>Total FNO-PRONAF</i>		<i>47,2</i>	<i>28,7</i>	<i>60,8</i>	
PROGRAMA	FNO-Pronaf	Grupo A	23,6	2,6	11,0
		Grupo B			
		Grupo A/C			
		Grupo C			
		Grupo D			
		Grupo E	23,6	26,1	110,7
		Agroindústria			
		Floresta			
		Pesca e Aqüicultura			
		Mulher			
		Jovem			
		<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>188,8</i>	<i>197,5</i>
	PROGRAMA	FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	84,7	14,2
Agropecuária				12,9	
Floresta				0,0	
Pesca e Aqüicultura				1,3	
Empreendimentos Não-Rurais			104,1	183,3	176,0
Agroindústria				2,2	
Indústria				92,0	
Turismo				0,4	
Infra-estrutura				39,6	
Exportação				0,0	
Comércio e Serviço		49,0			
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>236,0</b>	<b>226,2</b>	<b>95,8</b>	
SETOR	Rural	131,9	42,9	32,6	
	Não rural	104,1	183,3	176,0	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

Entre os segmentos dos setores não rurais, os que mais se destacaram foram, respectivamente, indústria (R\$ 92,0 milhões) e comércio e serviços (R\$ 49,0 milhões), que demandaram mais de 80% do total dos recursos do FNO aplicados no estado no exercício de 2007.

O atendimento de projetos em localidades com carências de desenvolvimento foi fundamental para que no estado do Amazonas 44% das operações realizadas estivessem concentradas em municípios classificados como de BR, conforme tipologia da PNDR (v. Gráfico 13).

O índice de consecução registrado no término do exercício de 2007 correspondeu a cerca de 96% da meta prevista para o período e foi levemente superior ao registrado em 2006.



**Gráfico 13 Distribuição das operações por tipologia da  
PNDR - Estado do Amazonas**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

### 3.4. APLICAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO no exercício de 2007 no estado do Pará atenderam, prioritariamente, ao setor rural, cuja demanda (correspondente a R\$ 297,7 milhões) superou em mais de 43% a meta do período (v. Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado do Pará - Exercício/2007**  
 Em R\$ milhões

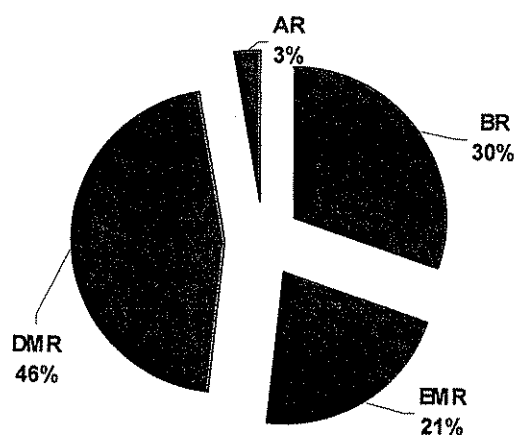
PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>393,3</b>	<b>412,3</b>	<b>104,8</b>	
PROGRAMA	<i>Total FNO-PRONAF</i>		<i>78,8</i>	<i>151,5</i>	<i>192,3</i>
	FNO-Pronaf	Grupo A	39,4	34,0	86,2
		Grupo B			
		Grupo A/C			
		Grupo C			
		Grupo D			
		Grupo E	39,4	117,6	298,4
		Agroindústria			
		Floresta			
		Pesca e Aqüicultura			
		Mulher			
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>314,5</i>	<i>260,7</i>	<i>82,9</i>
	FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	129,1	146,2	113,2
		Agropecuária		145,7	
		Floresta		0,0	
		Pesca e Aqüicultura		0,5	
		Empreendimentos Não-Rurais	185,4	114,5	61,8
		Agroindústria		5,2	
Indústria			73,0		
Turismo			14,4		
Infra-estrutura			0,0		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço		22,0			
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>393,3</b>	<b>412,3</b>	<b>104,8</b>	
SETOR	Rural	207,9	297,7	143,2	
	Não rural	185,4	114,5	61,8	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

No setor rural, as maiores demandas ocorreram nos segmentos da agricultura familiar e agropecuária, enquanto a indústria apresentou a demanda mais expressiva no âmbito dos setores não rurais.

As contratações no estado do Pará priorizaram as demandas de empreendimentos localizados em municípios considerados carentes, conforme tipologia da PNDR. As operações destinadas aos municípios classificados como de economia DMR e BR corresponderam, respectivamente, a 46% e 30% do total financiado no período (v. Gráfico 14).

A safra agrícola, iniciada no segundo semestre do ano, contribuiu para o aumento da demanda por financiamentos e, provavelmente, foi responsável pela superação das metas definidas para o estado.



**Gráfico 14 Distribuição das operações por tipologia da PNDR - Estado do Pará**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

### 3.5. APLICAÇÕES NO ESTADO DE RONDÔNIA

No exercício de 2007, as aplicações dos recursos do FNO no estado de Rondônia apresentaram demanda mais expressiva nos setores não rurais, com destaque para o segmento agroindustrial (v. Tabela 7).

**Tabela 7**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado de Rondônia - Exercício/2007**

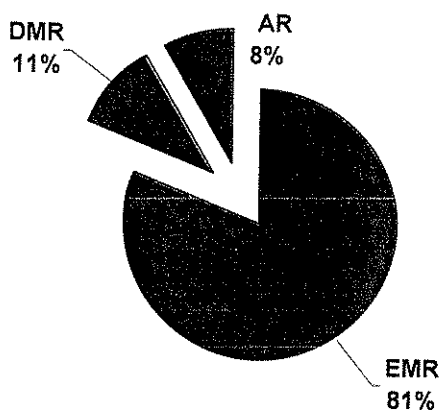
Em R\$ milhões

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>236,0</b>	<b>117,8</b>	<b>49,9</b>	
<i>Total FNO-PRONAF</i>		<i>47,2</i>	<i>6,5</i>	<i>13,7</i>	
PROGRAMA	Grupo A	23,6	2,3	9,9	
	Grupo B				
	Grupo A/C				
	Grupo C				
	Grupo D				
	Grupo E	23,6	4,1	17,5	
	Agroindústria				
	Floresta				
	Pesca e Aquicultura				
	Mulher				
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>188,8</i>	<i>111,3</i>	<i>59,0</i>
	PROGRAMA	Empreendimentos Rurais	70,4	47,3	67,2
		Agropecuária		47,0	
Floresta			0,0		
Pesca e Aquicultura			0,3		
Empreendimentos Não-Rurais		118,4	64,0	54,1	
Agroindústria			25,3		
Indústria			20,5		
Turismo			1,1		
Infra-estrutura			0,0		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço		17,1			
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>236,0</b>	<b>117,8</b>	<b>49,9</b>	
SETOR	Rural	117,6	53,8	45,7	
	Não rural	118,4	64,0	54,1	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

No exercício de 2007, os financiamentos atenderam, em sua maioria, demandas de projetos dos municípios classificados pela tipologia da PNDR como EMR, os quais responderam por mais de 80% dos recursos aplicados no estado no período em análise (v. Gráfico 15).

Esses números demonstram a preocupação do Fundo com o compromisso de reduzir as desigualdades entre localidades e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social através da criação de oportunidades de emprego e renda para a população local.



**Gráfico 15 Distribuição das operações por tipologia da PNDR - Estado de Rondônia**  
Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações





### 3.6. APLICAÇÕES NO ESTADO DE RORAIMA

No estado de Roraima, as aplicações dos recursos do FNO no exercício de 2007 apresentaram maior preponderância do setor rural sobre os não rurais, com destaque para os segmentos da agricultura de base familiar e agropecuária (v. Tabela 8).

**Tabela 8**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado de Roraima - Exercício/2007**

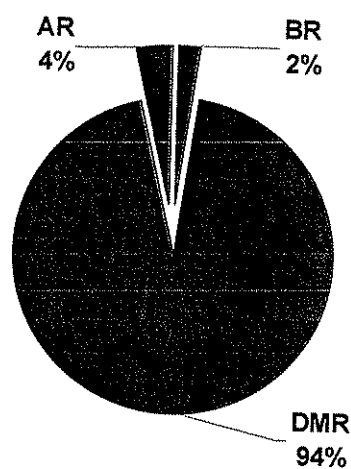
Em R\$ milhões

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>157,4</b>	<b>18,7</b>	<b>11,9</b>	
PROGRAMA	<i>Total FNO-PRONAF</i>	<i>31,4</i>	<i>8,5</i>	<i>27,0</i>	
	FNO-Pronaf	Grupo A	15,7	1,3	8,1
		Grupo B			
		Grupo A/C			
		Grupo C			
		Grupo D			
		Grupo E	15,7	7,2	45,8
		Agroindústria			
		Floresta			
		Pesca e Aqüicultura			
		Mulher			
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>126,0</i>	<i>10,2</i>	<i>8,1</i>
	FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	93,8	8,4	9,0
		Agropecuária		8,4	
		Floresta		0,0	
		Pesca e Aqüicultura		0,0	
		Empreendimentos Não-Rurais	32,2	1,8	5,5
		Agroindústria		0,0	
Indústria			0,1		
Turismo			0,0		
Infra-estrutura			0,0		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço		1,7			
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>157,4</b>	<b>18,7</b>	<b>11,9</b>	
SETOR	Rural	125,2	16,9	13,5	
	Não rural	32,2	1,8	5,5	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

As contratações realizadas no estado de Roraima procuraram priorizar as demandas de empreendimentos localizados em municípios considerados de economia DMR, conforme tipologia da PNDR, os quais absorveram 94% do total financiado no período.

Somando-se a participação dos municípios classificados pela PNDR como de BR, correspondente a 2%, constata-se que 96% dos financiamentos concedidos com recursos do FNO no estado de Roraima no exercício de 2007 atenderam a projetos localizados nos municípios mais carentes (v. Gráfico 16).



**Gráfico 16 Distribuição das Operações por tipologia da PNDR - Estado de Roraima**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

### 3.7. APLICAÇÕES NO ESTADO DO TOCANTINS

No estado do Tocantins, a demanda mais expressiva pelos recursos do FNO no exercício de 2007 decorreu das atividades do setor rural, sendo aplicado o montante de R\$ 215,1 milhões (v. Tabela 9).

**Tabela 9**  
**Índice de Consecução das Aplicações do FNO no Estado do Tocantins - Exercício/2007**

Em R\$ milhões

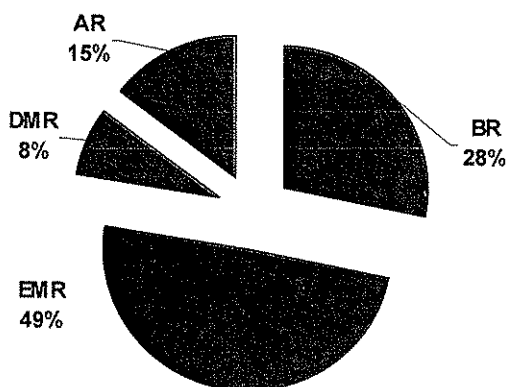
PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO			
		Meta 2007	Efetivado	Índice de Consec. (%)	
<b>TOTAL PROGRAMAS</b>		<b>236,0</b>	<b>257,5</b>	<b>109,1</b>	
PROGRAMA	<i>Total FNO-PRONAF</i>	<i>47,2</i>	<i>53,7</i>	<i>113,8</i>	
	FNO-Pronaf	Grupo A	23,6	17,5	73,9
		Grupo B			
		Grupo A/C			
		Grupo C			
		Grupo D			
		Grupo E	23,6	36,3	153,7
		Agroindústria			
		Floresta			
		Pesca e Aqüicultura			
		Mulher			
	Jovem				
	<i>Total FNO-Amazônia Sustentável</i>		<i>188,8</i>	<i>203,8</i>	<i>108,0</i>
	FNO-Amazônia Sustentável	Empreendimentos Rurais	100,8	161,4	160,1
		Agropecuária		161,1	
Floresta			0,2		
Pesca e Aqüicultura			0,0		
Empreendimentos Não-Rurais		88,0	42,5	48,2	
Agroindústria			16,6		
Indústria			14,2		
Turismo			0,4		
Infra-estrutura			0,0		
Exportação			0,0		
Comércio e Serviço		11,3			
<b>TOTAL SETOR</b>		<b>236,0</b>	<b>257,5</b>	<b>109,1</b>	
SETOR	Rural	148,0	215,1	145,3	
	Não rural	88,0	42,5	48,2	

Fonte: Plano de Aplicação do FNO / CONTROPER

As contratações no estado do Tocantins procuraram contemplar a empreendimentos localizados nos municípios considerados de menor renda pela PNDR, os quais absorveram 85% dos financiamentos realizados no período (v. Gráfico 17).

O resultado das aplicações no estado do Tocantins demonstra a preocupação do Fundo em estimular o desenvolvimento econômico e social do estado, gerando novas oportunidades de emprego e renda e reduzindo as desigualdades entre as localidades com diferentes níveis de renda.

O incremento da demanda por financiamentos no do Tocantins tem início no segundo semestre, coincidindo com o início da safra agrícola no estado.



**Gráfico 17 Distribuição das operações por tipologia da PNDR - Estado do Tocantins**

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

## 4 INADIMPLÊNCIA

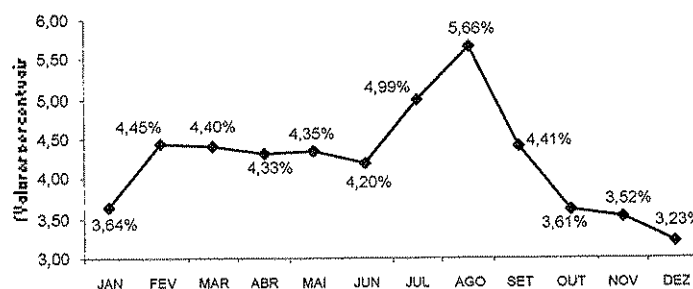
### 4.1 INADIMPLÊNCIA POR ESTADO, SETOR ECONÔMICO E PORTE DO BENEFICIÁRIO

As operações com risco integral do FNO que se encontram em atraso representaram 4,4% do total, numa redução de 30% em relação a 2006. Os financiamentos contratados com risco compartilhado, em situação de inadimplência, totalizaram 2,8%, reduzindo cerca de 10% em relação ao exercício anterior.

Setorialmente, o maior volume de inadimplência ocorreu nas atividades do setor rural. O médio produtor, tanto nas atividades do setor rural quanto nas dos setores não rurais, foi o que registrou a escala mais elevada de inadimplência (v. Anexo A – Tabelas 28 a 34).

### 4.2 VALORES VENCIDOS POR PERÍODO E SETOR ECONÔMICO

Os índices de inadimplência do FNO se mantiveram estáveis entre os meses de fevereiro e junho e encerraram o exercício de 2007 em queda de 3,23%, representando cerca de um ponto percentual menor em relação ao registrado no final de 2006 (v. Gráfico 18).



**Gráfico 18 Inadimplência FNO – Base: dezembro/2007**  
Fonte: Banco da Amazônia – Sist.Cont Operações

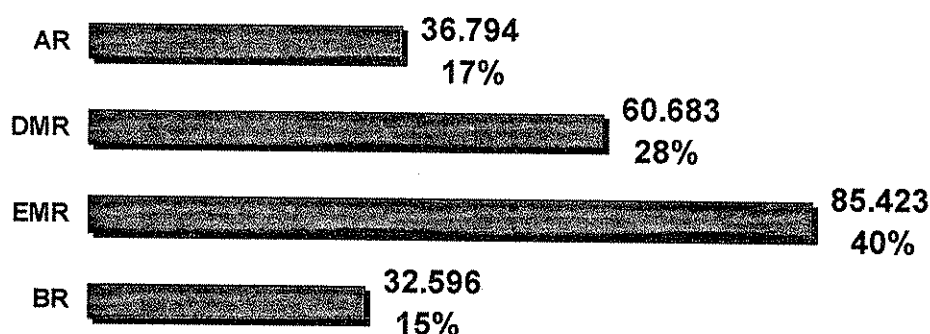
As maiores inadimplências situam-se no período superior a seis meses e até um ano, tanto no setor rural quanto nos setores não rurais (v. Anexo A – Tabela 35).

A situação de inadimplência tem levado o Banco da Amazônia a buscar a regularização do financiamento junto ao empreendedor, o que, em grande parte dos casos, ocorre através de renegociação do débito.

#### 4.3 INADIMPLÊNCIA DE OPERAÇÕES POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR

Os municípios classificados pela tipologia da PNDR como EMR detêm o maior volume de inadimplência, com 40% do total, seguidos, respectivamente, pelos de economia DMR 28%, de AR 17% e de BR 15%.

As medidas adotadas pelo Banco da Amazônia visando à recuperação de créditos vêm contribuindo para a gradativa redução da inadimplência das operações. (v. Anexo A – Tabelas 36 e Gráfico 19).



**Gráfico 19 - Inadimplência por município**

Base: dezembro/2007

Valores R\$ Mil

Fonte: Banco da Amazônia-Sist.Cont.Operações

#### 4.4 RENEGOCIAÇÃO DE OPERAÇÕES E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Vem sendo dispensada atenção especial ao gerenciamento dos créditos com problemas de recuperação. Os resultados positivos dessa ação se evidenciam pela renegociação de 114.554 operações durante o período.

As medidas adotadas pelo Banco da Amazônia visando à recuperação de créditos permitiram o retorno de expressivo volume de recursos, até então, inadimplidos. O impacto da recuperação no resultado do período foi da ordem de R\$ 5.325 milhões (v. Anexo A – Tabelas 37 a 40).

#### 4.5 RESSARCIMENTOS DE PERDAS DE OPERAÇÕES

No exercício de 2007, o Banco da Amazônia ressarciu ao Fundo, por perdas das operações que completaram 360 dias de vencidas e não pagas, o montante de R\$ 43.805 mil.

#### 4.6 SECURITIZAÇÃO DE OPERAÇÕES

Em observância ao normatizado pela Lei n.º 9.138, de 29.11.1995, e pela Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2471, de 24.02.1998, foram securitizadas 3.653 operações do setor rural, correspondendo a mais de R\$ 439 milhões (v. Anexo A – Tabela 41).

#### 4.7 MONTANTE DE OPERAÇÕES LIQUIDADAS

Ao término do exercício de 2007, foi registrado um total de 104.047 operações liquidadas, sendo 83.438 relativas ao setor rural e 20.609 aos setores não rurais, totalizando o montante de recursos da ordem de R\$ 659.647 mil (v. Anexo A – Tabela 42).

#### 4.8 AJUIZAMENTO DAS COBRANÇAS

No final do período em análise, foram registrados 169 ajuizamentos de cobranças, totalizando aproximadamente R\$ 54 milhões. Através da esfera judicial, o Banco da Amazônia busca a regularização dos débitos existentes, reduzindo o volume de inadimplência (v. Anexo A – Tabela 43 e Gráfico 20).

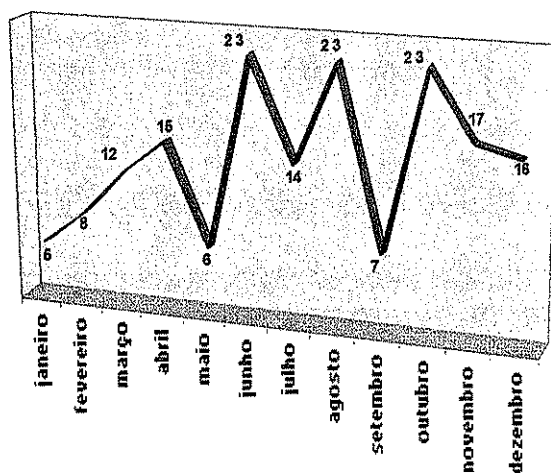


Gráfico 20 Ajuizamentos de cobranças  
Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

## 5 GESTÃO DO CRÉDITO

### 5.1 ATENDIMENTO DE PRIORIDADES

Os financiamentos aprovados no período procuraram observar as prioridades gerais, setoriais e espaciais elencadas no Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para 2007.

Assim, foram financiados, dentro das prioridades gerais:

- Projetos apresentados por agricultores familiares, por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas;
- Projetos voltados para a preservação e conservação do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas;
- Projetos inseridos em arranjos produtivos locais, que tenham por objetivo explorar as potencialidades e vocações econômicas dos Estados e contribuam para a redução das desigualdades regionais; e
- Projetos com alto grau de geração de emprego e renda que contribuam para a dinamização do mercado local.

Em relação às prioridades setoriais, definidas no Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para 2007, foram aprovados projetos relacionados ao desenvolvimento da aquicultura e da pesca, projetos de infra-estrutura econômica da iniciativa privada, projetos relacionados à fruticultura regional e aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas e projetos industriais e agroindustriais voltados para o beneficiamento de produtos regionais que contribuam para a agregação de valor às matérias-primas regionais.

No tocante às prioridades espaciais, houve a contratação de projetos localizados em áreas indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico, sub-regiões vulneráveis sob o ponto de vista social e econômico e em sub-regiões estagnadas ou com potencial dinâmico inexplorado e mesoregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional (MI), a saber: Alto Solimões, Vale do Rio Acre e Bico do Papagaio (exceto os municípios do estado do Maranhão os quais são assistidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

Por outro lado, no que tange às ações voltadas a viabilizar o desenvolvimento econômico e social da Região e a redução das desigualdades inter e intra-regionais, o Banco da Amazônia promoveu:

- Reunião em Belém (PA), com o SEBRAE Nacional, visando articulação de ações voltadas à aplicação de crédito na Região Amazônica;

- Realização do Fórum de MPE's em todos os Estados da Região Norte, com a participação de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), voltado, exclusivamente, para a dinamização das micro e pequenas empresas;
- Implementação da Rede de Gestão Compartilhada pelo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, com atuação em todos os estados da Região Amazônica, e o desenvolvimento de metodologia focada na operacionalização de arranjos produtivos locais;
- Incentivo à diversificação de atividades nas propriedades rurais, como forma de evitar a monocultura e preparar os empreendedores às alterações do agronegócio; e
- Abertura de agências bancárias nas localidades de Guajajaras (MA), Araguatins (TO) e Miranorte (TO) e de postos de atendimento em Placas (MA) e Vitória do Mearim (MA), buscando melhor atender às populações daqueles municípios e estreitar os laços de relacionamento com o Banco da Amazônia.

## 5.2 ENCARGOS DE OPERAÇÕES

Atualmente, não mais existem em estoque operações que vigoravam anteriormente ao estabelecimento da TJLP (BTNF, TRD, TR), com rebate sobre os encargos totais, bem como com encargos de TJLP mais juros de 6,0% ao ano, com rebate sobre os encargos totais; ou com encargos de IGP-DI mais juros de 8,0% ao ano, com rebate sobre a taxa de juros.

Assim, os encargos financeiros do FNO são, exclusivamente, os definidos na legislação que normatiza os financiamentos, específicos para cada porte de empreendedores dos setores rural e não rurais, conforme indicados no Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para 2007.

## 5.3 FISCALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

No exercício de 2007, foram realizadas fiscalizações em 20.907 operações financiadas, ocasião em que se detectou irregularidades e adotadas as medidas corretivas necessárias, sendo que grande parte das operações se encontravam em situação de anormalidade e foram regularizadas.

Entre as irregularidades verificadas, destacam-se: insuficiência de receitas dos empreendimentos financiados para pagamento das parcelas, atraso na implantação dos projetos, defraudação das garantias e implantação em desacordo com o aprovado pelo Banco da Amazônia.

Tais irregularidades levaram à adoção das seguintes providências corretivas pelo Banco da Amazônia: renegociação das dívidas das operações, cujas atividades apresentavam problemas de rentabilidade; exigência de implantação dos projetos na forma aprovada pelo Banco da Amazônia, ou, caso a mudança não comprometa a viabilidade do projeto, alteração formal do mesmo; reposição ou substituição das garantias defraudadas e, em caso de não atendimento pelo cliente, início do processo de cobrança judicial e denúncia por crime de ação pública incondicionada.

Registra-se que todas as medidas adotadas pelo Banco da Amazônia se encontram respaldadas em procedimentos administrativos com base na regulamentação vigente aplicada a cada caso.

#### 5.4 AÇÕES VISANDO O CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

Uma série de medidas foi implementada pelo Banco da Amazônia com o objetivo de manter o nível de inadimplência das operações contratadas junto ao Fundo em patamares aceitáveis pelo mercado, compreendendo, entre outras:

- Realização de intenso acompanhamento preventivo, incluindo visitas a empreendimentos financiados;
- Renegociação de operações contratadas com recursos do PRONAF baseada em normativos do Conselho Monetário nacional;
- Criação, nas Gerências Regionais do Banco da Amazônia, da Coordenadoria de Administração e Renegociação/Recuperação de Crédito;
- Contratação de escritórios de cobrança terceirizada;
- Ajuizamento de cobranças cuja tentativa de negociação amigável se mostrou frustrada; e
- Regularização de valores de operações securitizadas com base em normas internas vigentes.

É importante destacar que as ações do Banco da Amazônia contribuíram para que, ao término do exercício de 2007, o volume de inadimplência global se situasse na faixa de 3,2%, com uma redução de 20% em relação ao ano de 2006.

#### 5.5 PRIORIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MENOR PORTE

Atendendo às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no período em análise priorizaram os empreendimentos considerados de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas), com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.





Dessa forma, dentre as quase 40 mil operações contratadas, cerca de 97% se destinaram às atividades produtivas de menor porte, enquanto 54% atenderam empreendimentos localizados em municípios classificados pela PNDR como de BR e de economias EMR.

## 5.6 APOIO A PROJETOS QUE UTILIZAM TECNOLOGIAS INOVADORAS

Houve, no período, a contínua preocupação ao apoio a projetos que prevêm a utilização de tecnologias inovadoras, buscando assegurar melhorias de produtividade, novas vantagens comparativas, incrementos na geração de oportunidades de ocupação da mão-de-obra e renda, benefícios socioambientais e modernização do parque fabril.

Dentre os projetos financiados no período, destacamos:

- no município de Manaus (AM) está sendo financiado projeto da empresa Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda, que, em conjunto com a Braskem S/A., uma das maiores petroquímicas do País, patentearam o produto denominado "plastilon", que consiste em perfis de pvc, especialmente criados para a montagem de estrutura que segura o forro de residências e empresas, em substituição às armações com madeira ou ferro, com vantagens comparativas superiores ao padrão utilizado na construção civil atual. Ainda no município de Manaus, a empresa Bic Amazônia S/A obteve financiamento para modernização de parque industrial, com agregação de novas tecnologias, que, inclusive, permitirão transferir parte da produção de São Paulo e Argentina. De igual sorte, a Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda teve aprovado projeto objetivando produzir componentes para televisores de LCD, denominado "hygloss", através da importação de máquinas e equipamentos de última geração;
- no município de Alenquer (PA) está sendo financiado o primeiro projeto de industrialização do leite da localidade, buscando melhorar as condições de higiene no trato do produto, aumento da produtividade e maior renda para o produtor rural;
- no município de Marituba (PA) está sendo financiado projeto de industrialização e comercialização de artigos plásticos, voltados para uso pessoal e doméstico, tais como bacias, copos, pratos, baldes, cabides, entre outros. Aproximadamente 60% da produção é realizada com matéria-prima reciclada, utilizando materiais selecionados por catadores do chamado "Lixão do Aurá", na Região Metropolitana de Belém;

- no município de Óbidos (PA) foi introduzida, via PRONAF, a agricultura mecanizada na localidade, visando ganhos de produtividade e maior renda para os produtores;
- no município de Ariquemes (RO) foram liberados financiamentos, com recursos do PRONAF, para sete mini unidades de industrialização de leite e derivados, de frutas regionais e de outros produtos da floresta;
- no município de Pimenta Bueno (RO) está em implantação o projeto da Unidade Termo Elétrica Rondon II, que gerará 20 MW de potência instalada de energia, com duas unidades geradoras de 10 MW cada, utilizando, como fonte de energia, cavaco de madeira. A geração será em ciclo térmico convencional a vapor, composto de turbinas de condensação, com extrações intermediárias para o aquecimento regenerativo do condensado e da água de alimentação das caldeiras, otimizando o ciclo. Outro fator favorável será a utilização de uma fonte de energia renovável, a biomassa, com conseqüente redução da dependência do petróleo, que é uma fonte não renovável;
- no município de Xambioá (TO) está em implantação projeto para instalação de indústria de cimento, dentro dos mais modernos conceitos de redução dos impactos ambientais;
- nos municípios de Lagoa da Confusão (TO) e Formoso do Araguaia (TO) foram financiados projetos de alta tecnologia agrícola para o cultivo de melancia, elevando a produtividade e transformando aquelas localidades nos maiores produtores nacionais desse fruto; e
- nos municípios da região do extremo norte do estado do Tocantins vem sendo estimulada a adoção de tecnologias de ponta na avicultura, melhorando a qualidade das aves.

## 5.7 MEDIDAS PARA INCREMENTAR OS FINANCIAMENTOS AOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO

O Banco da Amazônia adotou as seguintes medidas para incrementar os financiamentos aos agricultores familiares da Região:

- Treinamento em análise de projetos do PRONAF para a formação de multiplicadores visando a descentralização da análise nas Gerências Regionais do Banco da Amazônia;
- Realização de seminário com a participação de técnicos das prestadoras de assistência técnica e elaboração de projetos, com ampla discussão das questões inerentes aos trabalhos realizados, inclusive treinamento nas planilhas das análises;

- Criação da rede da agricultura familiar, com a participação de técnicos do Banco da Amazônia, cujo objetivo é criar um fluxo de relacionamento e informações sobre agricultura familiar, com vistas a aprimorar a atuação junto a esse segmento rural;
- Instituição de cronograma para atendimento da demanda dos empreendedores de mini e pequeno porte, com o objetivo de evitar a concentração de estudos nos últimos meses do exercício;
- Descentralização da atividade de análise de projetos para as agências, após treinamento de empregados lotados na área operacional;
- Elaboração de plano para uma nova relação com a assistência técnica para a agricultura familiar. Essa medida visa construir mecanismos de monitoração e controle da qualidade do serviço de assistência técnica oferecido por órgãos conveniados e prestadoras credenciadas para que se obtenha meios de exigir padrões mínimos de qualidade e confiabilidade;
- Realização de fórum, com a participação de mini e pequenos produtores e micro e pequenas empresas e técnicos do SEBRAE, onde foram expostas as condições operacionais dos programas de financiamento;
- Realização de visita aos assentamentos, para reunião com produtores, associações e cooperativas, levando esclarecimentos e dirimindo dúvidas sobre as linhas de crédito do PRONAF; e
- Articulação interna para operacionalização do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) visando garantir a sustentação de preço e renda das famílias dos assentados da reforma agrária, estimulando a diversidade da produção e articulando as políticas de crédito e comercialização.

## 5.8 OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA ANÁLISE DE PROJETOS DE FINANCIAMENTO

Para análise dos projetos de financiamento, o Banco da Amazônia exige a apresentação da Licença Ambiental Prévia, já que a Instituição não concede empréstimos a empreendimentos que não sejam compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável e, também, àqueles que, comprovadamente, utilizem mão-de-obra escrava e infantil e trabalho forçado ou semelhante ao escravo; pratiquem exploração predadora de espécies florestais e fauna silvestre; estejam em falta com as obrigações trabalhistas; e do setor de mineração, que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo.

Essas exigências se mostram necessárias, já que, desde junho de 2004, o Banco da Amazônia integra o GT-Crédito ao Desenvolvimento Sustentável, instituído pelo Governo Federal; e assinou, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), memorando de entendimento com vistas a ações conjuntas direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

#### 5.9. INICIATIVAS DO BANCO DA AMAZÔNIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Visando cumprir com eficácia sua missão de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica e, ao mesmo tempo, vencer os desafios que se antepõem à execução de sua política de crédito, com resultado na ampliação da demanda pelos recursos do FNO, o Banco da Amazônia vem desenvolvendo um conjunto de ações, entre as quais se destacam:

- **Criação da Rede de Gestão Compartilhada pelo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia:** o Banco da Amazônia, juntamente com vários atores representativos da sociedade regional (agentes da esfera pública, privada e da sociedade civil), implantou, em cada estado da Amazônia, Núcleos de Gestão Compartilhada, os quais atuam, de maneira sinérgica e complementar, com foco na integração, cooperação e co-responsabilidade, visando a articulação de ações necessárias que colaborem com o desenvolvimento sustentável regional;
- **Apoio ao Empreendedorismo Consciente:** com esta iniciativa o Banco da Amazônia busca incentivar alternativas de empreendimentos que considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Região Amazônica, revertendo a tendência atual das formas de aproveitamento econômico dos seus recursos naturais;
- **Implantação da Política Socioambiental:** a Política Socioambiental do Banco da Amazônia representa um instrumento para orientar a alocação dos recursos com financiamento de projetos que atendam critérios desejados de sustentabilidade social e ambiental e promovam efeitos de indução de novos negócios voltados à conservação e preservação ambiental, uso da biodiversidade, ecoturismo, geração de energia limpa, gestão do patrimônio natural, utilização sustentável dos recursos naturais e outros concebidos sob a égide dos ecossistemas de negócios (trata-se de um modelo de financiamento com foco em negócios sustentáveis e atendimento integral das necessidades do cliente);

- **Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária:** através dos recursos do PRONAF, o Banco da Amazônia auxilia a execução da Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas na Região, desenvolvidas em áreas de colonização, contribuindo para a democratização do crédito, inclusão social, geração de emprego e renda e criação de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis, valorizando a utilização da mão-de-obra familiar;
- **Apoio à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:** parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da destinação de recursos próprios pelo Banco da Amazônia para apoiar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural objetivando melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região;
- **Apoio ao Plano Nacional de Turismo (PNT):** o apoio ao turismo em bases sustentáveis tem sido uma das prioridades nas ações estratégicas do Banco da Amazônia. Visando dinamizar o crédito para o setor, o Banco da Amazônia está criando o *Plano de Alavancagem do Turismo na Amazônia*, com abrangência para os nove estados da Amazônia Legal, em parceria com todo o *trade* turístico regional, governos estaduais e municipais e a sociedade local, num esforço conjunto para que se criem as condições necessárias que possam contribuir para a expansão da aplicação creditícia no setor turístico da Região;
- **Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):** o Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal, através do PAC, em retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- **Participação na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais:** o Banco da Amazônia é membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 48 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia;
- **Implementação do Projeto “Indicadores do Desenvolvimento da Amazônia”:** cooperação técnica entre Banco da Amazônia, Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) objetivando criar um sistema de indicadores que permita a monitoração do desenvolvimento sustentável da Amazônia;

- **Parceria com o SEBRAE:** visando a definição de estratégias que possibilitem ações conjuntas entre o Banco da Amazônia e o SEBRAE para a execução das políticas dos governos federal, estaduais e municipais voltadas aos segmentos das micro e pequenas empresas da Região Amazônica;
- **Parceria com o Banco Mundial (BIRD):** acordo bilateral objetivando a realização de ações integradas entre o Banco da Amazônia e o BIRD com foco no desenvolvimento sustentável da Região;
- **Realização de Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos:** o Banco da Amazônia organiza e coordena, anualmente, nos nove estados da Amazônia, encontros técnicos de planejamento para a aplicação dos recursos sob sua gestão, contando com a participação dos diversos parceiros institucionais que atuam no processo de desenvolvimento da economia regional;
- **Participação no Programa “Banco para Todos”:** o Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, desse importante programa de inclusão bancária de iniciativa do Governo Federal que possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda;
- **Apoio ao Projeto Telecentro de informações e Negócios (TIN):** acordo de cooperação técnica com o MDIC voltado para a oferta de cursos e treinamentos presenciais e a distância, informações, serviços e oportunidades de negócios visando o fortalecimento das condições de competitividade das micro e pequenas empresas;
- **Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal:** o Banco da Amazônia aderiu ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, lançando o Programa “Amazônia Florescer”, atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos;
- **Apoio ao Agronegócio Regional:** os investimentos do Banco da Amazônia no agronegócio tem oportunizado a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais;

- **Estímulo à Aqüicultura e Pesca Artesanal:** o Banco da Amazônia estimula o incremento da produção dos pescadores artesanais e dos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional;
- **Incentivo à Produção de Biodiesel:** a produção de biodiesel tem sido incentivada pelo Banco da Amazônia. Utilizando espécies nativas amazônicas, a produção do biocombustível na Região já envolve cerca de 300 famílias, muitas das quais em áreas degradadas em municípios do nordeste e sul do Pará, que estão deixando a agricultura de subsistência para se aprimorar na produção do biodiesel;
- **Apoio às Populações Tradicionais da Amazônia:** em suas estratégias de ação o Banco da Amazônia apóia às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais;
- **Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas na Amazônia:** o Banco da Amazônia destina recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável;
- **Realização de Estudos Setoriais:** os estudos setoriais realizados pelo Banco da Amazônia contemplam análises de conjuntura do mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócios que podem surgir no curto e longo prazo. Em 2007, foram elaborados estudos sobre pimenta do reino, cacau, mandioca e abacaxi. Para o ano de 2008 está programada a produção dos seguintes estudos: apicultura, avicultura de corte, bananicultura, reflorestamento e agroenergia.
- **Apoio ao Prêmio “Professor Samuel Benchimol”:** o Banco da Amazônia apóia referido Prêmio desde a sua primeira edição em 2004, não só como copatrocinador, mas também colaborando na fase de identificação dos melhores projetos e apoiando financeiramente algumas pesquisas agraciadas. O objetivo do Prêmio “Professor Samuel Benchimol” é identificar e apoiar a viabilização de projetos nas áreas ambiental, tecnológica, social e econômica, focados no desenvolvimento sustentável da Amazônia;

- **Apoio à realização de Seminários Técnicos e Científicos:** os seminários apoiados pelo Banco da Amazônia visam disseminar conhecimentos e debater idéias, dentro e fora da Instituição, por meio da troca de experiências e informações; e
- **Patrocínio e Publicação de Livros e Revistas:** os temas dessas publicações são voltados para os interesses da Região, a exemplo dos trabalhos "Empreendedorismo Consciente na Amazônia", "Cruzando Fronteiras: 30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia", "Amazônia: Terra e Civilização, Uma trajetória de 60 Anos" e da revista "Amazônia: Ciência e Desenvolvimento".

## 6 RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Esta seção apresenta, inicialmente, a distribuição dos recursos do FNO entre os estados da Região Norte. Em seguida, são avaliados os impactos socioeconômicos gerados com a aplicação do volume contratado no exercício de 2007. A análise foi realizada com as estimativas obtidas por meio do software Amazonsis<sup>1</sup>, tendo como base científica a modelagem econômica associada à teoria de insumo-produto.

### 6.1 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FNO

No período avaliado, foi contratado o montante de R\$ 1,1 bilhão com recursos do FNO. Diversos setores produtivos obtiveram benefícios, sendo que o maior volume contratado foi destinado ao setor agropecuário (43,70%).

A Tabela 10 apresenta a participação de cada grande setor produtivo no total do valor contratado.

**Tabela 10: Alocação dos recursos da FNO - classificação em 8 setores produtivos  
Exercício 2007**

Setores Produtivos	Valor Contratado (R\$ Mil)	(%)
Agropecuária	485.008	43,70
Outras indústrias	232.989	20,99
Serviços	89.445	8,06
Infra-estrutura	85.912	7,74
Comércio e transportes	79.024	7,12
Agroindústria	72.959	6,57
Construção civil	64.415	5,80
Extrativa mineral e fóssil	199	0,02
<b>Total</b>	<b>1.109.951</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco da Amazônia, 2007.

<sup>1</sup> Programa desenvolvido através da parceria Banco da Amazônia e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Além do setor agropecuário, os recursos também beneficiaram setores como infra-estrutura, agroindústria, construção civil e outras indústrias que, em conjunto, absorveram R\$ 456,26 milhões. Adicionalmente, como suporte para o estreitamento das relações intersetoriais na Região, também foi destinado aporte financeiro expressivo para os setores de serviços, comércio e transportes, totalizando R\$ 168,47 milhões.

Percebe-se assim, que o setor agropecuário continua exercendo papel preponderante no total de aplicações e, sendo o principal indutor e base para a consolidação de cadeias e arranjos produtivos na Região.

O Gráfico 21 detalha em 30 grupos de setores, os totais investidos em cada um dos oito grupos principais de atividades, mencionados da Tabela 10.

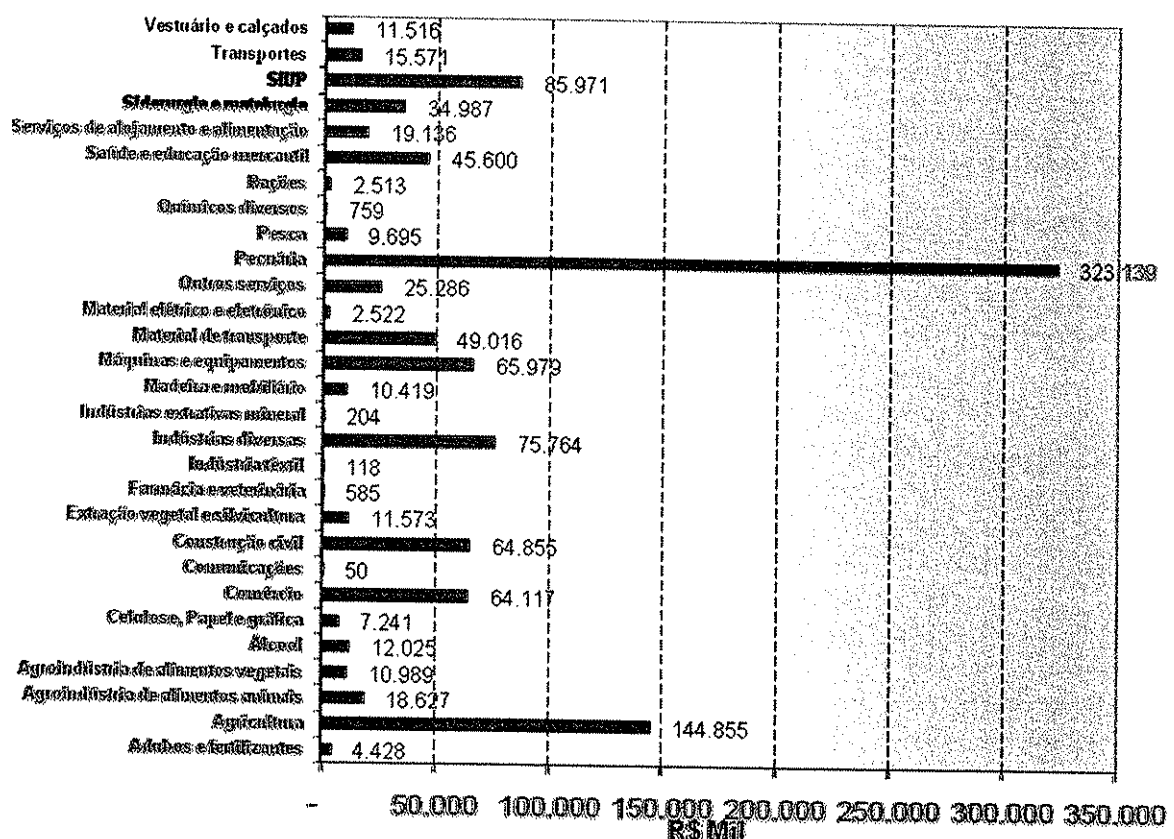


Gráfico 21: Alocação dos recursos da FNO - classificação em 30 setores produtivos (em R\$ Mil) Exercício 2007

As atividades pecuária, agricultura e os serviços de utilidade pública - SIUP foram as mais favorecidas em virtude, também, da importância econômica que exercem sobre a economia regional. Na seqüência surge com destaque o fomento à indústrias diversas, máquinas e equipamentos, construção civil e comércio, que, no conjunto, são necessárias para formar a base de expansão dos setores econômicos. Outros setores financiados foram material de transporte, saúde e educação mercantil, siderurgia e metalurgia.





Quanto à distribuição estadual dos recursos por setor produtivo, a Tabela 11 demonstra que o estado do Pará recebeu o maior volume de investimentos, em especial, no setor agropecuário, sobrepondo-se às demais atividades. Este padrão (maior valor contratado na agropecuária) foi mantido em outros estados da Região Norte, como Acre, Roraima e Tocantins.

**Tabela 11: Distribuição estadual dos recursos do FNO - classificação em 8 setores produtivos (em R\$ Mil) Exercício 2007**

Setores Produtivos	Estados						
	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
Agropecuária	25.959	27.605	1.644	225.098	22.515	11.433	170.753
Extrativa mineral e fóssil	199	0	0	0	0	0	0
Agroindústria	3.121	20.115	119	12.808	19.550	169	17.075
Outras indústrias	5.545	68.014	325	94.343	26.356	2.251	36.156
Infra-estrutura	930	62.877	13	3.100	18.085	73	834
Construção civil	5.934	10.846	185	23.648	7.780	3.149	12.874
Comércio e transportes	15.208	7.762	1.722	28.121	13.126	924	12.161
Serviços	15.840	28.979	761	25.142	10.358	672	7.692
<b>Total</b>	<b>72.737</b>	<b>226.198</b>	<b>4.769</b>	<b>412.259</b>	<b>117.771</b>	<b>18.671</b>	<b>257.546 =</b>

Diferenças quanto à alocação dos recursos são observadas nos estados do Amazonas e de Rondônia, onde o setor industrial recebeu maior aporte de financiamento. Para estes dois estados, o incentivo à infra-estrutura, agroindústria e outras indústrias demonstram a convergência para o fortalecimento dos setores secundário e terciário.

O estado do Amapá, por outro lado, difere dessas duas tipificações pois o setor mais financiado foi o de comércio e transporte. Em síntese, esses resultados refletem as diferenças estruturais das economias dos estados da Região Norte.

## 6.2 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FNO

Nesta seção são apresentados e analisados os impactos das aplicações do FNO em termos de incremento de alguns agregados macroeconômicos regionais como Valor Bruto da Produção (VBP), Produto Interno Bruto (PIB), tributos, salários e o montante de postos de trabalho gerados.

Estima-se que a contratação de R\$ 1,1 bilhão do FNO possibilitará o aumento expressivo do PIB e do VBP, sendo que o percentual da carga tributária em relação ao VBP é de 11,37%.

A quantidade de novos postos de trabalho corresponde a 153 mil empregos. Determina-se que para cada R\$ 7.254,06 da aplicação do Fundo um novo emprego seja criado após a fase total da aplicação.

A Tabela 12 apresenta como os acréscimos no PIB, VBP, tributos, salário e postos de trabalho são alocados entre os principais grupos de setores produtivos.

**Tabela 12: Efeito da aplicação do FNO - classificação em 8 setores produtivos (em R\$ Mil, exceto Emprego) Exercício 2007**

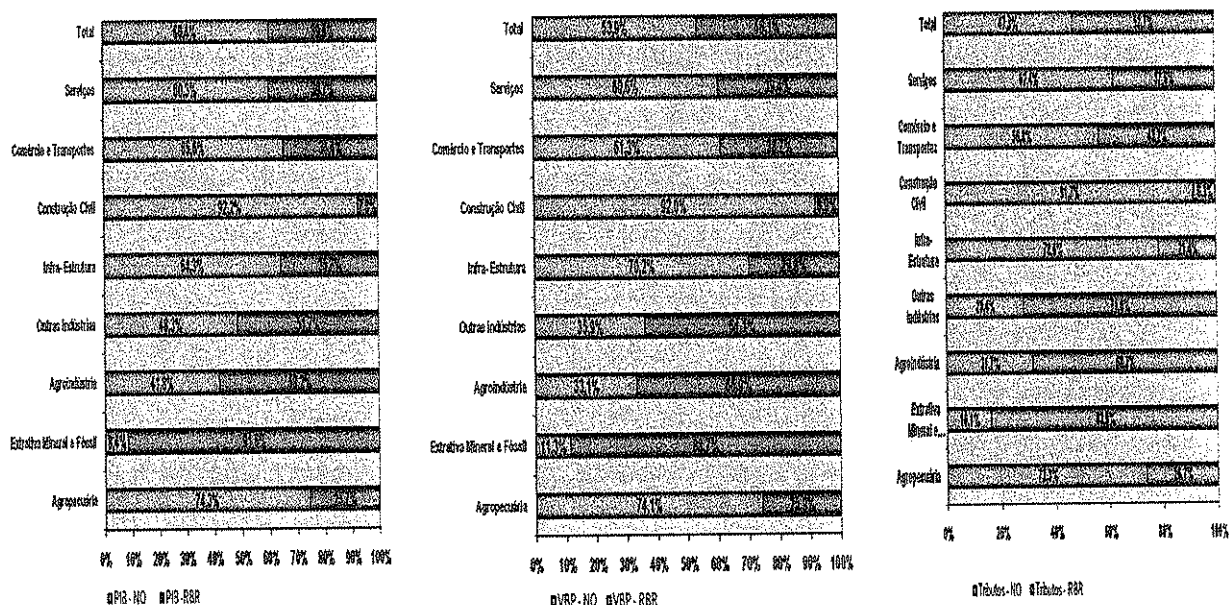
Setor Produtivo	PIB	%	VBP	%	Tributos	%	Salários	%	Empregos	%
Agropecuária	625.993	26,39	1.196.124	22,06	66.150	10,73	77.315	11,53	77.172	50,44
Extrativa Mineral e Fossil	76.176	3,21	105.283	1,94	8.819	1,43	5.016	0,75	208	0,14
Agroindústria	185.765	7,83	795.513	14,67	92.580	15,01	70.645	10,54	8.810	5,76
Outras indústrias	417.910	17,62	1.361.030	25,10	237.498	38,51	122.679	18,30	5.055	3,30
Infra- Estrutura	174.340	7,35	451.514	8,33	81.603	13,23	54.733	8,17	864	0,56
Construção Civil	59.605	2,51	112.951	2,08	12.376	2,01	6.970	1,04	1.720	1,12
Comércio e Transportes	261.696	11,03	623.755	11,50	63.119	10,23	135.586	20,23	27.550	18,01
Serviços	570.931	24,07	776.352	14,32	54.611	8,85	197.350	29,44	31.632	20,67
<b>Total</b>	<b>2.372.416</b>	<b>100,00</b>	<b>5.422.521</b>	<b>100,00</b>	<b>616.756</b>	<b>100,00</b>	<b>670.294</b>	<b>100,00</b>	<b>153.011</b>	<b>100,00</b>

A agropecuária assume a maior parcela do total de emprego criado, condizente com o maior volume de recursos que o setor recebeu. Contudo, isto não é acompanhado proporcionalmente pelo montante de salários, dada a característica da agropecuária admitir mão-de-obra com menor remuneração comparativamente aos demais setores. As maiores massas salariais são observadas nos setores de serviços, comércio e transporte e outras indústrias que demandam mão-de-obra com maior qualificação.

O setor agropecuário também desponta com as maiores parcelas de incremento do PIB e do VBP. Entretanto, a quantidade relativa de tributos arrecadados é inferior quando comparados com os setores de outras indústrias, agroindústria e infraestrutura.

Destaca-se que os valores apresentados na Tabela 12 referem-se ao total dos efeitos gerados tanto na Região Norte quanto em outras regiões do País. O incentivo à produção regional afeta, indiretamente, a produção de outras regiões brasileiras.

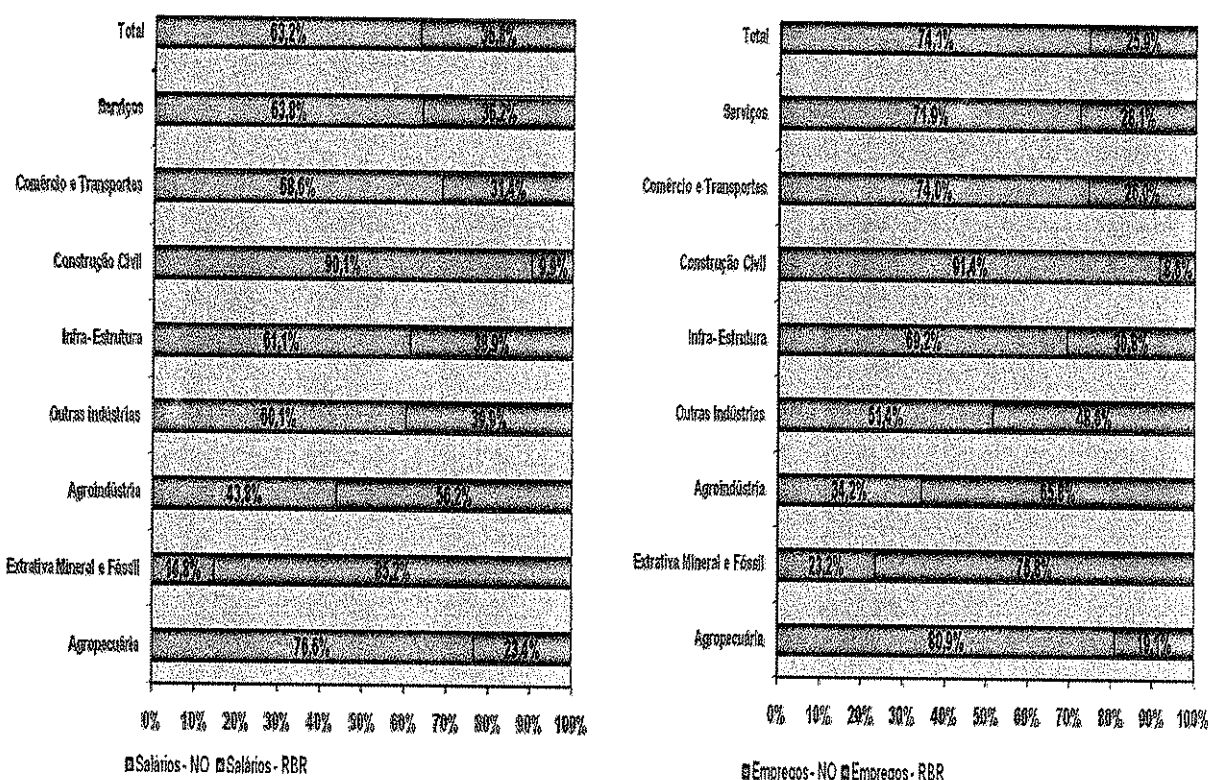
Os Gráficos 22 e 23 apresentam como o efeito é distribuído para cada tipo de setor, considerando o PIB, VBP, tributos, salários e empregos.



**Gráfico 22: Distribuição do efeito sobre o PIB, VBP e Tributos – Região Norte (NO) e resto do Brasil (RBR)**

Considerando os totais do PIB, VBP e tributos, o Gráfico 22 demonstra que uma grande parcela do efeito provocado pelos recursos do FNO é dirigida para as outras regiões do País. Mais da metade dos tributos gerados (52,70%) são arrecadados fora da Região Norte, tendo como setores responsáveis o extrativo mineral e fósil, outras indústrias e a agroindústria.

Quanto ao PIB gerado, 60,40% são consolidados dentro da Região Norte e 39,60% em outras regiões. Os investimentos nos setores da construção civil, agropecuária, comércio e transporte, infra-estrutura e serviços foram os que geraram mais efeitos dentro da Região Norte. O inverso ocorreu com o extrativismo mineral e fósil, outras indústrias e agroindústria.



**Gráfico 23: Distribuição do efeito sobre o Salário e Emprego – Região Norte (NO) e resto do Brasil (RBR)**

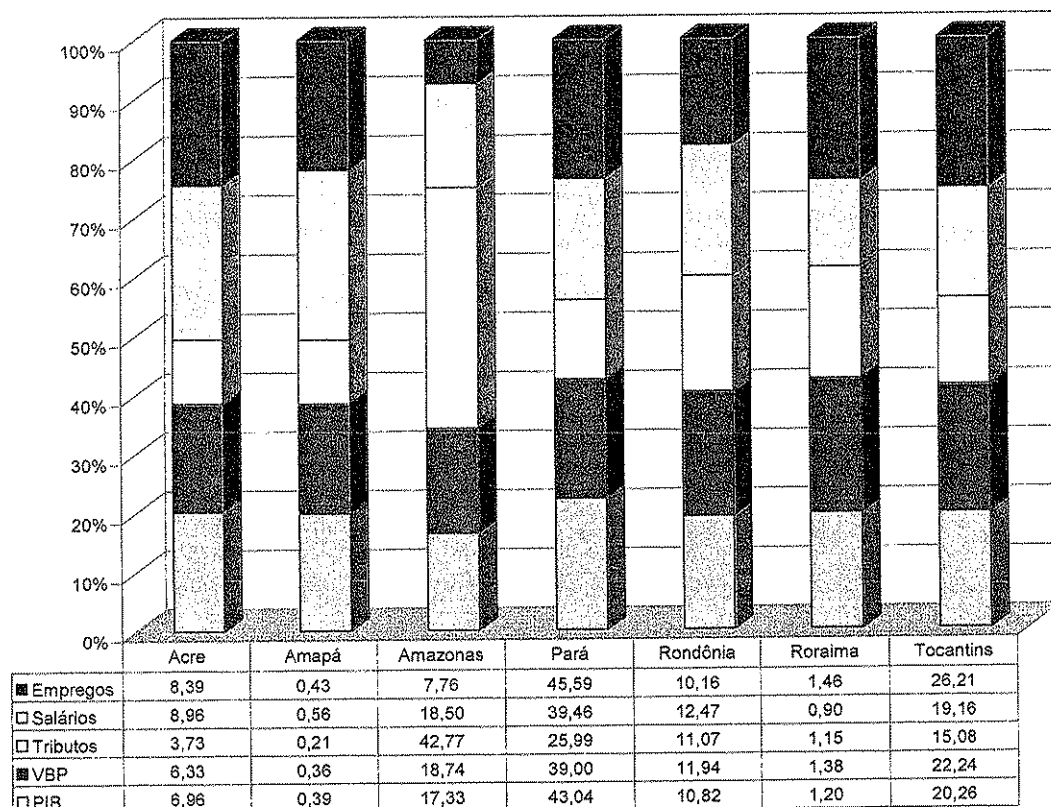
O Gráfico 23 demonstra que 74,10% dos empregos e 63,20% do volume de salários são gerados dentro da Região Norte, fato que ratifica a importância do FNO como instrumento de inclusão social.

Considerando a distribuição estadual dos efeitos de geração do PIB, VBP, tributos, salários e empregos, a Tabela 13 demonstra que os estados que receberam maiores quantidades de recursos do FNO ficaram condicionados a acréscimos maiores das variáveis avaliadas (especialmente VBP e PIB). Entretanto, os aumentos não são igualmente proporcionais entre os estados. Ou seja, cada estado reage de forma diferente quando uma unidade monetária de recursos do FNO é aplicada.

**Tabela 13: Distribuição estadual do aumento do PIB, VBP, Tributos, Salários e Empregos (em R\$ Mil) Exercício 2007**

Estados	Total de Recursos	PIB	VBP	Tributos	Salários	Empregos
Acre	72.737	105.152	185.129	10.900	37.925	9.516
Amapá	4.769	5.823	10.573	612	2.350	482
Amazonas	226.198	261.776	548.023	124.906	78.324	8.794
Pará	412.259	650.176	1.140.235	75.902	167.045	51.687
Rondonia	117.771	163.507	349.174	32.331	52.798	11.517
Roraima	18.671	18.083	40.489	3.347	3.797	1.656
Tocantins	257.546	305.951	650.090	44.023	81.120	29.716
RBR	0	861.948	2.498.806	324.735	246.935	39.643
<b>Total</b>	<b>1.109.951</b>	<b>2.372.416</b>	<b>5.422.521</b>	<b>616.756</b>	<b>670.294</b>	<b>153.011</b>

O **Gráfico 24** apresenta a participação relativa de cada estado na geração do PIB, VBP, tributos, salários e empregos. O estado do Pará apresenta a maior participação na geração dos valores dessas variáveis, exceto tributos, onde o maior arrecador foi o estado do Amazonas.



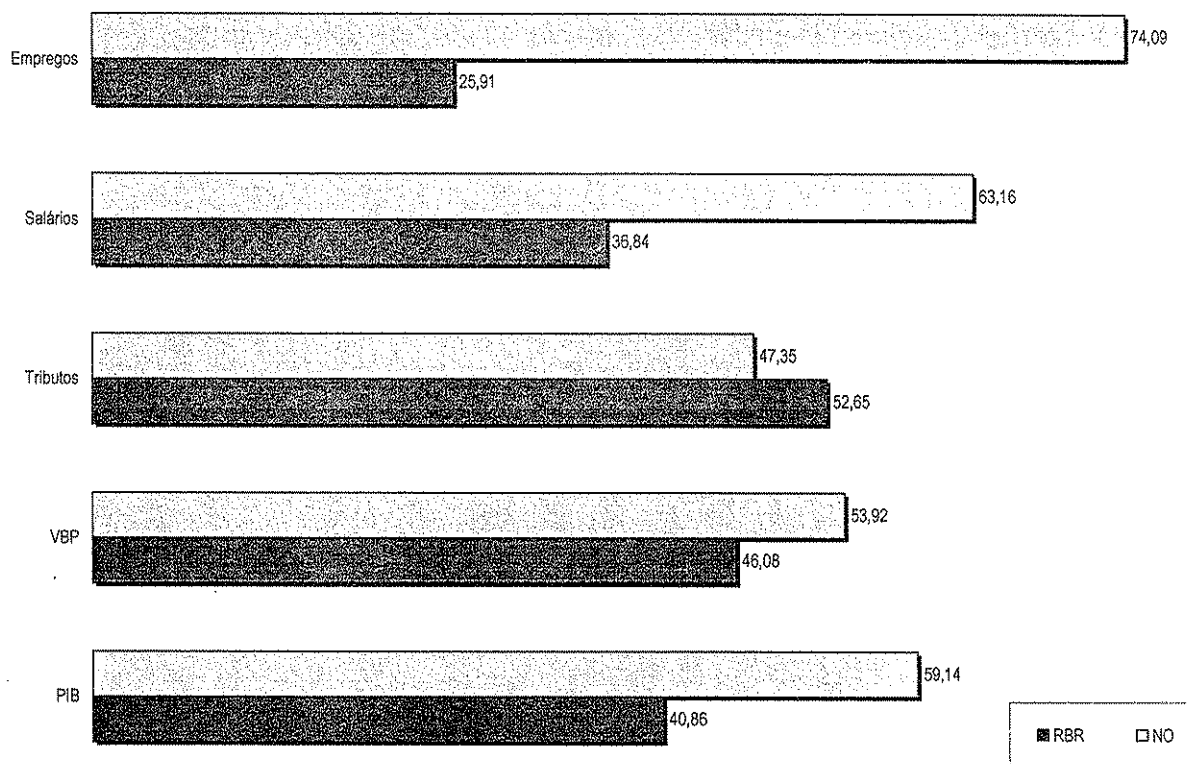
**Gráfico 24: Participação relativa dos Estados da Região Norte na geração do PIB, VBP, Tributos, Salários e Empregos**

Quando se divide os valores do PIB, VBP, tributos, salários e empregos pelo total de recursos contratados em cada estado, é possível estabelecer um índice que avalia quanto uma unidade do FNO gera em termos das respectivas variáveis analisadas (v. Tabela 14).

**Tabela 14: Índices de Retorno das aplicações do FNO nas variáveis PIB, VBP, Tributos, Salários e Empregos para cada Estado da Região Norte e resto do Brasil**

Estados / Variáveis	PIB	VBP	Tributos	Salários	Empregos
Acre	1,45	2,55	0,15	0,52	0,13
Amapá	0,08	0,15	0,01	0,03	0,01
Amazonas	3,60	7,53	1,72	1,08	0,12
Pará	8,94	15,68	1,04	2,30	0,71
Rondônia	2,25	4,80	0,44	0,73	0,16
Roraima	0,25	0,56	0,05	0,05	0,02
Tocantins	4,21	8,94	0,61	1,12	0,41
Norte	20,77	40,20	4,01	5,82	1,56
RBR	14,35	34,35	4,46	3,39	0,55
<b>Total</b>	<b>35,12</b>	<b>74,55</b>	<b>8,48</b>	<b>9,22</b>	<b>2,10</b>

O Gráfico 25 apresenta uma melhor visualização da distribuição dos impactos das variáveis PIB, VBP, tributos, salários e empregos na economia regional e do resto do Brasil.



**Gráfico 25: Distribuição dos impactos do FNO no PIB, VBP, Tributos, Salários e Empregos (Região Norte e resto do Brasil)**

A diferença entre os índices de retorno das aplicações do FNO em cada estado em relação aos da Região Norte é apresentada no Gráfico 26 a seguir. É possível constatar que Acre, Amapá e Roraima foram os estados que apresentaram, para algumas variáveis, índices abaixo da média dos índices da Região Norte, enquanto que os demais estados (Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins) tiveram índices iguais ou superiores à media regional.

Isto implica dizer que os estados com diferenças positivas detêm maior capacidade de fixação dos recursos do FNO na estrutura de produção local aproveitando melhor o valor contratado do Fundo em prol do desenvolvimento. Por outro lado, nos estados com Índices negativos, o crescimento da demanda para suprir a produção aumenta indiretamente a fabricação de manufaturados em estados vizinhos, com pátio industrial mais desenvolvido, ou em outras regiões brasileiras, em especial o sudeste, sul e centro-oeste.





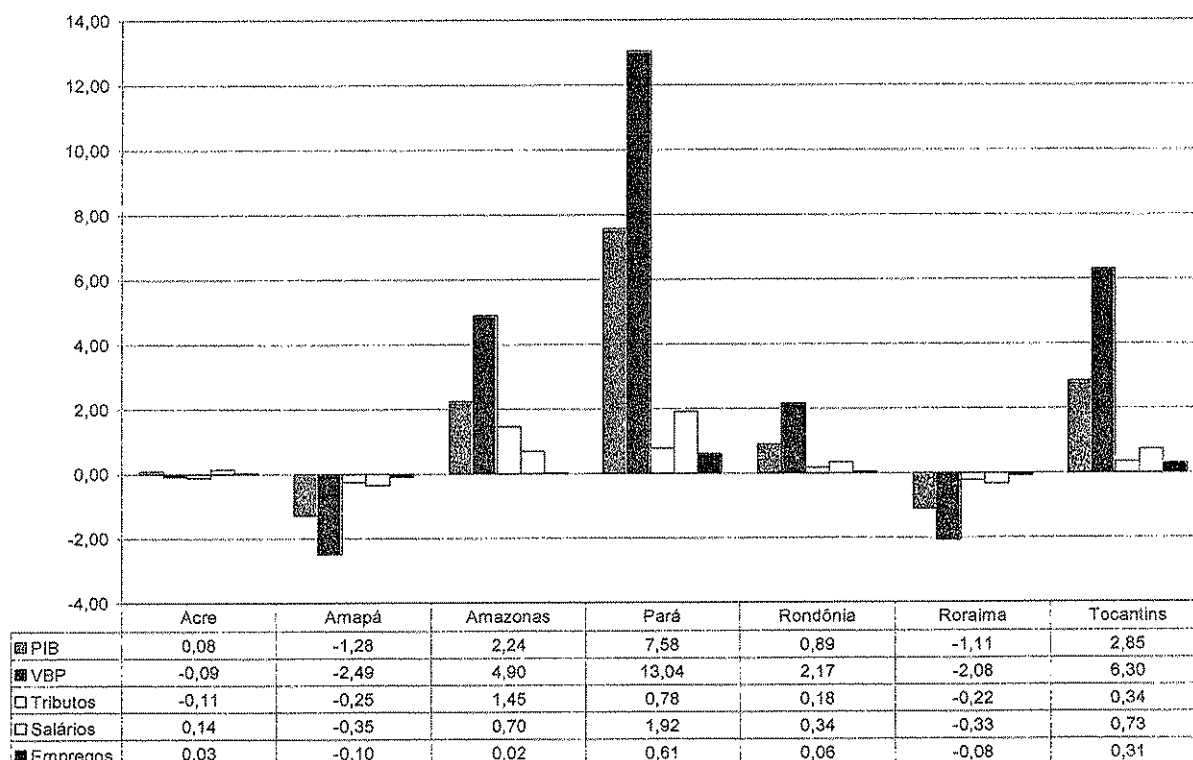


Gráfico 26: Índices estaduais de geração do PIB, VBP, Tributos, Salários e Empregos relativos a Região Norte

### 6.3 CONCLUSÕES

Os valores a seguir sintetizam as estimativas de impactos gerados com a aplicação dos recursos do FNO no ano de 2007.

Valor contratado total (FNO) R\$ 1.100 milhões	➔	Efeito sobre toda a economia	
		↑ PIB	2.372,42 milhões de reais
		↑ VBP	5.422,52 milhões de reais
		↑ Tributos	617,00 milhões de reais
		↑ Salários	670,30 milhões de reais
		↑ Postos de trabalho	153.011 Empregos

Neste contexto, ressalta-se a importância da aplicação dos recursos no setor agropecuário relativamente à geração de empregos, mas avalia-se o caráter predominantemente quantitativo desta medida, uma vez que os salários médios desta classe são mais baixos comparativamente aos outros setores.

Aplicações de recursos do FNO para setores que visem à fabricação de manufaturados e, especialmente, de infra-estrutura podem contribuir fortemente no desenvolvimento local, uma vez que os estados que passam a utilizar os recursos para estes objetivos têm maior capacidade de evitar a migração de recursos para outras regiões.

## 7 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

No exercício de 2007, as ações implementadas pelo Banco da Amazônia foram responsáveis pela prospecção de melhorias das condições estruturantes aos produtores rurais da Região, sobretudo aos integrantes do segmento da agricultura familiar.

Essas ações se materializaram, sobretudo, pela disposição do Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para disponibilizar a liberação de recursos para os órgãos de assistência técnica e extensão rural da Região Norte, de fundamental importância no apoio à atividade agrícola regional.

Para a melhoria do seu desempenho operacional, o Banco da Amazônia, no período em análise, investiu em treinamento e qualificação de pessoal, realizou atividades em parceria com o MDA e demais órgãos da sociedade civil procurando esclarecer os empreendedores sobre os programas disponibilizados pelo FNO.

Destaca-se, também, a busca pela crescente alocação de recursos na Região, principalmente em municípios com comprovada carência econômica e social, visando oferecer condições a seu desenvolvimento.

Dentro dessa linha, registra-se que 95% das operações contratadas foram direcionadas para municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda (BR), dinâmica de menor renda (DMR) e estagnados de média renda (EMR), dados que demonstram a contribuição do Fundo para estimular o desenvolvimento econômico e social e gerar oportunidades de renda para a população regional.

Por outro lado, insta destacar que o Banco da Amazônia continuou dispensando atenção especial aos estados com índice de consecução de financiamento do FNO abaixo do esperado.

No tocante à dinamização da economia e geração de oportunidades de emprego e renda, os números indicaram aumentos no Valor Bruto da Produção (VBP), nas projeções de incremento da mão-de-obra e no surgimento de oportunidades de ocupação para a agricultura familiar.

Vale destacar, que a elevação do índice relativo ao VBP assume especial importância na redução das desigualdades intra e inter-regionais, contribuindo para fortalecer economicamente os estados e, em decorrência, melhorar a qualidade de vida dos amazônidas.

## ANEXO A (TABELAS)

**TABELA 1 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE E SETOR  
EXERCÍCIO 2007**

PORTE	RURAL				NÃO RURAL				TOTAL			
	Nº Op.	%	R\$ Mil	%	Nº Op.	%	R\$ Mil	%	Nº Op.	%	R\$ Mil	%
Mini/micro	37.465	94,8	292.253	44,1	100	21,9	8.649	1,9	37.565	93,9	300.902	27,1
Pequeno	851	2,2	75.347	11,4	239	52,3	63.411	14,2	1.090	2,7	138.758	12,5
Médio	993	2,5	162.895	24,6	90	19,7	125.703	28,1	1.083	2,7	288.597	26,0
Grande	227	0,6	131.241	19,8	28	6,1	249.678	55,8	255	0,6	380.919	34,3
Cooperativa	2	0,0	775	0,1	-	-	-	-	2	0,0	775	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>39.538</b>	<b>100,0</b>	<b>662.510</b>	<b>100,0</b>	<b>457</b>	<b>100,0</b>	<b>447.440</b>	<b>100,0</b>	<b>39.995</b>	<b>100,0</b>	<b>1.109.951</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E PORTE  
EXERCÍCIO 2007**

ESTADO	MINI/MICRO		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		COOPERATIVAS		TOTAL	
	Nº Op.	R\$ Mil	Nº Op.	R\$ Mil	Nº Op.	R\$ Mil	Nº Op.	R\$ Mil	Nº Op.	R\$ Mil	Nº Op.	R\$ Mil
Acre	1.006	11.548	91	20.040	56	14.744	27	26.406	0	0	1.180	72.737
Amapá	145	2.133	11	1.495	7	1.141	0	0	0	0	163	4.768
Amazonas	5.324	31.881	87	14.103	58	32.894	15	147.321	0	0	5.484	226.198
Pará	21.577	158.808	318	30.271	404	116.686	96	105.923	1	570	22.396	412.258
Rondônia	1.140	10.877	214	30.163	215	54.844	20	21.683	1	205	1.590	117.771
Roraima	2.470	10.676	50	3.205	26	3.312	6	1.479	0	0	2.552	18.671
Tocantins	5.903	74.980	319	39.481	317	64.978	91	78.107	0	0	6.630	257.546
<b>TOTAL</b>	<b>37.565</b>	<b>300.902</b>	<b>1090</b>	<b>138.758</b>	<b>1.083</b>	<b>288.597</b>	<b>255</b>	<b>380.919</b>	<b>2</b>	<b>775</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 3 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SEGMENTO E ESTADO**  
**EXERCÍCIO 2007**

SEGMENTO	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil	Qde.	R\$ Mil
<b>RURAL</b>	<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>152</b>	<b>2.506</b>	<b>5.408</b>	<b>42.946</b>	<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>1.489</b>	<b>53.769</b>	<b>2.531</b>	<b>16.914</b>	<b>6.554</b>	<b>215.092</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>
1. FNO PRONAF	965	8.451	141	1.643	5.213	28.714	21.398	151.544	1.035	6.466	2.420	8.467	5.433	53.722	36.605	259.006
PRONAF A	356	4.708	45	761	252	2.586	2.041	33.982	143	2.346	79	1.272	1.139	17.452	4.055	63.108
PRONAF A/C	5	6	-	-	1	3	37	117	1	3	23	69	368	1.133	435	1.332
PRONAF Agroindústria	-	-	-	-	-	-	-	-	4	291	-	-	-	-	4	291
PRONAF B	266	390	24	36	3.553	5.213	10.894	13.738	616	922	2.127	2.988	681	995	18.161	24.282
PRONAF C	178	924	1	6	436	1.939	4.168	18.276	63	283	9	50	1.734	10.087	6.589	31.566
PRONAF D	148	2.239	64	596	874	16.962	3.259	59.206	183	2.040	175	3.855	1.283	22.354	5.986	107.252
PRONAF E	1	35	7	243	57	1.772	552	18.127	19	521	7	232	7	173	650	21.103
PRONAF Floresta	-	-	-	-	-	-	7	82	-	-	-	-	-	-	7	82
PRONAF Jovem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF Mulher	11	148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	68	68
<b>2.FNO AMAZ SUST</b>	<b>110</b>	<b>25.113</b>	<b>11</b>	<b>863</b>	<b>195</b>	<b>14.232</b>	<b>931</b>	<b>146.177</b>	<b>454</b>	<b>47.303</b>	<b>111</b>	<b>8.447</b>	<b>1.121</b>	<b>161.370</b>	<b>2.933</b>	<b>403.505</b>
Agricultura/Pecuária	110	25.113	11	863	193	14.052	930	145.772	453	47.153	111	8.447	1.120	161.126	2.928	402.526
Pesca e Aquicultura	-	-	-	-	2	181	1	405	1	150	-	-	-	-	4	735
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244	244	
<b>NÃO RURAL</b>	<b>105</b>	<b>39.171</b>	<b>11</b>	<b>2.263</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>101</b>	<b>64.001</b>	<b>21</b>	<b>1.757</b>	<b>76</b>	<b>42.457</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>
FNO AMAZ SUST	105	39.171	11	2.263	76	183.253	67	114.538	101	64.001	21	1.757	76	42.457	457	447.440
Agroindústria	1	426	1	339	10	2.244	6	5.191	12	25.311	-	-	2	16.607	32	50.118
Comércio e Serviço	74	29.322	7	1.097	40	48.984	32	21.959	71	17.107	19	1.657	59	11.267	302	131.393
Turismo	2	153	-	-	1	399	4	14.393	3	1.105	-	-	1	384	11	16.434
Indústria	27	9.118	3	827	24	92.028	25	72.995	15	20.478	2	100	14	14.199	110	209.745
Infra-estrutura	1	152	-	-	1	39.598	-	-	-	-	-	-	-	-	2	39.750
<b>TOTAL</b>	<b>1.180</b>	<b>72.735</b>	<b>163</b>	<b>4.769</b>	<b>5.484</b>	<b>226.199</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>	<b>1.590</b>	<b>117.770</b>	<b>2.552</b>	<b>18.671</b>	<b>6.630</b>	<b>257.549</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 4 CONTRATAÇÕES MENSAIS POR PORTE (R\$ MIL)**  
**EXERCÍCIO 2007**

PORTE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	SUB-TOTAL
<b>RURAL</b>	<b>31.237</b>	<b>31.382</b>	<b>28.078</b>	<b>22.631</b>	<b>25.955</b>	<b>30.218</b>	<b>169.501</b>
Cooperativa	-	-	-	-	-	570	570
Mini	16.346	17.362	15.594	13.828	13.571	12.738	89.439
Pequeno	4.216	1.867	2.835	1.525	2.347	3.594	16.384
Médio	5.168	5.181	6.423	4.345	3.650	8.062	32.829
Grande	5.507	6.972	3.226	2.933	6.387	5.254	30.279
<b>NÃO RURAL</b>	<b>47.515</b>	<b>57.318</b>	<b>48.079</b>	<b>14.000</b>	<b>13.479</b>	<b>20.038</b>	<b>200.429</b>
Micro	530	862	685	1.403	709	556	4.745
Pequeno	3.690	2.479	4.461	5.643	2.030	3.476	21.779
Médio	12.915	2.299	1.758	6.954	7.525	16.006	47.457
Grande	30.380	51.678	41.175	-	3.215	-	126.448
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>78.752</b>	<b>88.700</b>	<b>76.157</b>	<b>36.631</b>	<b>39.434</b>	<b>50.256</b>	<b>369.930</b>
PORTE	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
<b>RURAL</b>	<b>37.100</b>	<b>57.873</b>	<b>62.401</b>	<b>95.847</b>	<b>94.782</b>	<b>145.007</b>	<b>662.511</b>
Cooperativa	-	-	205	-	-	-	775
Mini	15.083	15.857	20.012	36.090	48.696	67.077	292.254
Pequeno	5.455	6.600	8.360	10.076	8.278	20.194	75.347
Médio	7.351	17.933	22.942	23.712	23.300	34.830	162.897
Grande	9.211	17.483	10.882	25.969	14.508	22.906	131.238
<b>NÃO RURAL</b>	<b>21.923</b>	<b>40.593</b>	<b>46.891</b>	<b>38.828</b>	<b>43.633</b>	<b>55.143</b>	<b>447.441</b>
Micro	672	772	367	845	509	741	8.652
Pequeno	3.913	6.236	7.312	4.966	10.141	9.063	63.410
Médio	9.467	4.486	12.242	20.721	8.070	23.258	125.701
Grande	7.871	29.099	26.970	12.296	24.913	22.081	249.678
<b>TOTAL</b>	<b>59.023</b>	<b>98.466</b>	<b>109.292</b>	<b>134.675</b>	<b>138.415</b>	<b>200.150</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 5 CONTRATAÇÕES MENSAIS POR PROGRAMA (R\$ MIL)**  
**EXERCÍCIO 2007**

PROGRAMA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
<b>RURAL</b>	<b>31.236</b>	<b>31.382</b>	<b>28.078</b>	<b>22.631</b>	<b>25.955</b>	<b>30.218</b>	<b>37.230</b>	<b>57.874</b>	<b>63.191</b>	<b>94.932</b>	<b>95.038</b>	<b>144.747</b>	<b>662.511</b>
1. FNO PRONAF	15.371	16.041	14.408	13.358	12.208	10.971	12.423	12.012	16.975	30.651	44.325	60.265	259.006
PRONAF A	4.578	5.119	2.768	1.042	1.550	701	806	1.254	3.311	5.136	11.206	25.637	63.108
PRONAF A/C	25	226	63	84	19	4	6	-	27	44	278	556	1.332
PRONAF Agroindústria	-	-	-	-	-	48	-	-	243	-	-	-	291
PRONAF B	468	199	212	1.762	1.174	1.041	2.429	1.884	4.198	3.202	5.322	2.391	24.282
PRONAF C	2.202	1.988	2.247	1.586	1.269	1.681	926	1.403	1.868	3.605	5.426	7.365	31.566
PRONAF D	6.874	7.240	7.889	5.253	5.900	5.060	6.213	4.051	4.904	14.172	18.868	20.828	107.252
PRONAF Floresta	-	-	-	-	82	-	-	-	-	-	-	-	82
PRONAF Jovem	6	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	68
PRONAF Mulher	157	197	323	906	424	476	509	1.571	973	1.768	1.334	1.284	9.922
PRONAF E	1.061	1.065	905	2.725	1.790	1.959	1.534	1.849	1.451	2.724	1.891	2.149	21.103
<b>2. FNO AMAZ SUST</b>	<b>15.865</b>	<b>15.341</b>	<b>13.670</b>	<b>9.273</b>	<b>13.747</b>	<b>19.247</b>	<b>24.808</b>	<b>45.862</b>	<b>46.216</b>	<b>64.281</b>	<b>50.713</b>	<b>84.482</b>	<b>403.505</b>
Agricultura/Pecuária	15.048	15.341	13.520	9.261	13.747	19.247	24.808	45.862	46.216	64.281	50.713	84.482	402.526
Pesca e Aquicultura	573	-	150	12	-	-	-	-	-	-	-	-	735
Floresta	244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244
<b>NÃO RURAL</b>	<b>47.515</b>	<b>57.318</b>	<b>48.080</b>	<b>14.000</b>	<b>13.478</b>	<b>20.037</b>	<b>21.923</b>	<b>40.593</b>	<b>46.891</b>	<b>38.827</b>	<b>43.635</b>	<b>55.143</b>	<b>447.440</b>
<b>FNO AMAZ SUST</b>	<b>47.515</b>	<b>57.318</b>	<b>48.080</b>	<b>14.000</b>	<b>13.478</b>	<b>20.037</b>	<b>21.923</b>	<b>40.593</b>	<b>46.891</b>	<b>38.827</b>	<b>43.635</b>	<b>55.143</b>	<b>447.440</b>
Comércio e Serviço	5.379	18.919	3.548	5.205	6.517	8.214	10.846	5.969	4.723	23.726	28.695	9.652	131.393
Indústria	32.809	36.633	3.544	7.968	6.961	8.101	11.077	17.807	40.752	9.210	10.539	24.344	209.745
Agroindústria	633	1.766	712	827	-	3.045	-	16.817	619	354	4.257	21.088	50.118
Turismo	8.694	-	677	-	-	677	-	-	797	5.386	144	59	16.434
Infra-estrutura	-	-	39.599	-	-	-	-	-	-	151	-	-	39.750
<b>TOTAL</b>	<b>78.751</b>	<b>88.699</b>	<b>76.159</b>	<b>36.630</b>	<b>39.433</b>	<b>50.255</b>	<b>59.153</b>	<b>98.467</b>	<b>110.082</b>	<b>133.759</b>	<b>138.673</b>	<b>199.890</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Banco da Amazônia -- Sist. Controle de Operações

**TABELA 6 CONTRATAÇÕES MENSAIS POR ESTADO E SETOR (R\$ Mil)**  
**EXERCÍCIO 2007**

ESTADO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		SUB-TOTAL	
	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL
Acre	2.767	2.140	1.428	472	1.158	1.199	2.277	2.237	2.618	6.159	1.344	814	11.592	13.021
Amapá	210	0	50	302	384	0	203	448	332	749	438	339	1.617	1.838
Amazonas	2.827	2.023	2.832	48.853	4.031	40.428	1.874	562	1.349	2.516	944	12.600	13.857	106.982
Pará	11.706	41.026	16.754	4.949	13.667	2.720	13.553	2.902	15.243	2.922	18.189	3.024	89.092	57.543
Rondônia	505	1.110	501	1.262	1.355	2.543	1.452	2.507	965	470	1.209	2.160	5.987	10.052
Roraima	1.636	0	1.083	340	1.264	60	493	50	2.009	515	1.471	95	7.956	1.060
Tocantins	11.586	1.216	8.734	1.140	6.219	1.129	2.779	5.294	3.439	147	6.642	1.006	39.399	9.932
<b>TOTAL</b>	<b>31.237</b>	<b>47.515</b>	<b>31.382</b>	<b>57.318</b>	<b>28.078</b>	<b>48.079</b>	<b>22.631</b>	<b>14.000</b>	<b>25.955</b>	<b>13.478</b>	<b>30.217</b>	<b>20.038</b>	<b>169.500</b>	<b>200.428</b>

ESTADO	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL	RURAL	NÃO RURAL
Acre	1.979	2.251	3.734	2.756	2.906	2.589	5.767	14.174	2.923	2.827	4.663	1.553	33.564	39.171
Amapá	71	214	171	0	27	0	80	0	140	77	400	134	2.506	2.263
Amazonas	2.273	5.920	2.186	13.769	2.225	11.737	5.111	5.700	7.549	27.358	9.745	11.787	42.946	183.253
Pará	15.410	1.786	24.331	3.091	25.703	28.409	34.095	16.934	41.381	4.134	67.708	2.641	297.720	114.538
Rondônia	5.058	3.597	5.021	3.371	10.249	3.674	10.251	1.701	9.522	6.090	7.681	35.516	53.769	64.001
Roraima	662	99	837	80	2.101	0	1.824	103	1.362	277	2.172	138	16.914	1.757
Tocantins	11.647	8.055	21.594	17.526	19.190	482	38.719	216	31.906	2.871	52.637	3.373	215.092	42.457
<b>TOTAL</b>	<b>37.100</b>	<b>21.923</b>	<b>57.874</b>	<b>40.593</b>	<b>62.401</b>	<b>46.891</b>	<b>95.847</b>	<b>38.828</b>	<b>94.783</b>	<b>43.634</b>	<b>145.006</b>	<b>55.142</b>	<b>682.511</b>	<b>447.440</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont Operações

**TABELA 7 OPERAÇÕES CONTRATADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO - POR ESTADO**

ESTADO	SETOR RURAL		SETOR NÃO RURAL		TOTAL	
	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil
Acre	6.105	43.707	6	105	6.111	43.812
Amazonas	16.105	86.994	10	8.667	16.115	95.661
Amapá	2.894	31.810	5	306	2.899	32.116
Pará	61.857	837.904	103	34.037	61.960	871.941
Rondônia	14.568	154.772	21	4.713	14.589	159.485
Roraima	3.092	59.445	2	205	3.094	59.650
Tocantins	15.978	412.434	23	7.883	16.001	420.317
<b>TOTAL</b>	<b>120.599</b>	<b>1.627.066</b>	<b>170</b>	<b>55.916</b>	<b>120.769</b>	<b>1.682.982</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

**TABELA 8 OPERAÇÕES CONTRATADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO - POR PORTE**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	SETOR RURAL		SETOR NÃO RURAL		TOTAL	
	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil
Associação	11	3.036	0	-	11	3.036
Cooperativa	7	4.124	1	47	8	4.171
Mini/Micro	116.644	953.277	54	1.346	116.698	954.623
Pequeno	2.515	261.084	71	21.880	2.586	282.964
Médio	1.001	221.943	28	18.133	1.029	240.076
Grande	421	183.602	16	14.510	437	198.112
<b>TOTAL</b>	<b>120.599</b>	<b>1.627.066</b>	<b>170</b>	<b>55.916</b>	<b>120.769</b>	<b>1.682.982</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

**TABELA 9 OPERAÇÕES CONTRATADAS SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO - POR PROGRAMA**

SEGMENTO	QUANTIDADE	R\$ Mil
PRONAF A	42.581	469.407
PRONAF A/C	1.788	4.870
PRONAF B	25.674	32.004
PRONAF C	654	2.313
PRONAF D	36.580	610.548
PROCERA	9.449	40.953
PRONAF Floresta	46	211
Pesca Artesanal	175	29.149
Op. Securitizada	3.652	437.611
Indústria	158	47.632
Agroindústria	7	2.574
Turismo	5	5.710
<b>TOTAL</b>	<b>120.769</b>	<b>1.682.982</b>

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

**TABELA 10 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCO COMPARTILHADO - POR ESTADO**

ESTADO	SETOR RURAL		SETOR NÃO RURAL		TOTAL	
	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil
Acre	8.137	190.064	324	92.448	8.461	282.513
Amazonas	8.263	143.679	343	469.278	8.606	612.956
Amapá	825	16.352	49	12.410	874	28.762
Pará	50.001	1.472.770	598	547.831	50.599	2.020.601
Rondônia	24.252	522.137	389	241.405	24.641	763.542
Roraima	1.961	93.769	106	10.717	2.067	104.486
Tocantins	20.394	1.018.518	340	166.027	20.734	1.184.545
<b>TOTAL</b>	<b>113.833</b>	<b>3.457.289</b>	<b>2.149</b>	<b>1.540.116</b>	<b>115.982</b>	<b>4.997.405</b>

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

**TABELA 11 OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCO COMPARTILHADO - POR PORTE**

PORTE	SETOR RURAL		SETOR NÃO RURAL		TOTAL	
	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil	QUANT.	R\$ Mil
Associação	34	3.635	-	-	34	3.635
Cooperativa	27	23.795	-	-	27	23.795
Mini/Micro	101.560	1.121.025	536	29.934	102.096	1.150.959
Pequeno	4.426	315.770	991	189.637	5.417	505.407
Médio	6.398	1.096.630	479	442.875	6.877	1.539.505
Grande	1.388	896.434	143	877.670	1.531	1.774.104
<b>TOTAL</b>	<b>113.833</b>	<b>3.457.289</b>	<b>2.149</b>	<b>1.540.116</b>	<b>115.982</b>	<b>4.997.405</b>

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

**TABELA 12**  
**OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCO**  
**COMPARTILHADO - POR PROGRAMA**

PROGRAMA	QUANTIDADE	R\$ Mil
<b>RURAL</b>	<b>113.833</b>	<b>3.457.289</b>
<b>FNO-PRONAF</b>	<b>105.639</b>	<b>2.367.393</b>
PRONAF A/C	233	475
PRONAF AGREGAR	2	14.103
PRONAF B	1	1
PRONAF C	23.081	97.389
PRONAF D	79.857	2.184.331
PRONAF E	1.653	47.457
PROFLORESTA	15	8.805
PRONAF AGROINDÚSTRIA	13	6.242
PRONAF AGROIND FAMIL	1	33
PRONAF MULHER	772	8.537
PRONAF JOVEM	11	20
<b>FNO-AMAZ SUSTENTAVEL</b>	<b>8.194</b>	<b>1.089.896</b>
FLORESTA	3	646
PESCA ARTESANAL	521	6.370
PESCA AQUICULTURA	22	1.951
OP SECURITIZADAS	3	4.107
AGROPECUÁRIA	7.645	1.076.822
<b>NÃO RURAL</b>	<b>2.149</b>	<b>1.540.115</b>
<b>FNO AMAZ SUSTENTAVEL</b>	<b>2.149</b>	<b>1.540.115</b>
AGROINDUSTRIA	373	233.768
COMÉRCIO / SERVIÇO	902	272.813
EXPORTAÇÃO	5	5.450
INDÚSTRIA	779	746.077
INFRA ESTRUTURA	13	204.878
TURISMO	77	77.129
<b>TOTAL</b>	<b>115.982</b>	<b>4.997.405</b>

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

**TABELA 13 PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS POR PORTE - SETOR RURAL**  
**EXERCÍCIO 2007**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	Recursos do FNO		Recursos Próprios		TOTAL	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Cooperativas	775	0,12	0	0,00	775	0,1
Mini	292.253	44,11	586	1,58	292.839	41,9
Pequeno	75.347	11,37	3.027	8,18	78.374	11,2
Médio	162.895	24,59	15.005	40,56	177.900	25,4
Grande	131.241	19,81	18.374	49,67	149.615	26,7
<b>TOTAL</b>	<b>662.510</b>	<b>94,71</b>	<b>36.992</b>	<b>5,29</b>	<b>699.502</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 14 PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS POR PORTE - SETOR NÃO RURAL**  
**Exercício/2007**

PORTE DO BENEFICIÁRIO	Recursos do FNO		Recursos Próprios		TOTAL	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Micro	8.649	1,93	209	0,29	8.858	1,70
Pequeno	63.411	14,17	2.371	3,26	65.782	12,65
Médio	125.703	28,09	25.565	35,15	151.268	29,08
Grande	249.678	55,80	44.578	61,30	294.256	56,57
<b>TOTAL</b>	<b>447.440</b>	<b>86,02</b>	<b>72.723</b>	<b>13,98</b>	<b>520.163</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações





**TABELA 15 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MUNICÍPIO CONFORME TIPOLOGIA DA PNDR  
EXERCÍCIO 2007**

Nomenclaturas:

BR - Baixa Renda; EMR - Estagnadas de Média Renda; DMR - Dinâmicas de Menor Renda; AR - Alta Renda

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	ACRE					
		RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
Acrelândia	DMR	96	1.641	-	-	96	1.641
Assis Brasil	DMR	1	157	3	330	4	487
Brasiléia	EMR	57	1.002	1	818	58	1.820
Bujari	EMR	30	3.643	-	-	30	3.643
Capixaba	EMR	32	561	-	-	32	561
Cruzeiro do Sul	DMR	90	954	17	4.971	107	5.925
Epitaciolândia	EMR	5	175	-	-	5	175
Feijó	DMR	68	967	27	6.167	95	7.134
Jordão	DMR	-	-	-	-	-	-
Mâncio Lima	DMR	22	66	-	-	22	66
Manoel Urbano	DMR	-	-	-	-	-	-
Marechal Thaumaturgo	DMR	-	-	-	-	-	-
Plácido de Castro	DMR	25	1.744	1	141	26	1.885
Porto Acre	EMR	60	1.402	1	360	61	1.762
Porto Walter	DMR	50	250	-	-	50	250
Rio Branco	AR	187	8.889	32	22.429	219	31.318
Rodrigues Alves	DMR	68	161	-	-	68	161
Santa Rosa do Purus	DMR	-	-	-	-	-	-
Sena Madureira	DMR	107	3.780	8	1.008	115	4.788
Senador Guimard	DMR	81	1.649	-	-	81	1.649
Tarauacá	DMR	47	2.231	14	2.745	61	4.976
Xapuri	EMR	49	4.292	1	203	50	4.495
<b>TOTAL</b>		<b>1.075</b>	<b>33.564</b>	<b>105</b>	<b>39.172</b>	<b>1.180</b>	<b>72.736</b>

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	AMAZONAS					
		RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
Alvarães	DMR	1	1	-	-	1	1
Amaturá	BR	-	-	-	-	-	-
Anamá	DMR	32	104	-	-	32	104
Anori	BR	62	93	-	-	62	93
Apuí	EMR	26	38	1	82	27	120
Atalaia do Norte	BR	-	-	-	-	-	-
Autazes	DMR	89	1.411	-	-	89	1.411
Barcelos	DMR	-	-	-	-	-	-
Barreirinha	BR	217	1.407	-	-	217	1.407
Benjamin Constant	BR	1	320	-	-	1	320
Beruri	BR	7	93	-	-	7	93
Boa Vista do Ramos	BR	207	353	-	-	207	353
Boca do Acre	DMR	370	1.619	2	166	372	1.785
Borba	BR	242	5.225	-	-	242	5.225
Caapiranga	BR	-	-	-	-	-	-
Canutama	DMR	2	3	-	-	2	3
Carauari	BR	101	171	-	-	101	171
Careiro	DMR	95	1.418	-	-	95	1.418
Careiro da Várzea	DMR	108	839	-	-	108	839
Coari	DMR	80	212	3	615	83	827
Codajás	BR	69	93	-	-	69	93
Eirunepé	BR	-	-	-	-	-	-
Envira	DMR	-	-	1	50	1	50
AS x Fonte Boa	BR	-	-	-	-	-	-
Guajará	DMR	1	9	-	-	1	9
Humaitá	DMR	218	778	3	217	221	995

Ipixuna	DMR	1	108	-	-	1	108
Iranduba	EMR	13	1.462	-	-	13	1.462
Itacoatiara	EMR	646	7.062	4	999	350	8.061
Itamarajá	DMR	-	-	-	-	-	-
Itapiranga	DMR	32	118	-	-	32	118
Japurá	DMR	-	-	-	-	-	-
Juruá	DMR	-	-	-	-	-	-
Jutaí	DMR	-	-	-	-	-	-
Lábrea	BR	160	1.094	-	-	160	1.094
Manacapuru	BR	185	993	3	915	188	1.908
Manaquiri	DMR	98	414	-	-	98	414
Manaus	AR	27	3.089	51	178.045	78	181.134
Manicoré	DMR	17	731	-	-	17	731
Maraá	DMR	1	2	-	-	1	2
Maués	BR	496	1.749	-	-	496	1.749
Nhamundá	DMR	417	1.818	-	-	417	1.818
Nova Olinda do Norte	BR	115	2.651	-	-	115	2.651
Novo Airão	DMR	-	-	-	-	-	-
Novo Aripuanã	DMR	-	-	-	-	-	-
Parintins	BR	280	2.509	8	2.164	288	4.673
Pauini	BR	-	-	-	-	-	-
Presidente Figueiredo	EMR	35	719	-	-	35	719
Rio Preto da Eva	EMR	20	1.404	-	-	20	1.404
Santa Isabel do Rio Negro	DMR	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio do Itá	BR	-	-	-	-	-	-
São Gabriel da Cachoeira	EMR	-	-	-	-	-	-
São Paulo de Olivença	BR	-	-	-	-	-	-
São Sebastião do Uatumã	DMR	72	214	-	-	72	214
Silves	DMR	242	1.256	-	-	242	1.256
Tabatinga	DMR	-	-	-	-	-	-
Tapauá	BR	226	427	-	-	226	427
Tefé	EMR	-	-	-	-	-	-
Tonantins	BR	-	-	-	-	-	-
Uarini	BR	-	-	-	-	-	-
Urucará	EMR	255	617	-	-	255	617
Urucurituba	DMR	142	321	-	-	142	321
<b>TOTAL</b>		<b>5.408</b>	<b>42.945</b>	<b>76</b>	<b>183.253</b>	<b>5.484</b>	<b>226.198</b>

**AMAPA**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
Amapá	DMR	3	332	-	-	3	332
Calçoene	DMR	-	-	-	-	-	-
Cutias	BR	1	6	-	-	1	6
Ferreira Gomes	DMR	1	16	-	-	1	16
Itaubal	BR	3	94	-	-	3	94
Laranjal do Jari	DMR	73	416	-	-	73	416
Macapá	AR	4	166	10	2.153	14	2.319
Mazagão	BR	25	426	-	-	25	426
Oiapoque	AR	-	-	-	-	-	-
Pedra Branca do Amapari	BR	1	16	-	-	1	16
Porto Grande	EMR	5	94	-	-	5	94
Pracuúba	DMR	-	-	-	-	-	-
Santana	DMR	17	423	1	110	18	533
Serra do Navio	EMR	-	-	-	-	-	-
Tartarugalzinho	DMR	19	517	-	-	19	517
Vitória do Jari	DMR	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>152</b>	<b>2.506</b>	<b>11</b>	<b>2.263</b>	<b>163</b>	<b>4.769</b>

**PARÁ**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
Abaetetuba	BR	559	3.383	2	144	561	3.527
Abel Figueiredo	DMR	-	-	1	596	1	596
Acará	BR	535	2.651	-	-	535	2.651
Afuá	DMR	-	-	-	-	-	-
Água Azul do Norte	EMR	70	6.626	-	-	70	6.626
Alenquer	BR	198	1.046	1	388	199	1.434
Almeirim	EMR	121	2.056	-	-	121	2.056
Altamira	DMR	77	1.558	4	526	81	2.084
Anajás	DMR	-	-	-	-	-	-
Ananindeua	EMR	12	1.192	7	22.223	19	23.415
Anapu	DMR	4	258	-	-	4	258
Augusto Corrêa	BR	319	725	-	-	319	725
Aurora do Pará	BR	153	4.446	-	-	153	4.446
Aveiro	BR	140	324	-	-	140	324
Bagre	DMR	535	535	-	-	535	535
Baião	DMR	653	1.385	-	-	653	1.385
Bannach	EMR	5	500	-	-	5	500
Barcarena	DMR	34	233	2	1.183	36	1.416
Belém	AR	180	336	21	36.900	201	37.236
Belterra	BR	-	-	-	-	-	-
Benevides	DMR	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Tocantins	DMR	17	920	-	-	17	920
Bonito	BR	43	540	-	-	43	540
Bragança	EMR	953	2.024	-	-	953	2.024
Brasil Novo	DMR	25	1.519	-	-	25	1.519
Brejo Grande do Araguaia	DMR	7	561	-	-	7	561
Breu Branco	DMR	60	2.391	-	-	60	2.391
Breves	DMR	169	175	-	-	169	175
Bujaru	BR	492	624	-	-	492	624
Cachoeira do Arari	DMR	859	977	-	-	859	977
Cachoeira do Piriá	BR	18	375	-	-	18	375
Cametá	BR	800	1.137	-	-	800	1.137
Canaã dos Carajás	EMR	23	1.183	1	277	24	1.460
Capanema	EMR	68	1.903	1	1.334	69	3.237
Capitão Poço	BR	44	1.889	-	-	44	1.889
Castanhal	EMR	41	560	3	3.507	44	4.067
Chaves	DMR	-	-	-	-	-	-
Colares	DMR	48	48	-	-	48	48
Conceição do Araguaia	DMR	287	5.337	1	132	288	5.469
Concórdia do Pará	BR	230	439	-	-	230	439
Cumarú do Norte	EMR	56	10.651	-	-	56	10.651
Curionópolis	DMR	38	3.964	-	-	38	3.964
Curralinho	DMR	734	758	-	-	734	758
Curuá	BR	2	50	-	-	2	50
Curuçá	EMR	40	760	-	-	40	760
Dom Eliseu	EMR	6	628	-	-	6	628
Eldorado dos Carajás	DMR	446	9.253	-	-	446	9.253
Faro	BR	-	-	-	-	-	-
Floresta do Araguaia	DMR	11	1.619	-	-	11	1.619
Garrafão do Norte	BR	24	753	-	-	24	753
Goianésia do Pará	DMR	31	3.123	-	-	31	3.123
Gurupá	DMR	-	-	-	-	-	-
Igarapé-Açu	BR	56	864	-	-	56	864
Igarapé-Miri	BR	579	2.566	-	-	579	2.566
Inhangapi	BR	21	110	-	-	21	110
Ipixuna do Pará	BR	179	740	-	-	179	740
Irituia	EMR	109	992	-	-	109	992
Itaituba	EMR	290	3.954	-	-	290	3.954

Itupiranga	DMR	232	6.696	-	-	232	6.696
Jacareacanga	EMR	25	3.477	-	-	25	3.477
Jacundá	DMR	11	1.045	-	-	11	1.045
Juruti	BR	76	1.205	-	-	76	1.205
Limoeiro do Ajuru	DMR	269	1.023	-	-	269	1.023
Mãe do Rio	DMR	47	1.016	-	-	47	1.016
Magalhães Barata	BR	27	57	-	-	27	57
Marabá	EMR	469	14.502	5	31.754	474	46.256
Maracanã	BR	3	8	-	-	3	8
Marapanim	BR	17	222	-	-	17	222
Marituba	DMR	72	88	2	3.241	74	3.329
Medicilândia	DMR	24	1.224	-	-	24	1.224
Melgaço	DMR	301	313	-	-	301	313
Mocajuba	BR	57	158	-	-	57	158
Moju	DMR	207	1.357	1	353	208	1.710
Monte Alegre	BR	561	1.525	1	180	562	1.705
Muaná	DMR	313	331	-	-	313	331
Nova Esperança do Pirá	BR	2	303	-	-	2	303
Nova Ipixuna	DMR	65	1.136	-	-	65	1.136
Nova Timboteua	BR	46	1.259	-	-	46	1.259
Novo Progresso	EMR	348	12.111	-	-	348	12.111
Novo Repartimento	DMR	265	7.276	-	-	265	7.276
Óbidos	BR	318	2.633	1	144	319	2.777
Oeiras do Pará	DMR	-	-	-	-	-	-
Oriximiná	EMR	13	171	-	-	13	171
Ourém	BR	-	-	-	-	-	-
Ourilândia do Norte	EMR	78	2.260	-	-	78	2.260
Pacajá	DMR	33	2.519	1	50	34	2.569
Palestina do Pará	DMR	65	1.725	-	-	65	1.725
Paragominas	EMR	51	10.433	2	1.730	53	12.163
Parauapebas	EMR	204	5.131	2	4.504	206	9.635
Pau D'Arco	BR	17	1.421	-	-	17	1.421
Peixe-Boi	BR	35	144	-	-	35	144
Piçarra	EMR	23	3.271	-	-	23	3.271
Placas	EMR	176	1.251	-	-	176	1.251
Ponta de Pedras	BR	259	320	-	-	259	320
Portel	DMR	20	61	-	-	20	61
Porto de Moz	DMR	-	-	-	-	-	-
Prainha	BR	118	1.948	-	-	118	1.948
Primavera	BR	9	23	-	-	9	23
Quatipuru	BR	-	-	-	-	-	-
Redenção	EMR	89	1.828	-	-	89	1.828
Rio Maria	DMR	4	629	-	-	4	629
Rondon do Pará	DMR	21	3.041	-	-	21	3.041
Rurópolis	EMR	179	770	-	-	179	770
Salinópolis	EMR	14	49	-	-	14	49
Salvaterra	BR	34	50	-	-	34	50
Santa Bárbara do Pará	DMR	2	75	-	-	2	75
Santa Cruz do Arari	DMR	501	563	-	-	501	563
Santa Isabel do Pará	EMR	70	237	1	1.681	71	1.918
Santa Luzia do Pará	BR	71	688	-	-	71	688
Santa Maria das Barreiras	DMR	379	7.901	-	-	379	7.901
Santa Maria do Pará	EMR	61	486	-	-	61	486
Santana do Araguaia	EMR	153	9.859	-	-	153	9.859
Santarém	EMR	609	3.602	3	682	612	4.284
Santarém Novo	BR	2	240	-	-	2	240
Santo Antônio do Tauá	BR	8	188	-	-	8	188
São Caetano de Odivelas	DMR	264	366	-	-	264	366
São Domingos do Araguaia	DMR	7	748	-	-	7	748
São Domingos do Capim	BR	18	1.120	-	-	18	1.120

São Félix do Xingu	DMR	1781	43.784	-	-	1.781	43.784
São Francisco do Pará	EMR	31	453	-	-	31	453
São Geraldo do Araguaia	EMR	79	2.578	-	-	79	2.578
São João da Ponta	DMR	67	104	-	-	67	104
São João de Pirabas	DMR	204	549	-	-	204	549
São João do Araguaia	DMR	19	814	-	-	19	814
São Miguel do Guamá	EMR	78	1.702	1	49	79	1.751
São Sebastião da Boa Vista	DMR	234	377	-	-	234	377
Sapucaia	DMR	1	124	-	-	1	124
Senador José Porfírio	DMR	45	286	-	-	45	286
Soure	EMR	2	11	-	-	2	11
Tailândia	DMR	146	3.961	1	1.728	147	5.689
Terra Alta	BR	39	121	-	-	39	121
Terra Santa	BR	2	206	-	-	2	206
Tomé-Açu	EMR	57	2.307	-	-	57	2.307
Tracuateua	BR	282	1.358	-	-	282	1.358
Trairão	BR	141	1.366	-	-	141	1.366
Tucumã	AR	410	9.334	-	-	410	9.334
Tucuruí	DMR	71	1.983	2	1.232	73	3.215
Ulianópolis	EMR	7	3.529	-	-	7	3.529
Uruará	EMR	89	1.889	-	-	89	1.889
Vigia	DMR	491	544	-	-	491	544
Viseu	BR	239	1.101	-	-	239	1.101
Vitória do Xingu	DMR	49	1.390	-	-	49	1.390
Xinguara	DMR	22	5.125	-	-	22	5.125
<b>TOTAL</b>		<b>22.329</b>	<b>297.720</b>	<b>67</b>	<b>114.538</b>	<b>22.396</b>	<b>412.258</b>

**RONDÔNIA**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
Alta Floresta D'Oeste	EMR	24	2.724	8	1.416	32	4.140
Alto Alegre dos Parecís	EMR	176	1.367	-	-	176	1.367
Alto Paraíso	EMR	7	216	-	-	7	216
Alvorada D'Oeste	DMR	4	379	-	-	4	379
Ariquemes	EMR	118	7.128	10	4.497	128	11.625
Buritis	AR	49	726	3	211	52	937
Cabixi	DMR	1	57	-	-	1	57
Cacaulândia	EMR	23	1.441	-	-	23	1.441
Cacoal	EMR	85	1.700	12	4.663	97	6.363
Campo Novo de Rondônia	AR	9	125	-	-	9	125
Candeias do Jamari	AR	4	534	-	-	4	534
Castanheiras	EMR	62	217	-	-	62	217
Cerejeiras	DMR	4	1.173	-	-	4	1.173
Chupinguaia	EMR	12	3.202	1	17.987	13	21.189
Colorado do Oeste	DMR	4	415	-	-	4	415
Corumbiara	DMR	2	1.309	-	-	2	1.309
Costa Marques	EMR	6	320	-	-	6	320
Cujubim	AR	2	91	3	180	5	271
Espigão D'Oeste	EMR	11	609	1	127	12	736
Governador Jorge Teixeira	EMR	1	292	-	-	1	292
Guajará-Mirim	EMR	43	1.278	1	30	44	1.308
Itapuã do Oeste	AR	-	-	-	-	-	-
Jamari	EMR	2	216	-	-	2	216
Jaru	EMR	13	1.019	-	-	13	1.019
Ji-Paraná	EMR	60	1.612	10	3.617	70	5.229
Machadinho D'Oeste	EMR	71	1.061	1	339	72	1.400
Ministro Andreazza	EMR	2	138	-	-	2	138
Mirante da Serra	EMR	2	148	-	-	2	148
Monte Negro	EMR	32	1.113	-	-	32	1.113
Nova Brasilândia D'Oeste	DMR	2	62	-	-	2	62
Nova Mamoré	AR	-	-	-	-	-	-

Nova União	EMR	2	195	-	-	2	195
Novo Horizonte do Oeste	EMR	32	164	1	33	33	197
Ouro Preto do Oeste	EMR	6	504	-	-	6	504
Parecis	EMR	13	568	-	-	13	568
Pimenta Bueno	EMR	20	1.220	3	2.071	23	3.291
Pimenteiras do Oeste	DMR	2	31	-	-	2	31
Porto Velho	AR	51	5.473	13	3.400	64	8.873
Presidente Médici	EMR	7	346	-	-	7	346
Primavera de Rondônia	EMR	9	178	-	-	9	178
Rio Crespo	EMR	43	1.157	-	-	43	1.157
Rolim de Moura	EMR	47	2.906	12	15.921	59	18.827
Santa Luzia D'Oeste	EMR	37	3.435	-	-	37	3.435
São Felipe D'Oeste	EMR	2	9	-	-	2	9
São Francisco do Guaporé	EMR	15	802	-	-	15	802
São Miguel do Guaporé	DMR	148	604	-	-	148	604
Seringueiras	DMR	-	-	-	-	-	-
Teixeirópolis	EMR	3	269	-	-	3	269
Theobroma	EMR	2	54	-	-	2	54
Urupá	EMR	-	-	-	-	-	-
Vale do Anari	EMR	130	195	-	-	130	195
Vale do Paraíso	EMR	4	240	-	-	4	240
Vila Nova Mamoré	EMR	26	1.267	-	-	26	1.267
Vilhena	EMR	59	3.481	22	9.509	81	12.990
<b>TOTAL</b>		<b>1.489</b>	<b>53.770</b>	<b>101</b>	<b>64.001</b>	<b>1.590</b>	<b>117.771</b>

**RORAIMA**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		PNDR	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP
Alto Alegre	BR	23	1.229	-	-	23	1.229
Amajari	BR	27	822	-	-	27	822
Boa Vista	AR	72	3.049	21	1.757	93	4.806
Bonfim	DMR	24	1.275	-	-	24	1.275
Cantá	DMR	2187	4.036	-	-	2.187	4.036
Caracaraí	DMR	26	981	-	-	26	981
Caroebe	DMR	22	776	-	-	22	776
Iracema	DMR	46	1.454	-	-	46	1.454
Mucajá	DMR	56	1.666	-	-	56	1.666
Normandia	BR	9	279	-	-	9	279
Pacaraima	EMR	-	-	-	-	-	-
Rorainópolis	DMR	11	217	-	-	11	217
São João da Baliza	DMR	7	492	-	-	7	492
São Luiz	DMR	21	638	-	-	21	638
Uiramutã	BR	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2.531</b>	<b>16.914</b>	<b>21</b>	<b>1.757</b>	<b>2.552</b>	<b>18.671</b>

**TOCANTINS**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
		PNDR	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP
Abreulândia	EMR	17	501	-	-	17	501
Aguiarnópolis	BR	1	77	1	174	2	251
Aliança do Tocantins	EMR	7	625	-	-	7	625
Almas	DMR	59	1.806	-	-	59	1.806
Alvorada	EMR	6	985	-	-	6	985
Ananás	BR	2	291	-	-	2	291
Angico	BR	10	116	-	-	10	116
Aparecida do Rio Negro	AR	53	1.771	-	-	53	1.771
Aragominas	EMR	169	3.560	-	-	169	3.560
Araguacema	EMR	222	2.821	-	-	222	2.821
Araguaçu	EMR	10	1.148	-	-	10	1.148
Araguaína	EMR	40	2.944	13	10.307	53	13.251

Araguanã	EMR	4	257	-	-	4	257
Araguatins	BR	32	942	-	327	33	1.269
Arapoema	EMR	15	1.490	-	-	15	1.490
Arraias	DMR	3	63	-	-	3	63
Augustinópolis	BR	85	1.730	-	16.390	86	18.120
Aurora do Tocantins	DMR	-	-	-	-	-	-
Axixá do Tocantins	BR	95	1.210	-	-	95	1.210
Babaçulândia	EMR	38	783	-	-	38	783
Bandeirantes do Tocantins	EMR	20	2.644	-	-	20	2.644
Barra do Ouro	BR	10	121	-	-	10	121
Barrolândia	EMR	24	1.291	-	-	24	1.291
Bernardo Sayão	EMR	179	2.669	-	-	179	2.669
Bom Jesus do Tocantins	AR	68	1.134	-	-	68	1.134
Brasilândia do Tocantins	EMR	7	664	-	-	7	664
Brejinho de Nazaré	EMR	6	489	-	-	6	489
Buriti do Tocantins	BR	5	453	-	-	5	453
Cachoeirinha	BR	14	272	-	-	14	272
Campos Lindos	BR	12	9.801	-	-	12	9.801
Cariri do Tocantins	EMR	72	2.188	-	-	72	2.188
Carmolândia	EMR	3	259	-	-	3	259
Carrasco Bonito	BR	-	-	-	-	-	-
Caseara	EMR	37	840	-	-	37	840
Centenário	BR	34	538	-	-	34	538
Chapada da Natividade	DMR	24	1.206	-	-	24	1.206
Chapada de Areia	EMR	7	118	-	-	7	118
Colinas do Tocantins	EMR	28	1.586	-	389	33	1.975
Colméia	EMR	35	1.511	-	-	35	1.511
Combinado	DMR	-	-	-	-	-	-
Conceição do Tocantins	DMR	19	29	-	-	19	29
Couto de Magalhães	EMR	41	769	-	-	41	769
Cristalândia	EMR	13	1.123	-	-	13	1.123
Crixás do Tocantins	EMR	4	585	-	-	4	585
Darcinópolis	BR	113	1.753	-	-	113	1.753
Dianópolis	DMR	52	5.496	-	576	58	6.072
Divinópolis do Tocantins	EMR	78	2.617	-	-	78	2.617
Dois Irmãos do Tocantins	EMR	146	4.070	-	-	146	4.070
Dueré	EMR	36	4.645	-	-	36	4.645
Esperantina	BR	6	67	-	-	6	67
Fátima	EMR	3	460	-	-	3	460
Figueirópolis	EMR	13	1.387	-	-	13	1.387
Filadélfia	EMR	60	1.734	-	-	60	1.734
Fормoso do Araguaia	EMR	50	1.457	-	-	50	1.457
Fortaleza do Tabocão	EMR	15	1.887	-	-	15	1.887
Goianorte	EMR	19	1.382	-	-	19	1.382
Goiatins	BR	17	1.867	-	-	17	1.867
Guaraí	EMR	129	7.440	-	305	131	7.745
Gurupi	EMR	61	3.960	-	88	62	4.048
Ipueiras	AR	5	77	-	-	5	77
Itacajá	BR	42	493	-	-	42	493
Itaguatins	BR	49	709	-	-	49	709
Itapiratins	BR	88	5.692	-	-	88	5.692
Itaporã do Tocantins	EMR	23	1.001	-	-	23	1.001
Jaú do Tocantins	EMR	5	761	-	-	5	761
Juarina	EMR	135	2.620	-	-	135	2.620
Lagoa da Confusão	EMR	31	9.834	-	-	31	9.834
Lagoa do Tocantins	BR	79	245	-	-	79	245
Lajeado	AR	21	126	-	-	21	126
Lavandeira	DMR	-	-	-	-	-	-
Lizarda	BR	61	321	-	-	61	321
Luzinópolis	BR	48	1.143	-	-	48	1.143

Marianópolis do Tocantins	EMR	220	5.985	-	-	220	5.985
Mateiros	BR	82	2.232	-	-	82	2.232
Maurilândia do Tocantins	BR	18	860	-	-	18	860
Miracema do Tocantins	EMR	120	3.995	1	147	121	4.142
Miranorte	EMR	31	1.417	1	79	32	1.496
Monte do Carmo	AR	78	2.429	-	-	78	2.429
Monte Santo do Tocantins	EMR	-	-	-	-	-	-
Muriciândia	EMR	30	821	-	-	30	821
Natividade	DMR	36	2.204	-	-	36	2.204
Nazaré	BR	47	1.354	-	-	47	1.354
Nova Olinda	EMR	107	1.602	-	-	107	1.602
Nova Rosalândia	EMR	4	134	-	-	4	134
Novo Acordo	BR	229	1.293	-	-	229	1.293
Novo Alegre	DMR	3	442	-	-	3	442
Novo Jardim	DMR	1	75	-	-	1	75
Oliveira de Fátima	EMR	1	27	-	-	1	27
Palmas	AR	217	4.012	33	12.383	250	16.395
Palmeirante	EMR	27	4.619	-	-	27	4.619
Palmeiras do Tocantins	BR	43	838	-	-	43	838
Palmeirópolis	EMR	230	4.975	-	-	230	4.975
Paraíso do Tocantins	EMR	39	3.042	7	1.004	46	4.046
Paraná	DMR	2	201	-	-	2	201
Pau D'Arco	EMR	61	1.410	1	57	62	1.467
Pedro Afonso	AR	121	2.144	-	-	121	2.144
Peixe	EMR	19	3.453	-	-	19	3.453
Pequizeiro	EMR	83	1.321	-	-	83	1.321
Pindorama do Tocantins	DMR	212	2.834	-	-	212	2.834
Piraquê	EMR	27	630	-	-	27	630
Plum	EMR	163	6.156	-	-	163	6.156
Ponte Alta do Bom Jesus	DMR	27	216	-	-	27	216
Ponte Alta do Tocantins	BR	112	921	-	-	112	921
Porto Alegre do Tocantins	DMR	10	57	-	-	10	57
Porto Nacional	AR	216	6.434	3	231	219	6.665
Praia Norte	BR	-	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	EMR	20	1.120	-	-	20	1.120
Pugmil	EMR	5	396	-	-	5	396
Recursolândia	BR	103	759	-	-	103	759
Riachinho	BR	3	27	-	-	3	27
Rio da Conceição	DMR	-	-	-	-	-	-
Rio dos Bois	EMR	69	2.499	-	-	69	2.499
Rio Sono	BR	154	1.188	-	-	154	1.188
Sampaio	BR	-	-	-	-	-	-
Sandolândia	EMR	13	1.102	-	-	13	1.102
Santa Fé do Araguaia	EMR	25	1.563	-	-	25	1.563
Santa Maria do Tocantins	AR	40	766	-	-	40	766
Santa Rita do Tocantins	EMR	5	553	-	-	5	553
Santa Rosa do Tocantins	DMR	17	1.384	-	-	17	1.384
Santa Tereza do Tocantins	BR	88	394	-	-	88	394
Santa Terezinha do Tocantins	BR	14	169	-	-	14	169
São Bento do Tocantins	BR	67	1.111	-	-	67	1.111
São Félix do Tocantins	BR	11	92	-	-	11	92
São Miguel do Tocantins	BR	-	-	-	-	-	-
São Salvador do Tocantins	EMR	1	221	-	-	1	221
São Sebastião do Tocantins	BR	-	-	-	-	-	-
São Valério da Natividade	DMR	30	848	-	-	30	848
Silvanópolis	AR	101	799	-	-	101	799
Sítio Novo do Tocantins	BR	6	162	-	-	6	162
Sucupira	EMR	8	1.476	-	-	8	1.476
Taguatinga	DMR	2	38	-	-	2	38
Taipas do Tocantins	DMR	-	-	-	-	-	-
Talismã	EMR	4	762	-	-	4	762
Tocantinia	AR	29	463	-	-	29	463
Tocantinópolis	BR	81	2.141	-	-	81	2.141
Tupirama	EMR	11	2.486	-	-	11	2.486
Tupiratins	EMR	44	2.262	-	-	44	2.262
Wanderlândia	EMR	70	4.270	-	-	70	4.270
Xambioá	EMR	2	1.254	-	-	2	1.254
<b>TOTAL</b>		<b>6.554</b>	<b>215.092</b>	<b>76</b>	<b>42.456</b>	<b>6.630</b>	<b>257.547</b>

	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL	
	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil	N. OP	R\$ - Mil
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>39.538</b>	<b>662.511</b>	<b>457</b>	<b>447.440</b>	<b>39.995</b>	<b>1.109.951</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Cont. Operações

**TABELA 16 PROPOSTAS EM CARTEIRA POR SETOR**

Posição em 31.12.2007

TIPO DE PROPOSTA	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	%	R\$ Mil	%
Em análise	10.531	304.902	551	391.004	11.082	87,7	695.906	79,4
Deferidas a Contratar	1.505	38.711	51	141.486	1.556	12,3	180.197	20,6
<b>TOTAL</b>	<b>12.036</b>	<b>343.613</b>	<b>602</b>	<b>532.490</b>	<b>12.638</b>	<b>100,0</b>	<b>876.103</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 17 PROPOSTAS EM CARTEIRA - SETOR RURAL**

Posição em 31.12.2007

SEGMENTO	EM ANÁLISE		A CONTRATAR		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	%	R\$ Mil	%
Agropecuária	1.325	184.269	168	27.651	1.493	12,4	211.920	61,7
PRONAF A	2.225	35.611	100	1.419	2.325	19,3	37.030	10,8
PRONAF-Outros	6.933	81.304	1.235	5.432	8.168	67,9	86.736	25,2
Floresta	3	1.399	2	4.209	5	0,0	5.608	1,6
Pesca e Aqüicultura	45	2.319	0	0	45	0,4	2.319	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>10.531</b>	<b>304.902</b>	<b>1.505</b>	<b>38.711</b>	<b>12.036</b>	<b>100,0</b>	<b>343.613</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 18 PROPOSTAS EM CARTEIRA - SETOR NÃO RURAL**

Posição em 31.12.2007

SEGMENTO	EM ANÁLISE		A CONTRATAR		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	R\$ Mil	Nº OP.	%	R\$ Mil	%
Comércio e Serviço	178	176.650	28	15.758	206	34,2	192.408	36,1
Exportação	0	0	1	2.429	1	0,2	2.429	0,5
Agroindústria	306	2.693	13	12.750	319	53,0	15.443	2,9
Indústria	38	85.585	7	9.191	45	7,5	94.776	17,8
Turismo	13	2.997	0	0	13	2,2	2.997	0,6
Infra-estrutura	3	122.320	1	101.326	4	0,7	223.646	42,0
Micro e Peq. Empresa	13	759	1	32	14	2,3	791	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>551</b>	<b>391.004</b>	<b>51</b>	<b>141.486</b>	<b>602</b>	<b>100,0</b>	<b>532.490</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco da Amazônia – Sist. Controle de Operações

**TABELA 19 PREVISÃO DE LIBERAÇÕES POR SETOR**

R\$ Mil

PERÍODO	RURAL	NÃO RURAL	TOTAL
jan/08	21.947	12.271	34.218
fev/08	5.147	11.953	17.100
mar/08	3.728	3.793	7.521
abr/08	1.349	15.819	17.168
mai/08	2.962	1.471	4.433
jun/08	3.135	-	3.135
jul/08	1.011	-	1.011
ago/08	978	5.678	6.656
set/08	2.574	-	2.574
out/08	2.718	-	2.718
nov/08	851	-	851
dez/08	2.208	7.083	9.291
2009	9.565	-	9.565
<b>TOTAL</b>	<b>58.173</b>	<b>58.068</b>	<b>116.241</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist.Cont.Operações

**TABELA 20 PREVISAO DE LIBERAÇÕES POR PORTE**

R\$ Mil

PERÍODO	ASSOC/COOP	MINI	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
jan/08	-	13.758	6.195	3.794	10.471	34.218
fev/08	-	2.527	1.724	2.597	10.252	17.100
mar/08	-	1.314	1.552	3.399	1.256	7.521
abr/08	-	733	608	5.943	9.884	17.168
mai/08	-	2.398	729	1.242	64	4.433
jun/08	-	2.771	43	212	109	3.135
jul/08	-	342	189	24	456	1.011
ago/08	-	606	76	5.896	78	6.656
set/08	-	1.416	377	183	598	2.574
out/08	-	1.798	14	93	813	2.718
nov/08	-	669	22	122	38	851
dez/08	-	2.082	32	2.917	4.260	9.291
2009	-	7.723	-	1.842	-	9.565
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>38.137</b>	<b>11.561</b>	<b>28.264</b>	<b>38.279</b>	<b>116.241</b>

Fonte: Banco da Amazônia - Sist. Controle de Operações

